

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

VIVENDO CASAMENTOS, SEPARAÇÕES E RECASAMENTOS:
UM ESTUDO SOBRE O
CAMPO REPRESENTACIONAL DA CONJUGALIDADE

Priscilla de Oliveira Martins

Vitória, ES

2009

PRISCILLA DE OLIVEIRA MARTINS

VIVENDO CASAMENTOS, SEPARAÇÕES E RECASAMENTOS:
UM ESTUDO SOBRE O
CAMPO REPRESENTACIONAL DA CONJUGALIDADE

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Psicologia da Universidade Federal do Espírito
Santo, como requisito parcial para obtenção do grau
de Doutor em Psicologia, sob orientação da Prof^a
Dr^a Zeidi Araujo Trindade.

UFES

Vitória, Setembro de 2009

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

M386v Martins, Priscilla de Oliveira, 1975-
 Vivendo casamentos, separações e recasamentos: um estudo
 sobre o campo representacional da conjugalidade / Priscilla de
 Oliveira Martins. – 2009.
 253 f.

 Orientadora: Zeidi Araujo Trindade.
 Tese (doutorado) – Universidade Federal do Espírito Santo,
 Centro de Ciências Humanas e Naturais.

 1. Representações sociais. 2. Casamento. 3. Amor. 4. Família
 I. Trindade, Zeidi Araujo, 1946-. II. Universidade Federal do
 Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

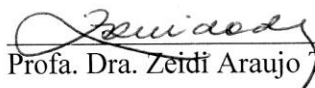
CDU: 159.9

**VIVENDO CASAMENTO, SEPARAÇÕES E RECASAMENTO: UM ESTUDO
SOBRE O CAMPO REPRESENTACIONAL DA CONJUGALIDADE**

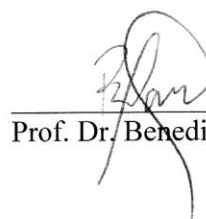
PRISCILLA DE OLIVEIRA MARTINS

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do Grau de Doutor em Psicologia.

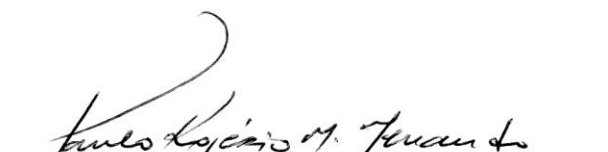
Aprovada em 10 de setembro de 2009, por:


Profa. Dra. Zeidi Araujo Trindade, Orientadora - UFES


Prof. Dra. Angela Maria de Oliveira Almeida - Unb


Prof. Dr. Benedito Medrado-Dantas - UFPE


Profa. Dra. Maria Cristina Smith Menandro - UFES


Prof. Dr. Paulo Rogério Meira Menandro - UFES

Dedico este trabalho ao amor,
que possa sempre ser vivido em sua plenitude.

Agradecimentos

O processo de construção deste trabalho envolveu várias pessoas, sem as quais não teria conseguido ultrapassar as barreiras que envolvem a elaboração de uma tese. Todas elas participaram de alguma forma, umas mais intensamente do que outras, mas todas sempre dando a força e o apoio quando precisei.

À minha família, pais, irmã e marido, que sempre estiveram por perto, ajudando e dando apoio desde o início. Em especial, agradeço a meu marido, que participou ativamente desde a decisão para o ingresso no doutorado até a redação final da tese.

À minha orientadora, Zeidi Araujo Trindade, pela atenção, pela disponibilidade, pelos comentários que sempre me deram uma direção, pela liberdade que me deu na elaboração da tese e por acreditar em mim desde o primeiro momento em que trabalhamos juntas, ainda na graduação.

Aos professores do corpo docente do Programa de Pós-Graduação da UFES pela atenção e carinho comigo e com a minha produção, passando, sempre que possível, referências bibliográficas quando encontravam algo interessante.

À Rede de Estudos e Pesquisas em Psicologia Social (Redepso) pelos encontros para discussão teórica e metodológica em profundidade e pelos encontros sociais que também possibilitaram trocas enriquecedoras sobre o assunto amor e casamento.

À Faculdade Brasileira – Univix, nas pessoas do Coordenador de Curso Eduardo Ceotto e do Diretor Prof. Alexandre Serafim, que deram o apoio logístico para a realização dos grupos focais.

Ao CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico pelo suporte ao projeto de tese por meio de duas bolsas para alunos de graduação.

Aos meus amigos que sempre me deram apoio.

À todos, os meus sinceros agradecimentos.

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO	14
2 HISTÓRICO SOBRE O AMOR, O CASAMENTO E O DIVÓRCIO	18
3 O AMOR: AS VÁRIAS POSSIBILIDADES CONCEITUAIS	34
3.1 O AMOR EM DIFERENTES CULTURAS	35
3.2 PERSPECTIVAS DE ESTUDO SOBRE O AMOR EM PSICOLOGIA	37
3.3 AS TEORIAS PSICOLÓGICAS SOBRE O AMOR	41
3.4.1 Os Estilos de Amor	41
3.4.2 A Teoria do Apego	47
3.4.3 A Teoria Triangular do Amor	54
4 CONJUGALIDADE	60
4.1 CONJUGALIDADE, GÊNERO E AMOR ROMÂNTICO	61
4.2 CONJUGALIDADE E SATISFAÇÃO CONJUGAL	70
4.3 A DISSOLUÇÃO DA CONJUGALIDADE	74
4.4 FAMÍLIAS RECASADAS: UMA NOVA CONJUGALIDADE	85
5 A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS	92
6 OBJETIVO	100
6.1 OBJETIVO GERAL	100
6.2 OBJETIVO ESPECÍFICO	100
7 MÉTODO	101
7.1 PARTICIPANTES	101
7.2 INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS	102
7.3 PROCESSAMENTO E ANÁLISE DE DADOS	106

7.3.1 A Análise do discurso	112
7.4 ASPECTOS ÉTICOS	113
8 RESULTADOS	115
8.1 GRUPO DE MULHERES CASADAS	116
8.2 GRUPO DE HOMENS CASADOS	125
8.3 GRUPO DE MULHERES SEPARADAS	136
8.4 GRUPO DE HOMENS SEPARADOS	145
8.5 GRUPO DE MULHERES RECASADAS	157
8.6 GRUPO DE HOMENS RECASADOS	170
9 DISCUSSÃO: O CAMPO REPRESENTACIONAL DA CONJUGALIDADE	183
9.1 ANÁLISE DOS ELEMENTOS COMUNS ENTRE OS GRUPOS E A SUA ANCORAGEM	186
9.2 ANÁLISE DAS DIFERENÇAS GRUPAIS	198
9.2.1 Análise dos elementos comuns entre os grupos de mulheres e a sua ancoragem	198
9.2.2 Análise dos elementos comuns entre os grupos de homens e a sua ancoragem	204
9.3 A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DO AMOR E AS TEORIAS SOBRE O AMOR	212
9.4 O CAMPO REPRESENTACIONAL DA CONJUGALIDADE E AS PRÁTICAS CONJUGAIS	216
10 CONSIDERAÇÕES FINAIS	230
11 REFERÊNCIAS	234
APÊNDICE I – Roteiro do Grupo Focal	249
APÊNDICE II – Formulário: Dados dos Participantes	250
APÊNDICE III – Termo de Consentimento	253

Martins, Priscilla de Oliveira (2009). Vivendo casamentos, separações e recasamentos: um estudo sobre o campo representacional da conjugalidade. Tese de Doutorado, Vitória – ES, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo.

Resumo

O presente trabalho tem como objeto de pesquisa a conjugalidade. A relevância dessa temática está na compreensão de uma realidade que, em princípio, pode ser vista como paradoxal: observa-se o aumento no número de separações e divórcios, mas, ao mesmo tempo, verifica-se, a manutenção da importância do casamento para os indivíduos. Diante disso, a presente pesquisa objetiva identificar o campo representacional da conjugalidade e a sua relação com as práticas cotidianas do casal. Foi utilizada a Teoria das Representações Sociais como base para as análises realizadas. O delineamento metodológico adotado foi o da abordagem qualitativa, tendo como instrumento de coleta de dados a técnica de grupo focal. Foram realizados 6 grupos focais, sendo 3 grupos com mulheres e 3 grupos com homens. Os critérios para participação foram os seguintes: Grupo 1: estar casado até 10 anos; Grupo 2: estar separado e/ ou divorciado; Grupo 3: estar no segundo casamento. Os participantes ainda precisavam ter tido filho no primeiro casamento e residir em bairros considerados de classe média alta e classe alta. Os resultados encontrados apresentam que o campo representacional da conjugalidade é composto por objetos de representação social de amor, casamento/recasamento e separação/divórcio. Observam-se elementos de representação social que são compartilhados e elementos específicos de acordo com o sexo. Os elementos compartilhados que compõem o campo representacional apresentam a conjugalidade como uma parceria baseada no

amor, na cumplicidade e no respeito. A separação/divórcio é representada socialmente como uma frustração e um rompimento com o sonho de conjugalidade construído. As mulheres, especificamente, representam a conjugalidade como o espaço em que devem doar-se para o bem estar da relação conjugal e assumir o papel de esposa e mãe. A representação social do casamento apresenta elementos de idealização/romantização que podem sofrer modificações à medida que vivem o cotidiano da conjugalidade. Para os homens, os elementos específicos presentes apresentam a conjugalidade como um espaço no qual é necessário dedicação e trabalho cotidiano para a sua manutenção. Um elemento importante para o sucesso da conjugalidade é o papel ativo da mulher, diferente da mulher submissa. O casamento é representado também como um ritual e uma tradição em que é importante a fidelidade. A partir da análise do campo representacional, observam-se tanto elementos que se referem aos papéis tradicionais de gênero quanto elementos que configuram uma relação mais igualitária. Ao realizar a análise da ancoragem do campo representacional da conjugalidade, observou-se que a satisfação e a felicidade individual parecem ser os seus elementos norteadores. O campo representacional identificado orienta para uma prática em que a conjugalidade é vivenciada como espaço afetivo no qual ambos os envolvidos precisam estar satisfeitos. Desta perspectiva, a negociação é a ferramenta essencial para o sucesso do relacionamento amoroso.

Palavras – chave: Representações Sociais. Conjugalidade. Amor

Martins, Priscilla de Oliveira (2009). Living marriages, separations and remarriages. Doctoral Thesis, Vitória - ES, Psychology Graduated Program, Human and Natural Sciences Center at Federal University of Espírito Santo.

Abstract

The object of the research is conjugality. To study conjugality is important to comprehend a reality that seems paradoxal at surface: there is a rise in divorce and separation numbers, but at the same time, it is verified that marriage is still considered by people as an important aspect of life. In that way the present research aims to identify the representational field of conjugality and its relation with the day to day marital *praxis*. The Social Representational Theory was used to base the analyses. The methodological design used was the qualitative approach. The data was collected by focus groups. Six focus groups were held. Three groups had women as participants and three focus groups had men as participants. The criteria to choose the participants to take part in the study were: Group 1: persons who were married for 10 years or less; Group 2: persons who were divorced or separated; Group 3: persons who were in a second marriage. All the participants also had to have at least one child at the first marriage and live on a considered middle and upper high class neighborhood. The results present the representational field of conjugality as formed by social representations objects of love, marriage/ remarriage and divorce/separation. There are social representational elements which are shared by all groups and elements which are specific considering sex. The shared elements which form the conjugality representational field present the conjugality as a partnership based on love, complicity and respect. The divorce/ separation is social represented as a frustration and a breakdown of a conjugality dream. The women, specifically,

represented the conjugality as a space where they have to give themselves for the marriage well being and takeover wife and mother roles. The social representation of marriage presents idealized/ romanticized elements that can change along the day to day marriage life. To the men, the specific elements present conjugality as a space where dedication and hard work are necessary in order to maintain it. An important element to conjugality success is the wife's active role, contrary of the docile, submissive wife. Marriage is represented as a ritual and a tradition in which fidelity is important. The representational field analyses present elements referring to traditional gender roles and elements referring to a more equalitarian relationship. The representational field anchoring analyses showed that satisfaction and happiness seems to be the elements that direct the anchoring process. The representational field identified orients to a *praxis* in which the conjugality is lived as an affectionate space where both couple members need to be satisfied. Upon this perspective, negotiation is the essential tool for a loving relationship success.

Key words: Social Representations. Conjugality. Love

Martins, Priscilla de Oliveira (2009). Mariages, séparations et remariages: une étude sur le champ de représentativité de la vie conjugale. Thèse de Doctorat, Vitória - ES, Programme de Spécialisation en Psychologie, Centre de Sciences Humaines et Naturelles de l'Université Fédérale de l'Espírito Santo.

RÉSUMÉ

Le présent travail a, pour objet de recherche, la vie conjugale. L'importance de cette thématique réside en la compréhension d'une réalité qui, en principe, peut être considérée comme paradoxale. En effet, on observe l'augmentation du nombre de séparations et de divorces mais, en même temps, on se rend compte que le mariage garde son importance chez les individus. Face à ces constatations, la présente recherche vise à identifier le champ de représentativité de la vie conjugale et son rapport avec les pratiques quotidiennes du couple. On a utilisé la Théorie des Représentations Sociales comme base des analyses qu'on a réalisées. La ligne méthodologique adoptée est celle de l'abord qualitatif ayant comme instrument de récolte de données, la technique appelée "focus group". Six "focus group" ont été formés dont trois avec de femmes et trois avec des hommes. Les critères pour la participation ont été les suivants: Groupe 1: être marié depuis 10 ans; groupe 2: être séparé et/ou divorcé; groupe 3: se trouver au deuxième mariage. Il fallait encore que les participants aient eu des enfants au premier mariage et qu'ils habitent des quartiers considérés aisés et des quartiers riches. Les résultats obtenus montrent que le champ de représentativité de la vie conjugale est constitué d'objets de représentation sociale d'amour, de mariage/remariage et de séparation/divorce. On y remarque des éléments de représentation sociale qui sont partagés et des éléments spécifiques, selon le sexe. Les éléments partagés qui composent le champ de représentativité

considèrent la vie conjugale comme une communauté basée sur l'amour, la complicité et le respect. La séparation/divorce est représentée socialement comme une frustration et une rupture du rêve de vie conjugale construite. Les femmes, notamment, représentent la vie conjugale comme l'espace où elles doivent s'investir pour le bien-être des rapports conjugaux et où il leur faut assumer le rôle d'épouse et de mère . La représentation sociale du mariage, chez elles, présente des éléments d'idéalisation et de sentimentalisme qui peuvent subir des modifications au fur et à mesure qu'elles vivent le quotidien de la vie conjugale. Pour les hommes, les éléments spécifiques dénotent que la vie conjugale est un espace où il faut un certain investissement personnel et des efforts constants pour que ça dure. Un composant également considérable qui contribue au succès de la vie conjugale est le rôle actif et indépendant de la femme qui s'oppose à l'attitude de la femme dépendante. Le mariage est représenté aussi comme un rituel et une tradition dans lesquels la fidélité est fondamentale. À partir de l'analyse du champ de représentativité, on a pu remarquer aussi bien des éléments qui se rapportent aux rôles traditionnels de genre que des éléments qui traduisent des relations plus égalitaires. Au moment où l'on a procédé à l'analyse de l'ancrage du champ de représentativité de la vie conjugale, on a observé que la satisfaction et le bonheur individuel semblent en être les éléments conducteurs. Le champ de représentativité identifié oriente vers une pratique où la vie conjugale est vécue comme l'espace affectif dans lequel le couple concerné a besoin d'être content. Dans cette perspective, la négociation est l'outil essentiel au succès des rapports amoureux.

Mots clés: Représentations Sociales. Vie conjugale. Amour

1 APRESENTAÇÃO

O estudo apresentado a seguir tem como temática de pesquisa as relações conjugais. A partir desta temática, aborda-se o tema amor nos relacionamentos conjugais heterossexuais, de acordo com a cultura ocidental. Observa-se que o conceito de amor, que é vivenciado hoje, o amor romântico, é muito recente, tendo sido constituído socialmente a partir do final do século XVIII (Giddens, 1993; Araújo, 2002). Verifica-se que, ao longo dos últimos 300 anos, a partir do surgimento do conceito de amor romântico, houve uma transferência da referência no grupo para a referência no indivíduo (Bawin-Legros, 2001). Essa transferência de referência faz com que o indivíduo se torne responsável pela escolha de construir uma família e, uma vez constituída, decidir por desfazê-la com a separação. A partir dessa constatação, busca-se avaliar as representações sociais da conjugalidade e seus impactos nas relações conjugais em termos da união e da separação.

A relevância científica do estudo sobre a conjugalidade está na busca pela explicação de um aspecto da realidade, que, em princípio, pode ser visto como paradoxal: (1) o aumento do número de separações e divórcios na atualidade (IBGE, 2004); e (2) a manutenção da importância do casamento para os indivíduos, sendo este o lugar onde a intimidade é vivenciada e constituída (Bawin-Legros, 2004). Além disso, a investigação também é relevante socialmente, pois pode possibilitar o enriquecimento da vida das pessoas, uma vez que poderá permitir um maior conhecimento e reflexão de suas realidades e do que acontece à sua volta (Rubin, 1988).

Este estudo também se justifica por haver pouco conhecimento sistematizado, mais especificamente, sobre o amor, considerando a importância que se dá a esse sentimento na vida das pessoas. Os primeiros estudos sobre este tema em Psicologia datam da primeira década do século XX (Rubin, 1988). Desse período até os dias de hoje, muitas pesquisas foram realizadas (Rubin, 1988); entretanto, ainda existem divergências nas nomenclaturas assim como nas abordagens utilizadas. Segundo Murstein (1988), o amor pode ser considerado de quatro formas diferentes. De acordo com os estudos levantados, pode ser: uma emoção, uma atitude, um comportamento ou um julgamento cognitivo. Além disso, mais recentemente, foram elaboradas teorias sobre o amor, mas que não possuem grandes similaridades entre si. Dessa forma, pretende-se, com este estudo, contribuir para o aumento do conhecimento em uma área que precisa de maior consistência teórica e metodológica.

Outro aspecto também importante diz respeito à abordagem que se pretende utilizar para a realização desta pesquisa. Observa-se que, nos estudos sobre as relações conjugais e o amor, no âmbito das ciências humanas, há uma predominância de estudos sociológicos e psicológicos. Os primeiros procuram avaliar a conjugalidade e as relações amorosas por meio de índices e dados estatísticos. Dessa maneira, esses estudos distanciam-se da realidade particular do indivíduo, desconsiderando os sentimentos e a experiência individual. Já os estudos psicológicos procuram entender justamente a realidade particular do indivíduo, percebendo o amor e as relações conjugais como um fenômeno pessoal. Na tese aqui apresentada, pretende-se englobar essas duas abordagens. Sendo assim, o interesse está tanto na abordagem social quanto na

psicológica, mas com o cuidado de não reduzir o indivíduo a um ou a outro aspecto. Dessa forma, propõe-se integrar o social e o indivíduo, sem uma preocupação excessiva da investigação que a faça pender para um dos lados. Por esta perspectiva de análise, será enfocada a participação do indivíduo na construção de sua realidade ao mesmo tempo em que é construído por ela, atentando para o engendramento cotidiano desses elementos, o que caracteriza a abordagem psicossocial.

No âmbito da abordagem psicossocial, será utilizada a Teoria das Representações Sociais (TRS). Em seus quarenta anos de existência, a TRS tem sofrido aprimoramentos metodológicos e teóricos; contudo, demonstra, ainda, ser uma área profícua para maiores aprofundamentos. Um exemplo é a vertente que engloba o conceito de campo representacional. Representar algo é reconstruí-lo dando um significado, em um processo no qual não existe uma separação entre o universo interior e o exterior (Sobrinho, 2000). As representações sociais são sistemas de interpretação que regem a relação das pessoas com o mundo e com os outros, ou seja, orientam as condutas e as comunicações sociais (Jodelet, 2001). Esse sistema de interpretação é determinado “ao mesmo tempo pelo próprio indivíduo (sua história, sua vivência), pelo sistema social e ideológico no qual está inserido e pela natureza dos vínculos que o indivíduo mantém com esse sistema social” (Abric, 2001, p. 156). A representação de um determinado objeto não acontece de forma isolada. De fato, os objetos são captados em determinados contextos e relações e o sentido da representação de um objeto advém das relações com outras representações de outros objetos, formando assim um campo representacional (Andrade, 2000). O estudo do campo

representacional permite maiores aprofundamentos, pois são poucos os estudos que verificam a relação entre representações sociais de vários objetos.

A partir das constatações acima, investigou-se: o campo representacional da conjugalidade e as práticas utilizadas no cotidiano conjugal entre homens e mulheres heterossexuais.

Esta tese está estruturada em seis partes. A primeira parte contém a revisão teórica sobre o tema, que aborda os seguintes tópicos: o histórico sobre amor, casamento e divórcio; as várias possibilidades conceituais sobre o amor; as teorias sobre o amor, entre elas as teorias de base psicológica e; a conjugalidade. Também, nessa parte, consta o referencial teórico que embasa a presente pesquisa, qual seja, a Teoria das Representações Sociais, proposta por Moscovici (1976). A segunda parte delimita os objetivos da pesquisa, e a terceira, os aspectos metodológicos do projeto. A quarta parte apresenta os resultados e a quinta parte contém a discussão sobre o campo representacional da conjugalidade, em que se faz a análise dos elementos comuns e diferentes entre os grupos e a análise da ancoragem desses elementos. Ainda nesta quinta parte é apresentada uma análise comparativa entre a TRS do amor e as teorias sobre o amor e os impactos do campo representacional da conjugalidade nas práticas conjugais. A última parte contém as considerações finais sobre o estudo apresentado.

2 HISTÓRICO SOBRE O AMOR, O CASAMENTO E O DIVÓRCIO

É importante avaliar como os conceitos de amor, casamento e divórcio se modificam através da história, pois isso permite verificar que esses fenômenos não são algo natural, mas, ao contrário, são produtos das forças sociais e históricas. A história do amor, a do casamento, e a do divórcio estão interrelacionadas. Dessa forma, à medida que um sofre modificações, os outros também acompanham essas modificações de alguma maneira.

O amor romântico como vivenciado hoje é relativamente recente na história da sociedade ocidental, data do século XVIII. O conceito de amor romântico, embora varie entre autores, abrange a crença no amor como aspecto central do casamento, a crença na existência de um único e verdadeiro amor, a crença de que o amor dura para sempre, a crença de que o amor supera todos os obstáculos e a possibilidade da existência do amor à primeira vista (Sprecher & Metts, 1999). Da Antiguidade à Idade Média, os casamentos não eram baseados no amor entre os noivos; a escolha do parceiro conjugal era delimitada pelos pais (Araújo, 2002). O casamento, nessa época, era um negócio entre famílias nobres, que visava ao bem entre elas. “O principal papel do casamento era servir de base a alianças cuja importância se sobrepunha ao amor e à sexualidade. Escolha e paixão não pesavam nessas decisões, e a sexualidade para reprodução era parte da aliança firmada” (Araújo, 2002, p. 2). O casamento entre os pobres não era diferente, uma vez que era um meio para organizar o trabalho agrário (Giddens, 1993).

A ausência de amor e paixão entre os casados era verificada no seu cotidiano, já que as carícias entre os cônjuges eram raras, como afirma Giddens (1993). Nesse sentido, a vivência da sexualidade não se dava no casamento, mas fora dele. Isso era observado tanto no comportamento dos homens quanto no das mulheres. Somente, entretanto, nas camadas de nobres a licenciosidade sexual era permitida às mulheres “respeitáveis” (Giddens, 1993 – grifo do autor). Essa permissão estava relacionada a três aspectos: ao poder que tinham determinadas mulheres, à liberação das exigências de reprodução (provavelmente isso ocorria quando já haviam contribuído para a descendência da família do marido) e à liberação do trabalho rotineiro.

É interessante ressaltar que o casamento realizado com base na paixão era mal visto, o que pode ser verificado pelas histórias e mitos criados pelas civilizações européias, que contavam que aqueles que buscavam criar ligações permanentes devido a um amor apaixonado estavam condenados (Giddens, 1993). Sendo assim, o amor não era necessário ao casamento, cuja função principal era a procriação.

As justificativas para cancelar o acordo nupcial feito entre famílias estavam relacionadas ao não cumprimento das promessas feitas, o que significava o não pagamento, pelo noivo, do dote da noiva ou a esterilidade da noiva.

Os ritos de casamento eram de responsabilidade das famílias nobres envolvidas e ocorriam na casa do noivo; a Igreja não tinha qualquer relação com a questão nupcial. Com a expansão do Cristianismo a partir do século V, aos poucos a Igreja ampliou a sua atuação, chegando a regularizar os comportamentos referentes aos rituais e às relações matrimoniais. Inicialmente, a

participação do padre nos rituais restringia-se à benção do casal à porta do leito nupcial e, posteriormente, à aspersão de água benta no leito do casal. A sacralização do casamento pela Igreja ocorreu no século XII, e, apenas no século XIII, o rito do matrimônio foi transferido para a Igreja para ser realizado por um padre e teve a normalização da moral cristã, tornando-o monogâmico e indissolúvel (Araújo, 2002). Mais tarde, no Concílio de Trento (1545-48), a Igreja Católica estabeleceu que o casamento, por ser um sacramento, deveria ser governado apenas pela lei da Igreja (Therborn, 2006).

Com o Concílio de Trento, o casamento foi instituído como o lugar legítimo para uso dos prazeres, desde que voltado para a procriação, seu fim natural. Dessa forma, o casamento passou a ter três regras básicas para a sua existência:

- 1) a imposição da relação carnal (dívida conjugal) como algo obrigatório no casamento, sem o qual ele não teria sentido;
- 2) a condenação de todo e qualquer ardor na relação carnal entre os cônjuges;
- 3) a minuciosa classificação dos atos permitidos ou proibidos, tendo em vista a função criadora (Araújo, 2002, p. 4).

Diante das regras impostas, o divórcio poderia ocorrer em algumas situações. É importante, primeiramente, verificar a acepção da palavra divórcio para a época. Divórcio, para o direito canônico, poderia significar a separação do leito e da habitação ou apenas a separação do leito e poderia ser concedido por um tempo determinado ou sem uma previsão de prazo. Caso o divórcio fosse permanente, as pessoas estariam impedidas de casarem-se novamente; dessa forma restaria apenas a união consensual (Campos, 2003).

O divórcio só poderia ser concedido se a sua causa fosse por

maus-tratos ou sevícias; perigo de salvação por heresia; apostasia; perigo de vida por atentado de violência; mau proceder desregrado do cônjuge; calúnia em matéria melindrosa e grave; falta de virgindade na mulher nubente; adultério formal de qualquer dos cônjuges (Campos, 2003, p. 542).

Uma outra possibilidade de separação do casal se dava por meio de solicitação de nulidade do vínculo nupcial. Essa era uma possibilidade para aqueles que pretendiam refazer o vínculo do casamento com outra pessoa. A nulidade, contudo, não era concedida indiscriminadamente. Segundo Campos (2003), a concessão de nulidade do casamento é verificada em documentos de acordo com os seguintes critérios: o não seguimento dos rituais adequados de casamento, qual seja, a presença de um pároco e de duas ou três testemunhas; o erro de pessoa, o que significa a ignorância da condição de servil do noivo e da bigamia; o voto de castidade e impedimentos de consanguinidade. Os impedimentos de consanguinidade relacionavam-se a parentes consanguíneos e à afinidade corporal, que se dava entre duas pessoas quando uma das quais teve cópula carnal com um parente consanguíneo da outra.

As formalidades para o divórcio e para a nulidade obedeciam às mesmas regras: petição inicial, contrarrazões, tomada de depoimentos e sentença. Verifica-se, entretanto, que a concessão de nulidade era rara; sendo assim, a grande maioria dos casos terminava pela concessão do divórcio (Campos, 2003).

Apesar da existência de divórcios legalmente sancionados pelo direito canônico, isso não significava que o divórcio fosse um tema aceito pela

sociedade. É identificado por Campos (2003) um discurso antdivorcista entre membros da sociedade.

A Igreja permaneceu como única reguladora das práticas matrimoniais pelo menos até o século XVIII ou até a Revolução Francesa (Flandrin, 1987). De acordo com Therborn (2006), a partir da Revolução Francesa, iniciou-se uma grande disputa entre as autoridades seculares nacionais e a forte Igreja supranacional. Um exemplo foi o Código de Napoleão (1804), que descrevia como deveria ser o procedimento civil para a validação do casamento. O Código de Napoleão foi o primeiro código legal a obter êxito irrefutável e a influenciar os sistemas legais de diversos outros países. Apesar de, ao final do século XIX, ter havido uma contestação papal quanto à regularização da união entre os noivos pelo Estado, aos poucos, o direito do Estado passou a regular inteiramente a instituição do casamento. Essa regularização teve implicações nas formas de rompimento do vínculo conjugal. Este assunto será retomado adiante.

Na Idade Moderna, além da sacralização do casamento, pode-se observar outras mudanças referentes às relações entre os casais. De acordo com Beach e Tesser (1988), essas mudanças ocorreram de forma que as relações passaram a ser mais igualitárias e focadas principalmente na satisfação mútua dos cônjuges. Nesse mesmo período, houve uma maior preocupação da sociedade ocidental com o conceito de amor romântico (Branden, 1980). Essas mudanças influenciaram de tal modo que o amor passou a ser o centro do relacionamento conjugal.

O amor romântico tem origem na tradição do amor cortês do sul da França (Macfarlane, 1990). Inicialmente esse amor estava relacionado a uma paixão

adúltera, uma vez que a mulher objeto da paixão, geralmente, era casada. As histórias contadas por poetas sobre o amor cortês normalmente relatavam um herói disposto ao sacrifício, mas que não buscava o encontro carnal com a amada ou mesmo o casamento; buscava apenas como retribuição um ato de carinho, um reconhecimento do amor. O amor cortês era diferente do amor cavalheiresco. Este era quase sempre ligado a um adultério carnal ou a uma proeza que resultava no casamento (Araújo, 2002).

A concepção de amor cortês aos poucos foi sendo ampliada até ser relacionada ao amor conjugal. É importante apontar que os aspectos do idealismo e da fantasia presentes no amor cortês permaneceram presentes no amor romântico.

Na sociedade moderna, outras modificações podem ser observadas, como a mudança no papel da comunidade, dos relacionamentos e do casamento. Essas mudanças caracterizaram-se pela diminuição do número de casamentos, pelo aumento da idade média dos noivos e pela diminuição da importância da família biológica na escolha do cônjuge (Gillis, 1992, apud Bulcroft & cols., 2000). Além disso, verifica-se o envolvimento maior do indivíduo na escolha do parceiro.

No período de 1500 a 1750, verifica-se que o casamento e o relacionamento heterossexual são uma preocupação secundária, já que as principais preocupações eram estar empregado e ter segurança econômica. Isso porque, nessa época, os jovens não podiam contar com a herança ou o suporte da família. De fato, muitas famílias tornaram-se dependentes dos ganhos de seus filhos (Ben-Amos, 1994, apud Bulcroft & cols., 2000).

Nessa época, verifica-se também uma ênfase menor no *status* marital como marcador da idade adulta, pois outros marcadores como os relacionados à idade, ao treinamento obtido e ao emprego estavam presentes. Isso não significa a inexistência da importância do casamento, pois observa-se a existência de grandes casamentos com cerimônias elaboradas e a diferença no tratamento para com aqueles que eram casados, como apontam Bulcroft e colaboradores (2000).

Na segunda metade da Sociedade Moderna e início da Idade Contemporânea, no período de 1750 a 1850, outras mudanças relacionadas às relações maritais podem ser observadas. A tradição dos grandes casamentos foi se dissipando. Embora ainda existisse na elite e nas classes populares, a sua importância foi diminuindo. Isso porque o casamento passou a ser gradualmente uma questão exclusiva do casal e não mais da comunidade em que o casal estava inserido. Como afirmam Bulcroft e colaboradores (2000), o casamento conjugal tomou o lugar do casamento na coletividade.

No início de 1850, as forças da Revolução Industrial transformaram a família e o processo de escolha de parceiro. O fato mais relevante referente à transformação da família diz respeito à mudança de estrutura da família extensa (com vários níveis de parentesco) para a família nuclear (pai, mãe e filhos). Essa transformação teve como uma das possíveis causas a passagem da família rural tradicional para a família urbana industrial. Vários fatores determinaram essa mudança, mas dois deles parecem ter sido os mais relevantes. Um foi o fato de a família ter deixado de ser predominantemente uma unidade de produção para ser predominantemente uma unidade de consumo. A família extensa se justificava, na sociedade agrária, pois permitia um número maior de pessoas para trabalhar;

contudo, nas comunidades urbanas, tornou-se desnecessário ter um grande número de parentes e filhos, pois uma família numerosa tem mais dificuldades de se sustentar que uma família pequena. O outro fator era a mobilidade geográfica que um indivíduo precisava ter para ir em busca de trabalho e estudo, não podendo, desta forma, manter-se próximo de seus parentes durante toda a vida (Bulcroft & cols., 2000).

A mobilidade geográfica também foi uma das causas que levou o amor a ser um critério de escolha do parceiro. Os critérios anteriormente usados eram bastante concretos, como a capacidade dos noivos para o trabalho, a capacidade para gerar filhos e a posse de recursos econômicos. Com as mudanças proporcionadas pela Revolução Industrial, o amor tornou-se funcional, pois possibilitou ao indivíduo escolher um parceiro que servisse como suporte afetivo e emocional, suporte este que antes era encontrado na família, mas que precisou ser substituído, já que o indivíduo passou a não conviver mais no mesmo espaço geográfico da família.

De acordo com Costa (1998), o amor romântico existe apenas em sociedades em que o sujeito tem que se afastar da rede cultural mais ampla. Com isso, o amor passa a ser utilizado como forma de compensação para dar sentido à própria existência. A partir dessa constatação, o amor passa a ser concebido como sentimento de pertencimento. Segundo Féres-Carneiro e Magalhães (2005), na medida em que o sujeito “sente que pertence a alguém, e alguém lhe pertence, esse laço faz com que ele não se sinta desconectado do mundo, embora seja um sujeito autônomo” (p. 112).

A Revolução Industrial também contribuiu para o surgimento de uma cultura diferente que tinha como base o reconhecimento do indivíduo e da importância da sua felicidade. Isso porque foi a partir da Revolução Industrial e posteriormente com o capitalismo que, pela primeira vez, se reconheceu explicitamente que os seres humanos deviam ser livres para decidir sobre os seus assuntos (Branden, 1980). De acordo com Branden (1980), o individualismo foi uma força que revolucionou o mundo e os relacionamentos humanos. A partir dessas condições, a escolha amorosa poderia ser feita, dessa vez, pelo indivíduo e tinha como objetivo a busca da sua felicidade.

O aumento da importância do amor na escolha do parceiro e a mudança do conceito de amor foram, ambos, graduais. Apenas no início do século XVIII o amor tomou a forma do amor romântico. Há 200 anos o amor foi primeiramente concebido como algo concreto, no sentido de dar e receber algo tangível (Gillis, 1996, apud Bulcroft & cols., 2000). Nesse caso o amor podia ser usado como um critério de escolha; entretanto, as expressões de amor, nessa época, foram construídas tendo como base os papéis de gênero. Isso foi possível porque uma peculiar construção do amor no cristianismo ajudou a manter uma dimensão prática e objetiva na maioria dos relacionamentos. Os ensinamentos religiosos possibilitaram a construção de uma família em que a mulher deveria proteger a família das imoralidades do mundo público, e o marido deveria participar como provedor. Além disso, esses ensinamentos também influenciaram nas regras de manutenção do casamento (Bulcroft & cols., 2000).

É interessante notar que a construção de uma família, nos moldes propostos pelo cristianismo, passou a ser importante. Segundo afirma Gillis (1992,

apud Bulcroft & cols., 2000), nesse período, ter um marido passou a ser mais importante do que ter um marido com qualidades. O casamento passou a ser um significativo rito de passagem para a idade adulta, e, com isso, tornou-se a verificar a presença dos grandes casamentos. O aumento do *status* do casamento na sociedade também teve como consequência o declínio da idade dos noivos no casamento e o declínio do número de pessoas solteiras.

Observa-se, atualmente, um quadro diferente do exposto acima. Verifica-se a diminuição da importância econômica e do *status* do casamento com o aumento no número de coabitações, no número de nascimentos de crianças fora do casamento e com o aumento da idade dos noivos. O declínio social e econômico do casamento, como apontam Bulcroft e colaboradores (2000), é resultado do colapso do parentesco, do aumento da importância do alcance do sucesso na determinação do *status* individual, do aumento da independência econômica da mulher, do fato de a família ter deixado de ser a base da produção econômica e do aumento da mobilidade social e geográfica.

Apesar dessa realidade, verifica-se que os casamentos estão cada vez mais elaborados. Com isso, observa-se o retorno dos grandes casamentos. Esse retorno é resultado de forças diferentes das observadas nos períodos anteriores. Anteriormente, os grandes casamentos eram resultados do interesse da comunidade sobre os noivos. Hoje, no entanto, a manutenção desse ritual está baseada no interesse em construir uma identidade e uma biografia pessoal. Isso ocorre devido a alguns fatores. Primeiro, o casamento continua sendo um marco para a passagem à idade adulta. Os marcadores formais que existem hoje, como a maioridade definida por lei, ou o término do ensino médio ou superior, entre

outros, não são considerados como tal, pois ocorrem enquanto os jovens ainda estão sob a dependência econômica parental. Segundo, a interpretação sobre a vida e o tempo modificou-se. Uma das causas dessa mudança está no aumento da expectativa de vida e nas diversas possibilidades de trajetórias de vida, o que gera uma ideia de tempo mais bem definida. Anteriormente, o significado da vida dava-se ao seu final tendo em vista o que foi construído e os herdeiros que o indivíduo deixou. Hoje, o sentido da vida se dá no presente, isto porque o sentido de identidade está mais vinculado a indicadores simbólicos, como modelo de carro, marca de roupa, pessoas com quem o indivíduo convive. Essa modificação também é consequência da habilidade atual do mercado de massa em transformar o *self* em mercadoria (Bulcroft & cols., 2000).

Além das implicações citadas acima, as consequências emocionais do casamento aumentaram para o indivíduo. Nos períodos anteriores, os indivíduos possuíam uma família extensa e várias amizades do mesmo sexo para lidar com a solidão. Na sociedade atual, as alternativas são mais limitadas; sendo assim, o resultado para o indivíduo em não estar em um relacionamento de longo prazo pode ser a solidão. Com isto, aumenta a pressão do indivíduo em encontrar um parceiro que possibilite preencher o vazio emocional. A formação e a manutenção de um relacionamento marital com qualidade passaram a ser o objetivo principal da vida, com implicações significativas para a formação da identidade (Bulcroft & cols., 2000; Costa, 1998).

Podemos observar que, ao longo da história, o papel da família se modificou, ocupando diferentes funções na sociedade. Na Antiguidade e na Idade Média, a família tinha como função básica a manutenção da riqueza e da

propriedade. Com a influência do cristianismo a partir do século V, a Igreja passou a regularizar aspectos da vida cotidiana conjugal, delimitando, por exemplo, os papéis dos cônjuges no casamento e os motivos permitidos para a dissolução conjugal. A família passou a ser, então, o espaço de controle dos comportamentos considerados adequados pela Igreja. Atualmente, houve a inclusão da perspectiva amorosa na escolha dos parceiros, tornando a família o lugar em que os indivíduos encontram a sua satisfação e constroem a sua identidade. Observa-se, com essas modificações, uma mudança na posição da família na sociedade: antes, a família possuía o estatuto de instituição, e hoje, observa-se a família como um espaço relacional (Singly, 2007), ou seja, a família passou a ser um espaço de valorização da afetividade, em que se busca uma convivência agradável e satisfatória.

Considerando os contextos históricos e culturais, é importante retomar, neste momento, a questão da secularização do casamento, a qual permitiu o estabelecimento do divórcio na união civil. Historicamente, os países que consideravam o casamento uma instituição sagrada não aceitaram o divórcio (Therborn, 2006), como é o caso, ainda hoje, em Malta e nas Filipinas. Os países com menos incidência de separação são países extremamente católicos, como Irlanda e Itália, com números abaixo de 10% (Wikipedia, 2006).

Os primeiros países a estabelecerem o divórcio sem culpa foram a Noruega (1909) e a Suécia (1915) (Therborn, 2006). No Brasil, o divórcio foi regulado pela Lei 6.515 de 28 de junho de 1977. Antes de 1977, no Brasil, o divórcio seguia os postulados do Direito Canônico, ou seja, havia a separação dos corpos sem indissolubilidade do vínculo matrimonial, e somente nos casos

previstos pela Igreja. O termo desquite foi inserido na Legislação Civil, em contraposição ao divórcio, para identificar a separação de corpos e a manutenção do vínculo matrimonial (Vainer, 1999).

Verifica-se, nos últimos 50 anos, no mundo ocidental, um aumento no número de divórcios (na maioria dos países ocidentais o número dobrou), com um pequeno declínio nos últimos cinco anos (Therborn, 2006). No Brasil, no ano de 1994, o número de divórcios e separações judiciais foi de 179.623; no ano de 2004, de 224.052 (IBGE, 2004); e, no ano de 2007, foi de 231.329 (IBGE, 2007). A partir dos dados, é possível observar que, entre 1994 e 2004, houve um aumento no número de divórcios e separações e que, a partir do ano de 2004, esse número teve pouca oscilação (0,82%) (IBGE, 2007).

De acordo com a legislação brasileira, existem duas formas para a solicitação do divórcio. Uma é protocolar o pedido de divórcio junto à justiça civil após dois anos de separação de fato. Uma outra se dá por meio da separação judicial. Nesse caso, o divórcio só pode ser pedido após um ano da sentença da separação judicial. Durante esse ano, o casal, se quiser, pode solicitar o cancelamento da separação e retornar à situação de casados. Os dados de pesquisas realizadas nos Estados Unidos da América indicam que 75% das separações judiciais terminam em divórcio (Gottman, 1993).

Um dos possíveis motivos do aumento do número de divórcios está na mudança da responsabilidade da escolha do parceiro. Como foi exposto antes, anteriormente a família e a comunidade tinham um papel importante na escolha do parceiro. As normas e regras estabelecidas pela família, assim como a expectativa bem definida do que seria um cônjuge adequado, faziam com que o

risco na escolha fosse menor e, em caso de o casamento apresentar dificuldades, os familiares eram os primeiros a trabalhar para a sua manutenção. Dessa forma, a responsabilidade pela manutenção do casamento era da família e daqueles que concordaram com a escolha do parceiro. Atualmente, a responsabilidade tanto da escolha do parceiro como da manutenção do casamento é quase que exclusiva do indivíduo, ou seja, o indivíduo precisa sozinho definir as características desejáveis do parceiro e estabelecer as práticas conjugais mais adequadas, já que não há uma definição concreta do modo correto de agir.

O fracasso no casamento também está relacionado às contradições do amor romântico vivido na atualidade, como afirmam Bulcroft e colaboradores (2000). A primeira contradição está relacionada ao comportamento do casal na relação a dois. De acordo com o que é publicado nas revistas encontradas em bancas, o amor deve ser espontâneo e passionai, mas também exige trabalho e comprometimento das partes. A segunda contradição diz respeito às diferenças do público e privado em relação às diferenças de gênero. Verifica-se que o avanço alcançado referente à igualdade de papéis femininos e masculinos na esfera pública não foi o mesmo na esfera privada (Garcia & Tassara, 2001). Os homens não assimilaram a ideia de igualdade na mesma velocidade que as mulheres. Dessa forma, observam-se atualmente tensões entre homens e mulheres sobre as negociações dos papéis feminino e masculino no casamento. Discutir-se-á em uma seção posterior, a relação entre o amor romântico e as questões de gênero.

Segundo Beach e Tesser (1988), uma das possíveis variáveis do aumento do número de divórcios é a mudança de valores em relação ao amor e ao

casamento. Como já exposto, o amor passou a ser o elemento central da relação conjugal; com isto, espera-se que o amor dure durante todo o casamento. Sendo assim, esses autores argumentam que o aumento do número de divórcios está relacionado à dificuldade em manter um casamento em que se esteja apaixonado o tempo todo e não apenas um casamento que seja funcional.

Apesar do aumento do número de divórcios, as pessoas continuam se casando. Como afirma Bawin-Legros (2004), a família continua a ser um valor importante, e o casamento continua sendo o lugar onde a intimidade é construída e experienciada. A autora, contudo, salienta o fato de que a noção de casamento foi ampliada, pois já não é tão fácil delimitar um casal. Um casal pode ter várias formas: ele pode estar casado formalmente, pode apenas conviver no mesmo local, ou pode, ainda, cada parte do casal viver separadamente. Já Gomes e Paiva (2003) chamam a atenção para a mudança no sentido de família com os recasamentos. Sendo assim, a família pode também se constituir de padrasto, mãe, filhos e enteados, como de madrasta, pai, filhos e enteados. A complexidade da família aumenta se houver mais de um recasamento.

De acordo com o exposto referente à evolução histórica dos conceitos discutidos, pode-se observar três grandes transformações, como afirma Bawin-Legros (2001). A primeira diz respeito à transformação das referências, o que significa a passagem da referência no grupo para a referência no indivíduo. A segunda se refere à transformação das normas que passaram a ser privadas. Isto significa que, com a transferência da referência para o indivíduo, cabe a ele definir as suas próprias normas, ou seja, cabe ao indivíduo e ao seu parceiro decidirem pelo casamento ou não, pelo divórcio ou não, entre outros aspectos da vida a

dois. A terceira é a transformação dos modelos de família. Verifica-se que a família deixou de ser tratada no singular para ser tratada no plural, por existirem vários modelos de família (pai, mãe e filho; mãe e filho; pai e filho; padrasto, mãe, filho e enteados, entre outros).

A partir dos indicadores históricos do conceito de amor, casamento e divórcio pode-se verificar a construção sócio-histórica de cada um deles. A forma como cada conceito é concebido e suas inter-relações influenciam a maneira como as pessoas se relacionam intimamente, no casamento e na família. Atualmente, o amor é concebido na forma do amor romântico; por isso, ao realizar uma pesquisa sobre o tema no mundo ocidental, é necessário considerar esse modelo nas avaliações sobre os dados coletados.

A seguir, será delimitado o campo conceitual do amor, e, para isto será feita uma revisão da literatura sobre as formas como o amor pode ser apreendido.

3 O AMOR: AS VÁRIAS POSSIBILIDADES CONCEITUAIS

Demarcar o campo conceitual do amor não é tarefa fácil, pois existem várias dificuldades e limitações. Primeiro, o conceito de amor varia de acordo com o tempo e o contexto sócio-histórico, como apresentado anteriormente. Além disto, o conceito de amor também pode variar de acordo com a cultura (Beach & Tesser, 1988; Peele, 1988) e pode, ainda, ser verificado como algo que varia de indivíduo para indivíduo, ou seja, o amor pode ser tratado como uma experiência individual (Dion & Dion, 1988; Berscheid, 1988).

Sobre esta última questão é relevante fazer uma ressalva. Não há dúvidas de que cada ser humano é único. Isso é consequência da combinação genética parental e do contato desses genes com um ambiente determinado. O ser humano, porém, é constituído nas relações sociais; sendo assim, os indivíduos “estão inseridos em determinados espaços onde se impõe a apreensão diferenciada dos objetos sociais que constituem os diferentes sistemas de referências identitárias” (Sobrinho, 2000, p. 120). Vários estudos comprovam que, apesar de o indivíduo ser único e particular, é possível compreendê-lo a partir de seu grupo social (Doise & cols., 1995; Arruda, 2000; Martins; Trindade & Almeida, 2003). A negação dessa possibilidade significa a opção por desconsiderar a importância do contexto sócio-histórico. Dessa forma, neste trabalho, o amor não será considerado como variável individual.

A dificuldade em delimitar o campo conceitual do amor também está relacionada à diversidade teórica em Psicologia. Dentro das concepções da Psicologia, não existe uma congruência em torno do que seria o amor, já que para

cada uma das grandes teorias em Psicologia o amor tem seu próprio significado. Apesar dessas dificuldades observa-se a tentativa de explicar o amor e até mesmo tipificá-lo entre alguns pesquisadores. De fato, pode-se observar três teorias criadas especificamente para explicar e compreender o amor.

A seguir, o conceito de amor será discutido em cada uma dessas possibilidades. Primeiramente, será tratado o amor nas diferentes culturas, e, a seguir, o amor de acordo com as grandes teorias psicológicas. Neste caso, será apresentado o amor como emoção, o amor como atitude e o amor como julgamento. Por último, serão apresentadas as teorias mais recentes que buscam explicar o amor, quais sejam, as Tipificações do Amor, de Lee; a Teoria de Apego (adulto), de Shaver, Hazan e Bradshaw e; a Teoria Triangular do Amor, de Sternberg.

3.1 O AMOR EM DIFERENTES CULTURAS

O amor pode tomar diferentes formas de acordo com o contexto cultural (Beach & Tesser, 1988; Peele, 1988). Essa diferença se dá porque a cultura de cada sociedade tem desenvolvimento, valores, ideias de mundo e crenças diferentes que vão originar uma realidade única. Essa realidade é reflexo do intercâmbio de conhecimentos, experiências do cotidiano, de sentimentos, de opiniões, entre outros. Nessa ótica, verifica-se que a linguagem tem uma posição privilegiada na construção e circulação do significado. A linguagem não é apenas

uma forma de relatar ou transmitir com neutralidade os significados; ela também os constitui (Guareshi, Medeiros & Bruschi, 2003; Jodelet, 2001).

Há várias formas de definir cultura, já que historicamente, na Sociologia e na Antropologia, têm surgido vários conceitos que procuram explicá-la. De uma forma geral, a cultura abrange um conjunto de ideias, crenças, valores, costumes e produtos materiais que são passados de geração em geração (Colman, 2003). Sendo assim, por meio da cultura pode-se observar traços perfeitamente identificáveis que caracterizam um determinado grupo social, como linguagem utilizada, alimentação, crenças, instrumentos, entre outros.

O conceito de amor também sofre variações de cultura para cultura, uma vez que dependerá dos valores, das ideias, das crenças e da conduta de determinado grupo. Na China, por exemplo, a palavra amor é utilizada para descrever um relacionamento ilícito que não é aprovado pela sociedade (Hsu, 1981, apud Dion & Dion, 1988). Os sentimentos descritos em um relacionamento íntimo, nessa sociedade, são outros, como confiança e respeito. Hsu faz uma elaborada explicação para justificar as diferenças entre a cultura chinesa e a ocidental (Estados Unidos da América) a respeito do amor, utilizando dois parâmetros: o individualismo e o coletivismo. Segundo este autor, o sentimento de amor vivenciado pelas sociedades ocidentais baseia-se na satisfação pessoal ao passo que os sentimentos experienciados no relacionamento íntimo, pelos chineses, reflete a sua cultura, que é centrada na situação e no conjunto social.

Pode-se observar que a diferença encontrada referente ao amor nas diferentes culturas abrange temas relacionados ao amor, como a paixão e o ciúme. Peele (1988) demonstra isso a partir dos estudos de Levy e Hupka. De

acordo com Peele (1988), Levy verificou, em suas pesquisas, que os taitianos e outras populações do Pacífico Sul não concebem o significado de ficar apaixonado, e Hupka, ao procurar quantificar o sentimento de ciúme entre diversas culturas, observou que esse sentimento é raro em sociedades nas quais não se enfatiza a propriedade particular; dessa forma, não existem grandes restrições nas práticas sexuais, e o reconhecimento social não se baseia no casamento ou em chefiar um lar.

A partir do exposto, verifica-se que o conceito de amor pode ter diferentes significados em diferentes culturas. Sendo assim, os estudiosos que procuram investigar o amor e os temas relacionados precisam considerar a cultura em que a sociedade estudada está inserida. Caso isso não ocorra, os resultados encontrados perdem em consistência, fragilizando o estudo realizado. Por isso, é necessário delimitar corretamente o contexto social, tanto espacialmente quanto temporalmente.

3.2 PERSPECTIVAS DE ESTUDO SOBRE O AMOR EM PSICOLOGIA

O amor pode ser concebido de várias formas de acordo com a abordagem utilizada. Murstein (1988) fez um levantamento que mostra a variedade de abordagens no estudo sobre o amor, e seu trabalho será utilizado como um guia para a avaliação dessas formas.

Uma das formas de compreender o amor é como emoção. O amor visto desta perspectiva, é tratado como sentimentos afetuosos e de satisfação sexual

que implicam estimulação parassimpática. O padrão parassimpático, chamado de resposta de relaxamento, é um conjunto de reações em todo o corpo que gera um estado geral de calma e satisfação (Goleman, 1995).

De acordo com Goleman (1995), o amor como toda emoção “são, em essência, impulsos para agir, planos instantâneos para lidar com a vida que a evolução nos infundiu” (p. 20). A partir disto, cada emoção desempenha uma função específica para a manutenção da sobrevivência do ser humano. O amor, nesse caso, possibilita satisfação e cooperação entre as pessoas.

É importante ressaltar que as características biológicas que predisõem os indivíduos para a ação são moldadas pela experiência e pela cultura. Desta forma, o amor é experienciado universalmente, porém a forma como cada um o vivencia sofre influência da cultura em que está inserido. Sendo assim, esta maneira de estudar o amor tem grande importância; contudo, não possibilita o aprofundamento nas formas de amor existentes, uma vez que isso só pode ser avaliado se considerados a cultura e o contexto histórico. Além disso, Murstein (1988) aponta para um outro problema. Para o pesquisador, tratar o amor como uma emoção não é interessante, pois a emoção é um critério muito instável para o estudo. Para chegar a essa conclusão, propõe a seguinte situação: um casal teve um grande desentendimento, o que gerou insatisfação e irritação de ambas as partes. Nesse caso, o que o pesquisador deve considerar? Que não há amor? Caso positivo, é necessário perguntar: O amor só é possível quando o casal está bem? Os dois problemas levantados sobre o critério de tratar o amor como uma emoção são relevantes, uma vez que impossibilitam alcançar o objetivo de entender o amor conjugal no cotidiano do casal.

Outra possibilidade de estudo do amor é tomá-lo como uma atitude. Esta maneira de lidar com o amor também tem suas limitações. Murstein (1988) aponta primeiramente a dificuldade dos estudiosos desta perspectiva em definir o amor; todas as definições se mostram imprecisas. Murstein (1988) exemplifica essa dificuldade com a definição proposta por Rubin (1970), que concebe o amor como uma atitude que pode levar ao casamento. Neste caso específico, o amor só é entendido por sua consequência; entretanto, uma pessoa pode afirmar que ama outra e não necessariamente casar-se com esta no futuro.

Uma outra questão que se levanta ao tratar o amor como uma atitude é que, muitas vezes, os resultados das escalas de atitude não são condizentes com a realidade do indivíduo pesquisado. Como Murstein (1988) argumenta, muitos indivíduos que alcançam um *score* alto nas escalas de atitude que investigam sobre o amor persistem em dizer que não estão amando. Uma outra limitação verificada é que as escalas de atitude propõem uma pontuação contínua; entretanto, o comportamento correlato dessa pontuação pode não ser proporcional às diferenças nas pontuações (Murstein, 1988). Lane (1995) também concorda com Murstein ao expor que a atitude “é sempre uma inferência a partir de verbalizações, de predisposições internas que mantém relações tênues com comportamentos observados” (p. 63). Segundo a autora, “é um conceito que vem confirmando o falar e o fazer como comportamentos diferentes”.

Uma outra limitação em tratar o amor como uma atitude é discutida por Doise (2001). Esse autor mostra que os estudos da atitude não conseguem ir além do indivíduo, ou seja, não conseguem fazer a relação da atitude do indivíduo com o seu contexto social e cultural. Para o autor deveria haver uma

conceituação mais integrada das atitudes, “articulando o estudo de um sistema apreendido no nível do indivíduo com o estudo de sua inserção em sistemas de natureza societal” (p. 189).

O amor também pode ser considerado como um comportamento. Neste caso, também se encontram limitações. As limitações do estudo estão relacionadas ao repertório de comportamento referente ao amor. Primeiro, o repertório é gigantesco. Bercheid (1988) cita Finck, cientista comportamental da Rainha Vitória, o qual, em 1891, chamava atenção para a dificuldade do estudo sobre o amor. Para Finck, o amor é um tecido de paradoxos e existe em tantas variedades e formas que se pode falar quase qualquer coisa sobre o amor que, provavelmente, estará correto. Uma outra limitação é que nem sempre um comportamento que aparentemente está relacionado ao amor é tido como tal pelo indivíduo ou vice-versa.

Murstein (1988) levanta os problemas encontrados nas perspectivas anteriores para propor o estudo do amor sob a abordagem cognitiva. Para esse autor, se o amor não pode ser reduzido a uma emoção ou a um comportamento, deve ser tratado como um julgamento pessoal. Sendo assim, o amor deve ser entendido como uma decisão cognitiva tomada pelo indivíduo que, segundo Murstein (1988), se dá a partir de um critério estabelecido pelo indivíduo que pode se basear em emoções, atitudes e comportamentos experienciados pelo indivíduo.

A teoria cognitiva é uma possível vertente para o estudo do amor, mas também possui algumas limitações. A principal é que a maioria dos estudos nessa abordagem descreve processos intraindividuais e não considera o seu conteúdo,

assim como a sua origem social, ou seja, a formação de esquemas cognitivos “segue um modelo individualista de processamento de informações em que seus processos de classificação e categorização pertencem ao funcionamento do indivíduo” (Leme, 1995, p. 51) e não constituem estruturas que podem refletir uma realidade histórica e cultural.

Ao conceber a realidade histórica e cultural como fundamental no estudo do ser humano e de aspectos de sua vida como o amor, propõe-se que a Psicologia Social é a abordagem mais adequada para o estudo. Desta forma, será utilizada nesta pesquisa tal abordagem, como apresentado anteriormente.

A seguir, serão levantados os campos teóricos estruturados especificamente com o objetivo de compreender o amor.

3.3 AS TEORIAS PSICOLÓGICAS SOBRE O AMOR

Verificam-se, recentemente, três novos construtos teóricos que contemplam a temática amor. São eles: as Tipificações do Amor, de Jonh Alan Lee; a Teoria de Apego, de Shaver, Hazan e Bradshaw e; a Teoria Triangular do Amor de Robert J. Sternberg. As três teorias serão apresentadas a seguir.

3.3.1 Os Estilos de Amor

Um dos primeiros autores a descrever o amor no contexto da Psicologia, de acordo com Colman (2003), foi o sociólogo John Alan Lee, na década de 1970.

Lee (1988), ao estudar o tema propõe os Estilos de Amor. De fato, o autor busca definir os estilos de relacionamento amoroso. Vários métodos foram utilizados para alcançar a nomeação dos estilos de amor. Primeiro, foi feito um levantamento do que seria amor em livros de romance, em filmes e livros do campo de conhecimento da Filosofia e da Psicologia. Depois, foi feita uma categorização dos dados levantados, chegando aos estilos propostos. Para verificação da aplicabilidade destes estilos, foram realizadas entrevistas com pessoas heterossexuais e homossexuais, as quais confirmaram os estilos propostos.

Devido à complexidade do tema e à impossibilidade de afirmar quantos estilos de relacionamento existem, Lee (1988) parte da possibilidade de avaliar os estilos de relacionamentos a partir de seus componentes primários. Sendo assim, propõe três estilos primários de amor: Eros, Ludus e Storge.

a) Eros. As pessoas que possuem o estilo Eros sabem descrever de forma clara que tipo físico é o mais atrativo em sua concepção e sentem grande excitação ao observar pessoas que se parecem com o tipo físico de seu gosto. Demonstram querer conhecer o amado de forma rápida e intensa e procuram expressar seu prazer em estar com o outro de forma verbal e tátil. Normalmente, buscam um relacionamento exclusivo. As pessoas que se enquadram em Eros acreditam que achar o amado ideal e viver com ele é a atividade mais importante de suas vidas.

b) Ludus. Este estilo de amor caracteriza-se pela diversão e pela falta de compromisso com um único parceiro. Este tipo de amor está associado a

pessoas que não querem comprometimento com o amor. As pessoas que aderem ao estilo de amor Ludus acham que vários tipos físicos são atraentes e não veem contradição em amar vários parceiros igualmente ao mesmo tempo. Além disso, evitam ver o parceiro com frequência, como forma de esquivar-se do estabelecimento de compromisso.

- c) Storge. As pessoas que possuem este estilo acreditam que o amor é uma amizade especial. Para essas pessoas, é importante conhecer o parceiro primeiro como um amigo, antes de qualquer interação sexual. Não se verifica uma preferência por um tipo físico, uma vez que a questão emocional está em primeiro plano. O ideal de amor, neste caso, é a amizade e a família.

Lee (1988) indica que, a partir dos três estilos de amor descritos acima, várias outras formas de amor com características diferentes podem ser derivadas. Contudo, o autor apresenta apenas seis estilos, também chamados de estilos secundários. A seguir está o Quadro 1 que sintetiza os seis tipos de amor.

Quadro 1: Os seis tipos de amor de John Alan Lee.

- | |
|---------------------------------------|
| 1) Eros + Ludus = Mania |
| 2) Ludus + Storge = Pragma |
| 3) Eros + Storge = Ágape |
| 4) Storge + Eros = predomínio Storge |
| 5) Ludus + Eros = predomínio Ludus |
| 6) Storge + Ludus = predomínio Storge |

- 1) Mania. Este estilo é o resultado da combinação de Eros e Ludus e é caracterizado por ser irracional, obsessivo e dependente. As pessoas com este tipo de amor têm a necessidade de estar amando, mas têm medo de que o amor seja difícil e doloroso. Não sabem ao certo qual tipo físico as atrai e, geralmente, escolhem pessoas que não possuem qualidades que combinem com as suas. Também buscam ver a pessoa todos os dias e imaginam o futuro junto com o parceiro. Além disso, apresentam comportamentos exagerados para demonstrar o seu amor ou para demonstrar ciúmes. Geralmente não encontram satisfação sexual, mas têm dificuldades para terminar o relacionamento
- 2) Pragma (é a combinação de Ludus e Storge). Para as pessoas deste estilo, encontrar um parceiro é algo prático. Geralmente, procuram o parceiro em um ambiente de sua convivência e o avaliam primeiro antes de decidir por tentar uma aproximação. De acordo com Fisher (2004), as pessoas que sentem este estilo de amor não são movidas por emoção ou no sentido de fazer grandes sacrifícios, mas por aquilo que vão ter em retribuição. Para Lee (1988), as pessoas que possuem este estilo de amor estão em busca de um parceiro compatível, ou seja, um parceiro que tenha os mesmos interesses, a mesma classe social, a mesma religião, entre outros.
- 3) Ágape. Este tipo de amor é a combinação de Eros e Storge e é caracterizado pelo amor fraternal, pela gentileza e pelo altruísmo. É o amor baseado na concepção de dever com o outro. Nesse sentido, é um amor

baseado na disposição para se dedicar ao próximo e na ausência de cobranças em termos de reciprocidade.

- 4) Storge e Eros. Embora tenha o mesmo conteúdo de estilo de amor Ágape, está estruturado de forma diferente. As pessoas que se enquadram neste tipo enfatizam mais os sentimentos de carinho e cuidado do que a intimidade sexual. Além disso, acreditam que o amor é um dever para com aqueles que precisam e é essencial para uma vida completa. Essas pessoas, embora não exijam reciprocidade, ficam mais satisfeitos quando ela ocorre.
- 5) Ludus e Eros. A combinação é a mesma do tipo de amor Mania, entretanto os elementos da combinação estão organizados de forma diferente. Este tipo de amor é concebido como uma experiência interessante e divertida. As pessoas com este estilo de amor são caracterizadas por conhecer pessoas facilmente e com interesse em experimentar os diferentes tipos de relacionamentos, sem apresentar, contudo, grandes emoções em seus relacionamentos. Não apresentam um padrão específico de interesse quanto ao tipo físico do parceiro. Além disso, evitam relacionamentos em que o ciúme esteja presente, e, caso o relacionamento não seja positivo, este é terminado sem grandes dificuldades.
- 6) Storge e Ludus. Da mesma forma que os anteriores, este tipo de amor tem o mesmo conteúdo que o tipo Pragma, mas sua configuração se dá de maneira diferente. Neste caso, a ênfase está em ter relacionamentos de curto prazo. Para as pessoas que se enquadram neste tipo de amor, não há necessidade de amar o parceiro para envolver-se com ele. O foco do

relacionamento está em um convívio prazeroso no qual as emoções são expressas de forma discreta. Para essas pessoas, o convívio ocorre quando é conveniente para ambas as partes, não havendo grandes alterações da rotina cotidiana em função do parceiro.

Os estilos apresentados não são estáveis na vida do indivíduo, e, mesmo que o indivíduo apresente um estilo de amor, isso não significa que se enquadre em todos os aspectos desse estilo. De acordo com Lee (1988), as pessoas podem variar de um estilo para o outro de acordo com as experiências da vida. O autor afirma, entretanto, que é importante avaliar qual o estilo preferencial do indivíduo em determinado momento, seja para autoconhecimento, seja para reconhecer o estilo de amor do parceiro, seja para procurar um parceiro com um estilo de amor mais adequado ao seu.

Lee, em seu trabalho, procurou definir o amor, mas deixou brechas para que a sua teoria fosse aprimorada e expandida. O amor, entretanto, como o próprio autor afirma, é um tema complexo e, por isso, possui uma outra gama de fatores que não é abordada nesta teoria. A seguir, será apresentado um outro corpo teórico sobre o amor e, neste, verifica-se o foco na compreensão das causas do comportamento amoroso.

3.3.2 A Teoria do Apego

A Teoria do Apego foi construída na década de 1970 e início de 1980, por J. Bowlby, em uma série de três volumes intitulada *Attachment and Loss*. A teoria tem como objetivo descrever e explicar, dentro de uma visão funcionalista e etológica, como bebês se tornam emocionalmente apegados à figura cuidadora e como sentem grande desconforto quando separados dessa figura (Shaver, Hazan & Bradshaw, 1988).

Os autores Shaver, Hazan e Bradshaw (1988), com interesse em pesquisar sobre o amor e verificando que as pesquisas nesse campo não possuíam nenhum arcabouço teórico próprio, propuseram a utilização da Teoria de Apego, de Bowlby. De acordo com os autores, o próprio Bowlby acredita que é profícua a extensão de sua teoria para a compreensão do amor adulto, afirmando que o comportamento de apego é característico do ser humano em toda a sua existência.

A Teoria do Apego baseia-se na proposição de que a evolução da espécie humana equipou o ser humano com vários sistemas de comportamentos que aumentam a possibilidade de sobrevivência e sucesso reprodutivo. De acordo com Bowlby (2002), o sistema de apego é fundamental para o funcionamento dos outros sistemas, como o sistema exploratório, o sistema de acasalamento e o sistema de cuidado. O sistema de apego tem a função de possibilitar a proximidade entre o cuidador e o bebê, para que o cuidador, então, proteja o bebê de predadores e de outras ameaças à sobrevivência. O sistema de apego é

composto por vários comportamentos, dentre os quais se podem citar: chorar, rir, pegar, andar, olhar entre outros.

De acordo com a teoria, o modelo de apego que um indivíduo “desenvolve durante a primeira infância é profundamente influenciado pela maneira como os cuidadores primários (pais ou pessoas substitutas) o tratam, além de estar ligado a fatores temperamentais e genéticos” (Dalbem & Dell'Aglio, 2005, p. 15). Durante a infância, a maioria das pessoas desenvolve um apego emocional para com um ou mais cuidadores nos quais encontram proteção, conforto e suporte. De acordo com a teoria, se a figura de apego é suficientemente sensível e responsiva, a criança desenvolverá um modelo interno positivo em relação a si e a pessoas com quem se relaciona. Esses modelos têm mostrado ser a base para uma relação saudável entre pessoas do mesmo grupo e para a competência pessoal. Caso, entretanto, uma ou mais figuras de apego sejam insensíveis ou não responsivas, o indivíduo desenvolve um modelo interno negativo de si e/ou das pessoas com quem se relaciona (Davis, Shaver & Vernon, 2003). Dessa forma, a teoria propõe que os modelos internos desenvolvidos nas relações com as figuras de apego primárias tendem, de maneira geral, a ser estáveis e a se generalizar para relações futuras (Bowlby, 1989).

De acordo com essa teoria, dois padrões de apego podem ser observados entre o bebê e o(s) cuidador(es): o padrão seguro e o padrão inseguro. O padrão inseguro pode ser caracterizado pelo padrão ansioso/ambivalente, o padrão evitativo e o padrão desorganizado ou desorientado. Os estudos iniciais de Mary Ainsworth identificaram três padrões de apego (seguro, ansioso/ambivalente e evitativo). Foram os estudos posteriores de Bartholomew e Horowitz e de Main e

Salomon que propuseram o quarto padrão de apego no qual a criança apresenta um comportamento misto, ora evitante, ora resistente (Davis, Shaver & Vernon, 2003).

O padrão seguro corresponde ao relacionamento cuidador-criança provido de uma base segura. A criança que possui este padrão sente-se segura para explorar o seu ambiente de forma entusiasmada e motivada e, quando estressada, mostra confiança em obter cuidado e proteção das figuras de apego que agem com responsividade. Essas crianças, quando separadas das figuras de cuidado, não se abatem de forma exagerada. As características da interação entre a criança e o cuidador são de cooperação, com instruções seguras e monitoração por parte do cuidador, ao mesmo tempo em que este encoraja a independência daquela (Dalbem & Dell'Aglio, 2005).

O padrão ansioso é caracterizado pela criança que,

antes de ser separada dos cuidadores, apresenta comportamento imaturo para sua idade e pouco interesse em explorar o ambiente, voltando sua atenção aos cuidadores de maneira preocupada. Após a separação, fica bastante incomodada, sem se aproximar de pessoas estranhas. Quando os cuidadores retornam, ela não se aproxima facilmente e alterna seu comportamento entre a procura por contato e a brabeza (Dalbem & Dell'Aglio, 2005, p. 18).

Ainsworth (1978) sugere que, em alguns momentos, essa criança recebeu cuidados de acordo com suas demandas e, em outros, não obteve uma resposta de apoio, o que pode ter provocado falta de confiança nos cuidadores, em relação aos cuidados, à disponibilidade e à responsividade.

O padrão evitativo corresponde ao seguinte comportamento nas crianças:

A criança

brinca de forma tranquila, interage pouco com os cuidadores, mostra-se pouco inibido com estranhos e chega a se engajar em brincadeiras com pessoas desconhecidas durante a separação dos cuidadores. Quando são reunidas aos cuidadores, essas crianças mantêm distância e não os procuram para obter conforto (Dalbem & Dell'Aglio, 2005, p. 19).

O comportamento evitativo está associado a alguma forma de rejeição por parte dos cuidadores em relação à criança. Além disso, verifica-se que, apesar de os cuidadores demonstrarem preocupação, esta não corresponde aos sinais de necessidade da criança. Dessa forma, sugere-se que essas crianças ao terem sido rejeitadas ao revelarem as suas necessidades, aprenderam a ocultá-las em momentos relevantes (Dalbem & Dell'Aglio, 2005).

O padrão desorganizado ou desorientado é composto por crianças que tiveram experiências negativas em seu desenvolvimento infantil. Esse padrão corresponde a crianças que apresentam comportamento contraditório e/ou estratégias de *coping* incoerentes para lidarem com a situação de separação. “Na presença dos cuidadores, antes da separação, essas crianças exibem um comportamento constante de impulsividade, que envolve apreensão durante a interação expressa por brabeza ou confusão facial ou expressões de transe e perturbações” (Dalbem & Dell'Aglio, 2005, p. 19). Esse padrão de comportamento está associado a maus tratos infantis e a transtorno bipolar nos pais ou ao uso de álcool pelos pais (Dalbem & Dell'Aglio, 2005).

Os estudos que relacionam a Teoria do Apego ao amor adulto partem do pressuposto de que os modelos internos de funcionamento aprendidos na infância

tendem a se manter e a ser reforçados na interação com os outros. Isso acontece porque os indivíduos são propensos a se colocar em situações que reforçam os seus modelos precoces de funcionamento. As propostas mais representativas para a Teoria de Apego no adulto utilizam apenas os três padrões de apego delineado por Ainsworth: apego seguro, apego ansioso/ambivalente e apego evitativo.

Shaver, Hazan e Bradshaw (1988) têm buscado ampliar a Teoria do Apego para o amor adulto. Em suas pesquisas, têm demonstrado que os comportamentos relacionados ao amor têm correspondência com os padrões de apego. Para alcançar este objetivo, os autores aplicaram um questionário no qual as pessoas deviam marcar as frases que mais se adequavam ao mais importante relacionamento amoroso que tiveram. A pesquisa foi aplicada aos leitores de um importante jornal de Denver (EUA) e replicada em uma população de universitários. De acordo com os resultados, a proporção dos padrões de apego permaneceram estáveis nos dois estudos: 50% classificaram-se como pertencentes ao padrão seguro, 25% ao padrão evitativo e 25% ao padrão ansioso. Os dados não demonstraram diferenças de acordo com o sexo. Esses resultados, de acordo com os autores, não são diferentes dos encontrados por Ainsworth em seus estudos com crianças.

Essa pesquisa também verificou que a forma como a pessoa descreve seu relacionamento está de acordo com o padrão de apego em que esse relacionamento se enquadra. As pessoas com padrão de apego seguro descrevem seus relacionamentos como feliz, amigo e confiável e enfatizam a capacidade de aceitar e apoiar o parceiro apesar das suas falhas. Esses

relacionamentos tendem a durar mais, uma média de 10,02 anos. As pessoas com padrão evitativo apresentaram medo de intimidade, altos e baixos emocionais e ciúmes. O tempo de duração do relacionamento destes indivíduos foi, em média, de 5,97 anos. Já as pessoas com o padrão de apego ansioso indicaram experiências envolvendo obsessão, desejo de reciprocidade e união, altos e baixos emocionais, grande atração sexual e ciúmes. O tempo de duração dos relacionamentos dessas pessoas foi de 4,86 anos, em média. É importante considerar que, entre os três grupos, a média de idade era a mesma (36 anos).

Uma outra pesquisa verificou a relação entre o padrão de apego do adulto e as reações ao término de uma relação afetiva (Davis, Shaver & Vernon, 2003). Para isso, foi elaborado um questionário utilizando a escala *Close Relationships Measures*, de Brennan e colaboradores (1988) e colocado na internet. Os resultados demonstraram que o padrão de apego seguro estava associado a estratégias de enfrentamento sociais, ou seja, busca de amigos e família para suporte. Já o padrão de apego ansioso estava relacionado a grande preocupação de perda do parceiro, grande sofrimento físico e psíquico, tentativas exageradas de restauração do relacionamento, motivação sexual relacionada ao parceiro, comportamento irritadiço e vingativo, estratégias de enfrentamento disfuncionais e resolução desordenada. O padrão de apego evitativo apareceu fortemente associado à evitação e à estratégia de enfrentamento focada em si. Esse padrão também apareceu associado negativamente a sofrimento e reações de busca de proximidade após o término do relacionamento.

Verifica-se, então, que a Teoria do Apego busca caracterizar os padrões de apego e relacioná-los ao comportamento na relação amorosa. Dessa forma, as

peessoas que possuem o padrão de apego seguro mantêm um relacionamento amoroso mais saudável e duradouro, o que não acontece com as pessoas que possuem um padrão de apego inseguro (ansioso ou evitativo). Para as pessoas que têm o padrão de apego inseguro ansioso, o relacionamento pode tornar-se uma obsessão, com possibilidades de grande sofrimento em caso de rompimento, e, para as pessoas que têm o padrão de apego evitativo, o relacionamento tende a ser distante devido ao medo de intimidade, além de também apresentar algum sofrimento, já que essas pessoas estão propensas a apresentar altos e baixos emocionais e sentimentos de ciúmes.

Essa teoria, embora tenha buscado entender o comportamento humano de forma abrangente, utilizando em seu corpo teórico conceitos de etologia e de aprendizagem como os de adaptação e flexibilidade, limita as possibilidades humanas de mudança. Vários autores questionam a generalização dos padrões de interação primários para as relações futuras, durante o ciclo vital (Dalbem & Dell'Aglio, 2005).

Quanto à consistência da teoria, outros questionamentos também podem ser feitos. Beslky (1999), de acordo com Dalbem e Dell'Aglio (2005), por exemplo, questiona sobre o que leva algumas crianças a desenvolverem um apego seguro com seus cuidadores, enquanto outras crianças estabelecem um padrão de apego inseguro e questiona ainda por que algumas crianças desenvolvem apego seguro, mesmo que os cuidadores não estejam tão próximos.

Esses são questionamentos que apontam lacunas e limitações da Teoria do Apego. Além disso, a teoria não observa que outras questões podem ter impacto sobre o comportamento do indivíduo, como questões culturais e

históricas. Dessa forma, embora as pesquisas nessa perspectiva tenham mostrado relevância científica, a Teoria do Apego não consegue abranger o amor em seu contexto sócio-histórico.

3.3.3 A Teoria Triangular do Amor

Para Sternberg (1988), fundador da Teoria Triangular do amor, o amor é composto por três elementos básicos: comprometimento/decisão, intimidade e paixão. De acordo com Beach e Tesser (1988), os três elementos propostos por Sternberg estão presentes em várias discussões sobre o tema.

O primeiro elemento é o comprometimento/decisão, que é entendido sob dois aspectos: um de curto prazo e outro de longo prazo. O aspecto de curto prazo refere-se à decisão sobre a existência de amor na relação, ou seja, se um dos pares ama o outro, e o aspecto de longo prazo está relacionado ao comprometimento em manter o amor (Sternberg, 1988). De acordo com Beach e Tesser (1988), o comprometimento em relação ao outro pode ser desenvolvido de forma que outras áreas da vida de uma das pessoas do casal possam ser influenciadas, tais como área profissional, atividades de lazer, amigos, entre outros.

O comprometimento conjugal pode estar relacionado à questão da fidelidade, ao se considerar o conceito de amor romântico. A fidelidade permanece um valor essencial no casamento na maior parte do mundo ocidental (Bawin-Legros, 2004). O conceito de infidelidade está fortemente relacionado,

segundo a pesquisa de Bawin-Legros (2001), à existência de uma relação sexual com uma terceira pessoa. Segundo essa autora, a imagem de amor entre as pessoas permanece sob o ideal de “um único e verdadeiro amor”.

O segundo aspecto é a intimidade, que, para Sternberg (1988), se refere à proximidade e aos laços emocionais no relacionamento a dois. Thelen e colaboradores (2000), em estudo sobre a intimidade, verificaram que esta questão representa um importante componente da vida humana; por isso, a dificuldade em estabelecer intimidade com outros pode trazer consequências negativas para a vida do indivíduo. Inclusive, é interessante ressaltar que problemas relacionados à intimidade estão entre as razões mais comuns que levam os casais a procurarem a psicoterapia.

Para Thelen e colaboradores (2000), a intimidade significa a capacidade de compartilhar pensamentos e sentimentos de significância com um indivíduo que é muito valorizado e inclui três importantes componentes: conteúdo da comunicação; sentimentos fortes relacionados ao conteúdo da comunicação e vulnerabilidade no sentido de uma preocupação em relação ao que quem está recebendo a comunicação, vai pensar ou fazer com a informação.

O terceiro aspecto descrito por Sternberg (1988) é a paixão, que para o autor, significa atração física e consumação sexual. Acrescenta ele, entretanto, que, apesar de a consumação sexual ser o componente principal, em alguns relacionamentos outros aspectos que contribuem para a paixão podem estar presentes como autoestima, afiliação, dominância, submissão, entre outros.

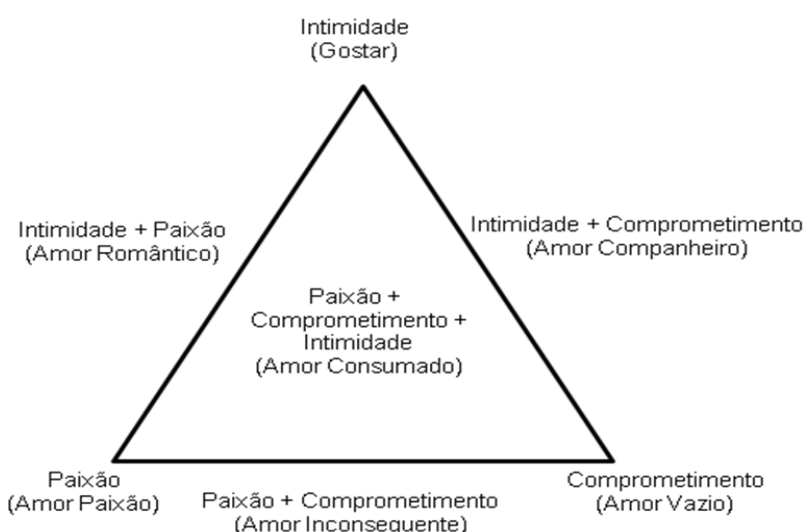
A partir da delimitação dos três elementos fundamentais para a existência do amor, Sternberg (1988) argumenta que é possível fazer a combinação desses

elementos e obter 8 tipos diferentes de amor. A proposta teórica desse autor é similar à proposta de Lee (1988), que também utiliza determinados elementos que quando combinados geram diferentes formas de amor.

São estes os 8 tipos propostos: 1) gostar (elemento intimidade isolado); 2) paixão (elemento paixão isolado); 3) amor vazio (elemento comprometimento isolado); 4) amor romântico (intimidade associado a paixão); 5) amor companheiro (intimidade associado a comprometimento); 6) amor inconsequente (paixão associado a comprometimento); 7) amor consumado (composto pelos 3 elementos básicos) e 8) ausência dos 3 componentes: ausência de amor.

Para melhor compreensão, o autor refere a sua teoria à figura geométrica do triângulo. Dessa forma, os três elementos formam os três vértices do triângulo e, combinados, formam os sete tipos de amor propostos. É a partir dessa referência que o autor denominou a teoria de Teoria Triangular do Amor. Abaixo segue a Figura 01, que resume os tipos de amor propostos.

Figura 01: Os tipos de amor de acordo com a combinação dos três elementos do amor



Fonte: Sternberg (1988, p. 122).

A seguir, far-se-á sucintamente a descrição de cada um dos tipos de amor propostos:

- 1) Gostar (elemento intimidade isolado): este tipo de amor é presente nos relacionamentos de amizade. A pessoa pode se sentir próxima de outra e querer bem, mas sem a presença de intensa paixão ou de um comprometimento de longo tempo.
- 2) Paixão (elementos paixão isolado): este tipo de amor é caracterizado pela grande excitação mental e física, e o indivíduo que sente este tipo de amor tende a idealizar o seu objeto de amor e ter uma certa obsessão por ele.
- 3) Amor vazio (elemento comprometimento isolado): este tipo de amor geralmente está presente em relacionamentos de longo tempo em que uma vez já estiveram presentes a paixão e a intimidade, mas por diversas razões, estes elementos dissiparam-se. Em algumas culturas, este tipo de amor está presente no início do relacionamento e isto acontece quando os casamentos são arranjados pela família e os noivos não se conhecem.
- 4) Amor romântico (intimidade associado a paixão): Em essência, este tipo de amor é o Gostar com o elemento adicional da atração física ou outro tipo de atração. Em outras palavras, neste tipo de amor, as pessoas relacionam-se a partir de elementos físicos e emocionais. O comprometimento, neste caso, não é um componente necessário. As pessoas envolvidas com base no amor romântico podem perceber, com o tempo, que a permanência do relacionamento é improvável ou ainda achar que o comprometimento é algo com que devem lidar apenas num momento futuro.

- 5) Amor companheiro (intimidade associado a comprometimento): este tipo de amor está presente em relacionamentos de amizade de longo prazo, e é mais característico de casamentos em que a atração física, maior fonte da paixão, já declinou.
- 6) Amor inconsequente (paixão associado a comprometimento): este tipo de amor é característico de relacionamentos baseados em “amor à primeira vista”. Neste caso, observa-se que o casal se conhece um dia, logo depois os dois ficam noivos e se casam. O comprometimento no relacionamento deste tipo está embasado na paixão, por isso, quando a paixão se desvanece, qualquer problema pode fazer com que o relacionamento se rompa.
- 7) Amor consumado (composto pelos 3 elementos básicos): Este tipo de amor, na visão do autor, é aquele que a maioria das pessoas procuram, pois ele consegue compor todos os elementos importantes para o relacionamento afetivo/amoroso.
- 8) Ausência de amor (ausência dos 3 componentes): O relacionamento presente neste caso é aquele em que as pessoas convivem bem umas com as outras, sem uma necessidade maior de proximidade, como são os exemplos de alguns relacionamentos profissionais.

Além dos tipos de amor descritos, Sternberg (1988) argumenta que cada indivíduo possui o seu triângulo amoroso em um relacionamento conjugal. Diante disso, o autor revela que dois componentes são importantes para compreender como os indivíduos vivenciam o amor: a intensidade do amor e o equilíbrio entre os três elementos. Sobre este último, ele utiliza os conceitos da geometria e

revela que é possível a existência de triângulos equiláteros, nos quais todos os elementos estão em equilíbrio, e triângulos não equiláteros, nos quais há predominância de um ângulo sobre os demais. É importante ressaltar que o triângulo de cada indivíduo se modifica com o tempo, pois, segundo o autor, cada um dos três elementos possui tempo de evolução diferente.

Assumindo que cada indivíduo possui o seu triângulo amoroso, o autor indica que, para que um relacionamento tenha sucesso, os triângulos amorosos dos indivíduos na dupla amorosa devam ser similares e que evoluam e/ ou se modifiquem ao longo do tempo também de forma similar.

O objetivo de Sternberg (1988) ao propor a sua teoria é poder diagnosticar os relacionamentos e tratá-los de forma terapêutica. De acordo com a teoria, as divergências conjugais podem ser resultado de formato de triângulos divergentes.

Dando continuidade à argumentação dos tópicos que compõem o tema deste trabalho, a seguir, será apresentada a revisão teórica sobre a conjugalidade.

4 CONJUGALIDADE

Ao estudar o amor nas relações conjugais, outros temas precisam ser tratados, como os conflitos conjugais, a influência da relação conjugal na criação dos filhos, no processo de separação, entre outros. O conjunto desses temas é agrupado nos estudos sobre a conjugalidade.

A conjugalidade é o termo utilizado para definir a identidade conjugal (Féres-Carneiro, 1998), que se dá alicerçada na vivência compartilhada dos parceiros. A vivência na conjugalidade ocorre com o interjogo entre o eu e o tu para a formação do nós. Nesse sentido, a dinâmica conjugal engloba duas individualidades e uma conjugalidade, ou seja, o casal contém

dois sujeitos, dois desejos, duas inserções no mundo, duas percepções do mundo, duas histórias de vida, dois projetos de vida, duas identidades individuais que, na relação amorosa, convivem com uma conjugalidade, um desejo conjunto, uma história de vida conjugal, um projeto de vida de casal, uma identidade conjugal (Féres-Carneiro, 1998, p. 2).

É importante ressaltar que essa vivência envolve histórias passadas que influenciam as interações presentes e futuras do casal (Dessen & Braz, 2005).

Nesta área, várias pesquisas têm sido realizadas. Observa-se, contudo, um maior número de pesquisas referente à compreensão dos benefícios e prejuízos que uma relação pode trazer para os indivíduos e de quais aspectos determinam ou estão relacionados com a qualidade do relacionamento. Mais recentemente, o foco de atenção tem permanecido no entendimento dos fatores de satisfação e insatisfação conjugal e dos fatores de ajustamento e desajustamento das

relações, especialmente aqueles que se referem à manutenção e à dissolução conjugal (Dessen & Braz, 2005). A seguir, será realizada uma revisão dos temas relacionados à conjugalidade. Primeiramente, será tratada a relação entre conjugalidade e gênero, pois parte-se do entendimento de que a dimensão gênero tem importante contribuição para o entendimento das relações conjugais; depois, serão apresentados os seguintes temas: conjugalidade e satisfação conjugal, dissolução da conjugalidade e recasamento.

4.1 CONJUGALIDADE, GÊNERO E AMOR ROMÂNTICO

O conceito de gênero remonta às décadas de 1970 e 1980, quando teóricos feministas dos Estados Unidos da América procuraram estabelecer um corpo teórico que pudesse ser útil às análises de estudos sobre a mulher. De fato, a categoria de análise gênero emergiu da confluência de duas áreas: feminismo e ciências humanas. Isso ocorreu com as feministas, buscando suporte teórico nas ciências sociais clássicas para o entendimento do fenômeno da desigualdade social entre os sexos, e com os estudiosos das ciências humanas buscando compreender as questões propostas pelas feministas (Gonçalves, 1998).

Gênero como categoria de análise significa a compreensão dos papéis desenvolvidos por homens e mulheres permeados pelo contexto sociocultural. Em outras palavras, os papéis de gênero não estão vinculados a aspectos biológicos, mas a aspectos que são determinados social e culturalmente por uma intrincada rede de significações sociais (Rocha-Coutinho, 1994; Giffin, 1994; Heilborn,

1994). Dessa forma, as características consideradas típicas do sexo masculino e do sexo feminino que vão além da condição biológica, que no homem se configura com atribuição de fecundar e que, na mulher, se configura com a atribuição de gestar, parir e amamentar, são estruturadas como papel de gênero.

Em muitas sociedades, verificam-se papéis distintos para homens e mulheres. A concepção de homem está relacionada à figura do herói, ou seja, está associada à coragem, à bravura, à honestidade, ao caráter, ao sacrifício (Mosse, 1996) e também está relacionada ao machismo, que é caracterizado por indiferença à família, distanciamento dos filhos, resistência a adversidades, assédio sexual, capacidade de beber muito, agressividade contra outros homens e dominação em relação às mulheres (DeSouza, Baldwin & Rosa, 2000). O papel da mulher também está relacionado a dois estereótipos que se opõem: o de Maria que, neste caso, é vista como cuidadora, doce, sensata, comedida, altruísta, modesta, ponderada, dedicada, passiva, e o de Eva, que é vista como curiosa, ambiciosa, sedutora, sábia, audaciosa, astuta, diabólica (Rocha-Coutinho, 1994; Nunes, 2000).

A questão de gênero permeia todos os âmbitos da vida social, seja no espaço público seja no espaço privado. Será abordada, mais especificamente, a relação entre o conceito de gênero e o conceito de amor romântico e as suas implicações nas relações conjugais. Embora já tenham sido descritas previamente as origens do amor romântico, é importante retomar essa questão e relacioná-la ao gênero.

O surgimento do amor romântico no século XVIII, a partir do aparecimento da sociedade industrial, do capitalismo e do cristianismo, já citados anteriormente,

orientou as modificações na estrutura familiar, tornando-a o lugar da intimidade (Bawin-Legros, 2004; Giddens, 1993), da alegria, da felicidade e da ternura (Rocha-Coutinho, 1994; Giddens, 1993; Biasoli-Alves, 2000). Em outras palavras, “a família tornou-se o lugar de uma afeição necessária entre os cônjuges e entre pais e filhos” (Áries, s/d, p. IX). As modificações que influenciaram a reconfiguração da família envolvem a diferenciação entre o espaço público e o espaço privado; a redução do grupo familiar, de família extensa para família nuclear, e maior atenção à educação da criança (Rocha-Coutinho, 1994; Giddens, 1993).

A nova configuração de família, que tem seus alicerces no amor conjugal, no amor materno e na intimidade, se reorganiza em torno da mulher-mãe. Sendo assim, a mulher

passa a ser a principal responsável pelo bem-estar da criança e do esposo e é importante intermediária entre o pai – cada vez mais ausente em seu trabalho fora de casa – e os filhos, e entre a família e dois novos elementos que surgem, o médico – presença cada vez mais forte nesta sociedade que começa se preocupar com a saúde – e a escola que veio substituir a transmissão dos conhecimentos através da aprendizagem direta de uma geração a outra por um novo tipo de educação (Rocha-Coutinho, 1994, p. 27).

Essa configuração de família acabou por confinar a mulher à esfera doméstica (casa, marido e filhos). Apesar de a desigualdade entre gêneros ser antiga, sendo o homem mais valorizado do que a mulher, foi com o surgimento da sociedade industrial que a mulher se viu limitada ao papel de mãe e esposa, tendo reduzido as suas atividades ao espaço privado (Singly, 2007). A característica principal do espaço privado é a afetividade e a do público são a

racionalidade, a inteligência e a eficácia do poder. Essa divisão acabou por direcionar a divisão de papéis na família: à mulher couberam a afetividade, os sentimentos; ao homem, as grandes decisões, o poder, a produção e a responsabilidade pela sobrevivência financeira da família (Rocha-Coutinho, 1994).

É importante ressaltar que o discurso científico e filosófico da época reforçava a permanência da mulher ao âmbito doméstico (Matos, 2003). Isso porque à mãe cabia não apenas nutrir e cuidar fisicamente da criança, mas educá-la e protegê-la, uma vez que as crianças passaram a ser percebidas como frágeis criaturas que precisavam ser preservadas e disciplinadas (Ariès, s/d; Nunes, 2000). Passou-se a dar, então, uma grande importância à maternidade, pois a responsabilidade de educar as crianças para serem cidadãos de bem, de acordo com as regras morais estabelecidas, passou a ser atribuída à mãe.

A educação da criança antes do século XVII, quando surgiram as primeiras escolas no formato encontrado atualmente, ocorria na convivência com os adultos. Sendo assim, a sua aprendizagem da vida se dava diretamente no dia a dia (Ariès, s/d). A escolarização e o estabelecimento da família nuclear estão associados à importância dada à criança em si, que passou a ser o mais precioso dos bens, um ser insubstituível e vital para a formação dos novos Estados em construção. Nas palavras de Ariès (s/d)

A família começou então a se organizar em torno da criança e a lhe dar uma tal importância, que a criança saiu de seu antigo anonimato, que se tornou impossível perde-la ou substituí-la sem uma enorme dor, que ela não pôde mais ser reproduzida muitas vezes, e que se tornou necessário limitar seu número para melhor cuidar dela. (p. IX)

Essas novas ideias foram organizadas de tal forma que acabaram por associar a mulher à concepção de maternidade. Observa-se, nessas ideias, a demarcação de características e capacidades tipicamente femininas. Entre elas, verifica-se a relação natural entre mãe e criança, que elevou a maternidade à função primeira da mulher e propôs o caráter inato do sentimento materno. Essas ideias direcionaram o modo de ser mulher, que só podia ser vivenciado, agora, em sua plenitude, com a maternidade (Scavone, 2001; Nunes, 2000). As características da mulher passaram a estar relacionadas à maternidade, ou seja, ao estereótipo de Maria, assinalado anteriormente.

Aos poucos, esse movimento observado foi dando à mulher um lugar de destaque (Scavone, 2001; Nunes, 2000), uma vez que ela passou a ser responsável pelo sucesso do filho e também do marido, que devia encontrar em casa um ambiente em que pudesse descansar e relaxar. A ausência das mulheres no espaço público, todavia, afastou-as dos processos de realização pessoal, pois elas passaram a ser e a viver para os outros e não para si mesmas, e a sua afirmação pessoal consistia, precisamente, em negar-se como pessoa (Rocha-Coutinho, 1994).

O surgimento do amor romântico está relacionado a essa nova configuração de família. Sendo assim, não é possível afirmar qual foi consequência e qual foi causa, sendo mais acertado afirmar que à medida que um se desenvolvia, o outro acompanhava reconfigurando-se e vice-versa. Dessa forma, a nova configuração de família também orientou os valores propagados sobre o amor romântico. A imagem da esposa-mãe reforçou o modelo específico para cada sexo em relação às atividades e aos sentimentos. Ao amor romântico

estava relacionada a responsabilidade mútua de marido e esposa pelo cuidado da família ou da propriedade. Com a divisão dos espaços públicos e privados, o ideal de amor romântico ficou associado à subordinação da mulher ao lar e ao seu relativo isolamento do mundo exterior e à responsabilização do homem pelo cuidado da propriedade (Giddens, 1993). Em outras palavras, o amor romântico foi associado ao modelo de esposa-mãe, de marido-provedor e de família nuclear.

A vivência da sexualidade no contexto da família sofreu grande influência da Igreja, que regulamentava o modo como o casal devia proceder, delimitando a fronteira entre a sexualidade permitida e a pecaminosa (Silva, 1984), e da Medicina, que procurava catalogar numerosas perversões sexuais com o intuito de delimitar a sexualidade normal (Foucault, 1988). De acordo com essa realidade, o sexo deveria ocorrer dentro do casamento e de forma controlada, responsável e com o objetivo de procriação (Giddens, 1993).

O adultério era visto como um comportamento inadequado para ambos, homem e mulher; contudo, é notória a existência de uma dupla moral (Silva, 1984; DeSouza & cols., 2000) em relação a esse aspecto, ou seja, verifica-se uma maior tolerância às relações extraconjugais dos homens. Sobre esse assunto os autores indicam que o adultério feminino é socialmente inaceitável porque não é condizente com o papel naturalizado das mulheres como mães (DeSouza & cols., 2000) ao passo que o adultério masculino é mais aceito, pois está associado à vivência da excitação sexual, aspecto naturalizado como masculino (Giddens, 1993).

A partir da década de 1970, com o movimento feminista, algumas mudanças puderam ser observadas em relação ao espaço da mulher no público e

no privado. No espaço público, verifica-se a maior participação política e econômica das mulheres (DeSouza & cols., 2000; Biasoli-Alves, 2000); no espaço privado, com a descoberta da pílula contraceptiva, observou-se a separação entre sexualidade e procriação, o que, conseqüentemente, levou à reorganização dos valores no campo da sexualidade e das relações afetivas (Torres, 2000). As mudanças em termos do reconhecimento da mulher no espaço público ainda estão em andamento, uma vez que os rendimentos da mulher, comparados com os do homem, ainda são inferiores (Leone & Baltazar, 2008). É importante ressaltar, entretanto, que são mudanças que proporcionaram uma outra realidade às mulheres, pois verifica-se um acréscimo na autoestima, maior sensação de protagonismo e maior reconhecimento de competências (Torres, 2000).

Embora as mudanças tenham proporcionado à mulher uma outra forma de inserção no espaço público, essas mudanças não aconteceram com a mesma intensidade no espaço privado. A divisão das responsabilidades domésticas permanece assimétrica, ou seja, a mulher, na maior parte das vezes, é a responsável pela gestão e/ou execução das atividades domésticas, gerando a chamada dupla jornada (Goldani, 2000; Leone & Baltar, 2008), enquanto que o homem tem a sua atenção direcionada quase que exclusivamente para o seu trabalho e a sua profissão (Torres, 2000). Torres (2000), em sua pesquisa, demonstra que nem todos os participantes homens têm uma grande preocupação com a carreira, tendo sua atenção também direcionada à família; contudo, isso não significa que existe uma igualdade em relação às atividades domésticas.

Mais recentemente, pesquisas têm demonstrado a existência de um processo de mudança nas divisões das tarefas domésticas. De fato, observa-se

um processo de transição que tem ocorrido na maioria das famílias brasileiras de nível socioeconômico médio (Wagner & cols., 2005). Verificou-se, inicialmente, uma mudança nos papéis relacionados aos cuidados da criança, apesar de suas representações ainda estarem relativamente marcadas por modelos tradicionais de parentalidade e paternidade (Trindade, Andrade & Souza, 1997). Alguns autores propõem que essa mudança tem como resultado um novo modelo de paternidade, no qual cabem ao pai também os cuidados corporais e a satisfação das necessidades afetivas dos filhos (Dantas, Jablonski & Féres-Carneiro, 2004). Atualmente, em muitas famílias, já se percebe uma relativa divisão de tarefas, na qual pais e mães compartilham aspectos referentes às tarefas educativas e à organização do dia-a-dia da família (Wagner & cols., 2005).

É relevante ressaltar que essas mudanças não estão acontecendo da mesma forma em todas as famílias. Wagner e colaboradores (2005), em suas pesquisas, verificaram a existência de diferentes configurações em relação às divisões das responsabilidades domésticas, e, sendo assim,

coexistem modelos familiares nos quais segue vigente a tradicional divisão de papéis; outros nos quais maridos e esposas dividem as tarefas domésticas e educativas e, ainda, famílias nas quais as mulheres são as principais mantenedoras financeiras do lar, mesmo acumulando a maior responsabilidade pelo trabalho doméstico e educação dos filhos (p. 182).

Verifica-se um processo de transição em que se modifica a configuração do modelo de marido, esposa e família e, conseqüentemente, o conceito de amor romântico (Giddens, 1993). Giddens (1993) propõe a transformação do amor romântico em amor confluyente. Nessa nova forma de amor, cabe à dupla

conjugal, e não apenas à mulher, a busca da satisfação do outro a partir da igualdade de doação e recebimento emocionais. O amor confluyente só é desenvolvido na medida em que se desenvolve a intimidade, ou seja, a dupla conjugal deve estar disposta a mostrar preocupação pelo outro e colocar-se vulnerável a esse outro. Essa possibilidade de amor é construída a partir do que o autor chama de relacionamento puro.

O elemento-chave desse amor é a realização do prazer sexual recíproco. Sendo assim, é importante “o cultivo de habilidades sexuais, a capacidade de proporcionar e experimentar a satisfação sexual, por parte de ambos os sexos, tornando-se organizados reflexivamente via uma multiplicidade de fontes de informação” (Giddens, 1993, p. 73). Embora o amor confluyente não seja necessariamente monogâmico, no relacionamento puro, onde esse amor pode ser vivenciado, a monogamia é possível. Isso porque a continuidade do relacionamento puro se dá até quando for interessante entre as partes, ou seja, até quando cada um obtenha benefícios suficientes que justifiquem a manutenção do relacionamento.

Giddens (1993) aponta para uma nova configuração na relação entre as pessoas, em que é possível a reciprocidade e a discussão da organização dos papéis desenvolvidos por cada um de forma que ambos tenham satisfação na convivência conjunta, superando, assim, as diferenças de gênero verificadas na vivência do amor romântico. É uma modificação grande na proposta inicial observada, e a sua real experiência só será passível de ser confirmada no futuro. Por enquanto, as pesquisas mostram que, apesar de as novas configurações

existentes nas famílias, a concepção de gênero, em que cada sexo possui determinados estereótipos, ainda orienta as práticas conjugais.

A concepção de gênero é importante para a compreensão das práticas conjugais e do amor vivenciado no cotidiano conjugal, já que orienta a divisão de responsabilidades e a organização da vida conjugal, entre outros (Torres, 2000). Sendo assim, é importante considerar o gênero como categoria de análise ao estudar as relações conjugais, lugar em que essas questões aparecem de forma bastante clara.

4.2 CONJUGALIDADE E SATISFAÇÃO CONJUGAL

A satisfação marital está associada a diversos fatores demográficos, socioculturais, psicológicos e interpessoais, e há correlação entre eles. Dentre esses fatores, destacam-se: a) as características individuais percebidas ou idealizadas tanto do parceiro como da relação; b) as expectativas sobre o parceiro, o relacionamento e a natureza da própria relação e c) as características do contexto sócio-histórico-cultural em que o indivíduo está inserido (Dessen & Braz, 2005).

Os estudos que associam a percepção do parceiro e do relacionamento conjugal à qualidade das relações conjugais propõem que quanto mais idealizadas as percepções do parceiro, maior é a satisfação conjugal (Murray & Holmes, 1997) e que a presença de avaliação positiva do parceiro está associada à manutenção do amor entre o casal (Byrne & Murnen, 1988). Uma outra

pesquisa mostrou que casais infelizes consideram que quase todas as características negativas do relacionamento são de responsabilidade de seus parceiros e que casais felizes consideram que quase todas as características positivas do relacionamento são de responsabilidade de seus parceiros (Gottman 1993). Seguindo a mesma linha, Sprecher e Metts (1999), em seus estudos, demonstram que as percepções que as pessoas tem de suas relações e de seus parceiros influenciam a qualidade percebida e a estabilidade de seus relacionamentos. Da mesma forma, Flora e Segrin (2003), em pesquisa com jovens namorados e casados, apontam que a satisfação conjugal está associada a estórias positivas relacionadas ao casal.

As pesquisas sobre satisfação conjugal também focalizam o momento pelo qual passa a díade conjugal. De acordo com Dessen e Braz (2005), a literatura demonstra que, nos primeiros anos de casamento, há uma diminuição da satisfação conjugal seguida de um novo aumento. Essa queda na satisfação conjugal, em geral, está associada ao nascimento do primeiro filho. Verifica-se uma dificuldade inicial em reorganizar a vida familiar e adaptar-se à nova situação. Relaciona-se a isso o medo de o marido de perder o afeto da esposa, por ciúme do bebê; o receio da esposa com relação à sua nova aparência física e a divisão das tarefas relacionadas aos cuidados do bebê (Dessen & Braz, 2005). Além disso, verifica-se que existe correlação entre a insatisfação conjugal, conflitos sobre a educação dos filhos e a insatisfação em relação aos filhos (Russel-Chapin, Chapin & Sattler, 2001).

Sprecher e Metts (1999) fizeram um levantamento das pesquisas sobre satisfação conjugal e verificaram que essa temática está também associada ao

suporte social que o casal possui, à capacidade de resolução de conflitos do casal e à natureza das rotinas conjugais.

Com relação à natureza das rotinas conjugais, Gottman (1993) demonstra que comportamentos negativos dos cônjuges em relação ao seu relacionamento e ao seu parceiro levam à deterioração progressiva do casamento. De acordo com esse autor, os casais felizes mantêm interações mais construtivas, nas quais predominam a reciprocidade positiva e a capacidade de entendimento mútuo entre os cônjuges, enquanto que os casais infelizes se engajam em interações negativas embasadas em pensamentos e sentimentos pessimistas e negativos.

Outros estudos que investigam o padrão de comportamento conjugal e a sua relação com a satisfação conjugal abrangem também os padrões de conflitos conjugais. Os estudos demonstram que a satisfação conjugal está associada negativamente a um padrão de resolução de conflito aversivo e negativo. Nestes, observa-se a caracterização do comportamento dos cônjuges em que um se torna retraído e o outro persistente e perseguidor (Gottman, 1993). Alguns estudos apontam que esse padrão de comportamento está associado ao sexo do cônjuge (Schaffer & Diamond, 1994; Dessen & Braz, 2005), tendendo as esposas a levantar os problemas conjugais enquanto os maridos tendem a se retrair e a evitar a discussão.

De uma forma geral, os estudos apontam para o fato de que a satisfação conjugal está relacionada aos tipos de comportamentos, emoções e sentimentos vivenciados na conjugalidade. Neste sentido, as emoções e sentimentos positivos e o comportamento recíproco positivo estão associados positivamente à satisfação conjugal.

Os estudos sobre a satisfação conjugal também apontam para a associação ao tempo despendido na conjugalidade. Baseados nos estudos de Hinde, Dessen e Braz (2005) afirmam que a satisfação conjugal está relacionada à quantidade e à qualidade de tempo que o casal passa junto, ou seja, não apenas a quantidade de tempo é importante, mas também o tipo de atividade que é realizada em conjunto e, nesse sentido, se a atividade realizada é de agrado dos dois cônjuges. Os achados de Russel-Chapin, Chapin e Sattler (2001) também propõem que a qualidade do tempo despendido é importante para a satisfação conjugal, demonstrando ser ela um preditor para a satisfação conjugal.

Pesquisas que avaliam a afinidade entre os cônjuges também foram realizadas com o objetivo de analisar a satisfação conjugal. Os achados indicam que a afinidade entre a díade conjugal também está associada à satisfação conjugal (Byrne & Murnen, 1988).

Outra questão estudada em relação à satisfação marital refere-se à satisfação sexual. Os primeiros estudos referentes a este tema ocorreram por volta da década de 1930. Inicialmente, acreditava-se que a satisfação conjugal estava associada à quantidade de relações sexuais; todavia, os estudos mostraram que não havia associação entre essas duas questões (Gottman, 1993). De acordo com os estudos recentes, como apontam Dessen e Braz (2005), a satisfação conjugal está relacionada à qualidade da relação sexual e não à quantidade. Vários são os aspectos relacionados à satisfação sexual, entre os quais se podem citar: características individuais (idade, sexo, estágio de desenvolvimento, traços de personalidade), aspectos relacionais (comunicação,

compromisso, percepção, sexualidade) e fatores externos (situação financeira, aspectos culturais e sociais, família de origem) (Dessen & Braz, 2005).

Para entender melhor a dinâmica conjugal e a sua relação com a satisfação conjugal, Dessen e Braz (2005) apontam para três aspectos relevantes:

a) a complexidade dos contextos interno e externo que envolve as relações maritais, b) os efeitos distintos dessa complexidade em função do sexo (marido versus esposa) e c) a interdependência e a influência que os cônjuges exercem, direta e indiretamente, uns sobre os outros (p. 136).

Como pôde ser observado, os fatores relacionados à satisfação conjugal são múltiplos, não havendo, dessa forma, um padrão estabelecido. A seguir, será apresentada a questão da separação conjugal ou da dissolução da conjugalidade.

4.3 A DISSOLUÇÃO DA CONJUGALIDADE

A dissolução da conjugalidade ou a separação conjugal é atualmente um fenômeno comum, o que pode ser observado pelos números. Nos Estados Unidos 50% a 67% dos casamentos terminam em divórcios, e esse número aumenta em 10% para as pessoas que se encontram em seu segundo casamento (Gottman, 1993). No Brasil, os últimos números divulgados pelo IBGE (2007) indicam que, para cada 4 casamentos, 1 termina em divórcio.

A legislação brasileira sobre o divórcio sofreu alteração com a promulgação da Constituição Federal, em 1988. Posteriormente, essa alteração foi incluída no novo código civil, de 10 de janeiro de 2002 (2º parágrafo do artigo 1.580). Estas

alterações permitiram ao casal solicitar o divórcio direto, sem passar pela separação judicial, caso o casal esteja separado de fato por mais de dois anos. Antes dessa modificação, o casal que quisesse o divórcio, primeiro precisaria pedir a separação judicial e apenas após um ano da homologação da separação pela justiça era possível solicitar o divórcio. Com o divórcio, as pessoas podem legalmente casar-se novamente.

Este novo quadro legal vem alterando, gradativamente, a orientação dos casais à época da dissolução do casamento, uma vez que a maioria passou a optar pelo divórcio direto. Ao longo da década de 1990 e início dos anos 2000, os divórcios apresentaram um aumento relativo de 20%. Sendo assim, a taxa de divórcios passou de 60%, em 1994, para 72%, em 2004, e os divórcios indiretos caíram em 28% no mesmo período. Desta forma, os divórcios indiretos passaram de 39% em 1994 para 28% em 2004 (IBGE, 2004).

Outra modificação na legislação sobre o divórcio, ocorrida em 4 de janeiro de 2007 pela Lei nº 11.441, sancionada pelo Presidente da República, permitiu aos cônjuges realizarem a separação ou o divórcio, por meio de escritura pública, em qualquer Tabelionato do País. A dissolução da união ocorre, nos casos previstos pela lei supracitada, se for de natureza consensual e não envolver filhos menores de idade ou incapazes. O objetivo dessa lei é o de desburocratizar os procedimentos de separações e de divórcios consensuais.

Com essa modificação, os dados do IBGE fornecidos em 2007 são oriundos tanto de sentenças judiciais quanto de registros lavrados em cartórios. Apesar de a Lei nº 11.441 facilitar a dissolução conjugal, não houve um acréscimo significativo no número de separações e divórcios. Os dados do IBGE (2007)

indicam pouca oscilação entre os números de 2004 e 2007 (0,82%), considerando as taxas gerais da separação e do divórcio¹. Contudo, observando-se os números totais, verifica-se que essa nova modalidade contribuiu para 28.164 registros de divórcio em 2007.

As dissoluções dos casamentos caracterizaram-se pelo seu caráter consensual: 78,4% das separações judiciais ocorreram dessa forma, em 2004, e 75,9%, em 2007. É interessante notar que, quando a separação judicial se dá de forma não consensual a maioria dos pedidos é feita pelas mulheres (71,5%) (IBGE, 2004).

O aumento do número de divórcios, em princípio, pode indicar a desvalorização do casamento pela sociedade; entretanto, não é isso que os dados mostram. De acordo com o IBGE houve um crescimento de 13,51% do número de casamentos no ano de 2007 em relação ao ano de 2004. A elevação do número absoluto e relativo de casamentos ocorridos em 2007 é um fenômeno que vem ocorrendo desde 2001. Em 2001, a taxa era de 5,7 para mil habitantes e, atualmente, a taxa é de 6,7 (IBGE, 2007).

De acordo com Féres-Carneiro (1998), as pessoas se divorciam, não porque o casamento não é importante, mas justamente porque a sua importância é tão grande que preferem a separação a viver um casamento que não corresponda às suas expectativas. Bawin-Legros (2004) também discorda da opinião de que o número de divórcios seja um indicador da “falência” do casamento, e, segundo essa autora, o casamento permanece como um valor para

1 A taxa geral de separação é obtida pela divisão do número de separações concedidas pela população, multiplicando-se o resultado por 1 000. O mesmo procedimento é adotado para o cálculo da taxa geral de divórcio. Para o cálculo, foram consideradas as separações e a população de 20 anos ou mais de idade.

a sociedade e um lugar onde os indivíduos podem construir a intimidade e vivenciá-la.

As pesquisas sobre divórcio abordam, em sua maioria, as causas e as consequências tanto para os cônjuges (Ramires, 1999; Féres-Carneiro, 1998) quanto para os filhos (Gottman, 1993). As pesquisas internacionais associam o divórcio às consequências para a saúde. O divórcio, se comparado com insatisfação conjugal, por exemplo, é um fator estressor mais potente para o indivíduo (Gottman, 1993). Além disso, Gottman (1993), em suas pesquisas, verifica que as mulheres divorciadas, em relação às mulheres casadas, têm a resposta do seu sistema imunológico reduzida, estando, assim, mais propensas a doenças. Dentre as consequências, estão o aumento do risco de os cônjuges apresentarem psicopatologias, de estarem envolvidos em acidentes automobilísticos, de apresentarem doenças físicas, de cometerem suicídio, homicídio ou atos de violência, de mortalidade em função de doenças em geral, entre outras (Braz, Dessen & Silva, 2005).

As causas que levam um casal a optar pelo divórcio são complexas e multideterminadas. Entre elas, encontram-se excesso de bebidas, dificuldades financeiras, sexo extraconjugal (Rasmussen & Ferraro, 1991), saída dos filhos de casa (Norgren & cols., 2004) e aspectos da relação conjugal (Gottman, 1993).

Gottman (1993) realizou um estudo longitudinal de oito anos com 79 casais. Ao final do estudo, 25,3% dos casais tinham se divorciado. Os casais foram acessados em três encontros, sendo o segundo, quatro anos após o primeiro e o terceiro, quatro anos após o segundo. Os seus achados apontaram para as seguintes variáveis associadas ao divórcio: 1) quanto ao casal:

sentimento de tristeza, no primeiro encontro, e expressão de frustração referente à relação conjugal e considerações sérias sobre a dissolução do casamento, no segundo encontro 2) quanto à esposa: presença da percepção da severidade dos problemas conjugais, no primeiro encontro e maior presença de sentimentos de desprezo, aversão e tristeza, presença de comportamento defensivo e maior expressão de críticas, no segundo encontro; 3) quanto ao marido: verificou-se a associação de menos senso de humor e a presença de sentimentos de sufocamento em relação às expressões negativas da esposa no segundo encontro.

Os estudos mais recentes sobre a dissolução conjugal no Brasil têm observado como se dá o processo de dissolução e como os indivíduos vivenciam esse processo. O estudo de Ramires (1999), por exemplo, procurou compreender como se mostram a estrutura e as características do vínculo de casais de baixa renda que estavam vivendo um processo de separação. Em seus resultados, observou dificuldades de comunicação, papéis de gênero tradicionais, presença de violência física e psicológica. Já Féres-Carneiro (2003) procurou identificar como homens e mulheres das camadas médias da população vivenciam o processo de dissolução do casamento e buscam reconstituir suas identidades individuais, após a separação conjugal. Para esses indivíduos, o processo de separação conjugal é sofrido e faz com que o indivíduo busque uma reorganização de sua identidade, que nem sempre é fácil. Existem, entretanto, diferenças na vivência da separação de acordo com o gênero. Essa diferença ocorre devido aos aspectos culturais existentes na sociedade referentes aos diferentes papéis masculinos e femininos.

Uma outra temática tem surgido nos estudos sobre a separação conjugal, qual seja, a mediação (Ramires, 1999; Schabel, 2005). Essa temática tem surgido na Psicologia em conjunto com a área do Direito, devido a dificuldades encontradas pelo sistema judiciário em lidar com os elementos psicológicos envolvidos na separação do casal. Vainer (1999), por exemplo, apresenta, em sua pesquisa de mestrado, 11 casos de processos litigiosos de divórcios em que o tempo de duração poderia ser encurtado se não fosse o incessante ingresso de ações em juízo por um dos cônjuges contra o outro. Um dos casos exemplares apresenta uma ex-mulher que impetrou 20 ações judiciais contra o marido. Verifica-se, com isso, que os elementos emocionais dos casais envolvidos acabam por sobrecarregar o sistema judiciário, que não está preparado para lidar com esses elementos.

A mediação auxilia os cônjuges a redefinir seus papéis e a criar novos limites familiares por meio de um processo de negociação com o objetivo de evitar possíveis disputas futuras. Esse processo ocorre de forma que as emoções são reconhecidas tanto como parte do problema como da solução da separação conjugal que uma vez “endereçoas, clareadas e resolvidas, facilitam a negociação das opções mais adequadas para reorganizar as funções, papéis e obrigações da família (...) [e evita] ações revisionais constantes” (Shabel, 2005, p. 17). A mediação tem sido utilizada há mais de 40 anos nos Estados Unidos e Canadá e, mais recentemente, na Austrália, Europa e países da América Latina com sucesso (Schabel, 2005).

Ramires (1999) não concorda com esse tipo de abordagem, pois acredita que um terceiro não tem condições de interferir de forma a fazer com que um

casal cumpra com o acordo realizado na mediação. Dessa forma, propõe uma outra forma de atuação em casos de separação conjugal. Essa autora acredita que o trabalho com grupos de homens e mulheres em processo de separação é mais interessante, uma vez que esses ouvem relatos de outros homens e mulheres, que não eram seus ex-cônjuges, que abordam as dificuldades que enfrentam. Esse encontro em grupo possibilita uma troca entre as pessoas, já que não estão presentes mágoas e ressentimentos; com isso, é possível obter uma mudança de posição dos cônjuges em relação ao processo de separação.

Cada uma das formas apresentadas tem suas características positivas, e ambas têm se mostrado profícuas na busca da resolução de conflitos vivenciados na separação conjugal.

Outra vertente dos estudos sobre separação conjugal refere-se às consequências dessa separação para as crianças. A maioria dos estudos da década de 1980 sobre esse tema mostrava consequências negativas para as crianças. Entre elas, pode-se citar depressão, pouca habilidade social, problemas de saúde, problemas acadêmicos e uma variedade de dificuldades de conduta (Gottman, 1993).

Os artigos mais recentes, entretanto, demonstram que a separação parental não apresenta grandes consequências para os filhos. Souza (1999), por exemplo, em seus estudos com crianças de 5 a 10 anos, demonstra que elas passam por um processo que pode ser doloroso, mas que termina com a acomodação da nova estrutura familiar, uma vez que os sentimentos iniciais de raiva, tristeza e descontentamento se modificam à medida que a criança vivencia a experiência do divórcio e avalia que a vida pode continuar e de forma

adequada. Nessa mesma vertente, Wagner, Falcke e Meza, (1997) demonstram que não existem grandes diferenças no que pensa uma criança de uma família original e uma criança de família reconstituída sobre família, casamento, separação e projetos de vida.

A forma como a criança vivencia a separação parental, negativamente ou positivamente, tem associação com algumas variáveis, como idade: as crianças mais velhas têm mais facilidade em lidar com a separação, o que pode estar relacionado com o desenvolvimento cognitivo; condições socioeconômicas: as crianças com condições socioeconômicas mais precárias apresentam mais dificuldade em lidar com a separação parental; presença ou não de dificuldades sérias de personalidade em pais e/ou mães; possibilidade de os pais contarem com uma rede de apoio significativa (Ramires, 2004); comunicação da decisão da separação e das mudanças nos hábitos cotidianos dos filhos: a presença desse tipo comunicação e de abertura para as crianças perguntarem sobre a separação contribui positivamente para o processo de reorganização da vida familiar (Souza, 2000); e a separação ocorrer de forma amigável.

Sobre esta última variável, tem ocorrido estudos que indicam que quando ocorre a separação litigiosa há o risco de o genitor que ficou com a guarda, criar maneiras de excluir o outro genitor do convívio com o filho, o que foi denominado de alienação parental (Fonseca, 2006). A alienação parental foi apontada pelo psiquiatra estadunidense Richard A. Gardner, em 1985, que mostrou que esse fenômeno tinha como consequência a Síndrome da Alienação Parental. A Síndrome de Alienação Parental é caracterizada pelo condicionamento da criança ou adolescente a formar ações, sentimentos e comportamentos contra o outro

genitor, diferentes dos existentes anteriormente. Isso ocorre por influência de quem tenha interesse direto na destruição do vínculo parental. (Dias, 2006)

A alienação parental pode causar prejuízos ao desenvolvimento psíquico da criança (Lago & Bandeira, 2008). De acordo com revisão realizada por Fonseca (2006) a alienação parental pode ter como consequência para a criança: doenças psicossomáticas, depressão crônica, transtornos de identidade, comportamento hostil, desorganização mental, suicídio e abuso de substâncias tóxicas.

As causas para o afastamento da criança do genitor que não tem a guarda são diversas. Pode estar relacionada ao inconformismo com a separação, à insatisfação com as condições econômicas advindas com o fim do vínculo conjugal, às razões que conduziram ao rompimento do vínculo matrimonial (especialmente quando se dá em decorrência de infidelidade e, mais frequentemente, quando o ex-cônjuge prossegue com o parceiro da relação extra-matrimonial) (Fonseca, 2006).

Diante desse contexto, a justiça em diversos países como os Estados Unidos da América (estado da Califórnia), a Alemanha, a França e a Noruega tem criado legislação para evitar, a existência, por parte do cônjuge com a guarda da criança, de oposição e impedimento ao exercício do direito de visitas (Fonseca, 2006). No Brasil, o Congresso Nacional aprovou na Comissão de Seguridade Social e Família o substitutivo do deputado Acélio Casagrande (PMDB-SC) do Projeto de Lei 4053/08, do deputado Regis de Oliveira (PSC-SP), que cria instrumentos de punir o genitor que cria condições para o estabelecimento da Síndrome de Alienação Parental (Câmara dos Deputados, 2009). O substitutivo

do projeto de lei segue para a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania para aprovação, depois será enviado ao Senado e caso seja aprovado é encaminhado ao Presidente da República que poderá sancioná-lo, ou vetá-lo.

De acordo com o substitutivo são formas de alienação parental:

realizar campanha de desqualificação da conduta do genitor no exercício da paternidade ou maternidade; dificultar o exercício do poder familiar; dificultar contato da criança com o outro genitor; omitir deliberadamente ao genitor informações pessoais relevantes sobre a criança ou adolescente, inclusive escolares, médicas e alterações de endereço para lugares distantes, visando dificultar a convivência da criança ou adolescente com o outro genitor, com familiares deste ou com avós; e apresentar falsa denúncia contra genitor, contra familiares deste ou contra avós, para obstar ou dificultar sua convivência com a criança ou adolescente (Câmara dos Deputados, 2009).

O substitutivo define que se houver indício de prática de alienação parental, o juiz determinará a realização de perícia psicológica da criança ou do adolescente. Para isso, será ouvido o Ministério Público. Caso fique caracterizado atos típicos de alienação parental o juiz poderá: “advertir e até multar o alienador; ampliar o regime de visitas em favor do genitor alienado; determinar intervenção psicológica monitorada; determinar a alteração da guarda para guarda compartilhada ou sua inversão; e a suspensão ou perda do poder familiar” (Câmara dos Deputados, 2009).

Algumas questões podem ser levantadas a partir do conteúdo apresentado. Primeiro, não é todo processo de separação que trará consequências negativas irreversíveis para as crianças. Segundo, as variáveis da situação interferem em como a criança vivenciará o processo de separação parental e adaptar-se-á a vida após esse evento. Um dado importante é que a forma como a criança

experiencia o processo de separação depende muito da maneira como os pais também vivenciam esse processo. É importante ressaltar, ainda, que a mudança dos resultados encontrados nas pesquisas mais recentes sobre as consequências da separação parental para a criança, provavelmente está relacionada ao fato de que a separação se tornou um fenômeno comum. Desta forma, a criança não sofre mais com a estigmatização de ser filho de pais separados.

Os estudos sobre a satisfação conjugal e sobre a dissolução conjugal têm implicações importantes para a clínica em Psicologia. No caso da satisfação conjugal, a clínica pode tanto fornecer habilidades (como por exemplo, comunicação) como proporcionar mudança de hábitos (passar mais tempo juntos, formas de interação, divisão de tarefas, entre outros) e mudança em relação aos objetivos do casal, tudo isso com o objetivo de facilitar e tornar satisfatório o convívio na conjugalidade. Pode, ainda, se a decisão pela dissolução conjugal for definitiva, dar o suporte necessário para enfrentar o processo de reorganização da identidade e o processo de separação em si, que pode ser conflituoso e, por isso mesmo, mais doloroso. Além disso, pode também dar o suporte necessário aos filhos de casais que passam por um processo de separação e ao casal para que possa lidar com a frustração dos filhos em ver os pais se separando.

Entender o processo de dissolução da conjugalidade é tão importante quanto entender os fatores referentes à sua manutenção e aos elementos que influenciam a satisfação conjugal. Como pode ser observado, o estudo sobre a conjugalidade abrange diversas questões e, por isso mesmo, é importante abordá-las em conjunto para poder apreender adequadamente as relações estabelecidas entre os membros do casal. A seguir, será apresentado outro tópico também

relevante, que tem contribuído para novas formas de conjugalidade e novas estruturas familiares estabelecidas na atualidade.

4.4 FAMÍLIAS RECASADAS: UMA NOVA CONJUGALIDADE

Os estudos sobre o recasamento começaram a surgir no cenário científico na década de 1970, e diversos autores indicam que as primeiras pesquisas ocorreram nos Estados Unidos (Bucher & Rodrigues, 1990; Guerreiro, Oliveira & Souza, 1999). No Brasil os trabalhos sobre esta temática tiveram início na década de 1980 (Bucher & Rodrigues, 1990), contudo em número bastante reduzido. Ainda hoje observa-se a escassez de pesquisas brasileiras sobre o tema recasamento. Em um levantamento feito na base de dados BVS – Biblioteca Virtual em Saúde e na base de dados Scielo, apenas 9 artigos são listados no total.

Além da escassez de estudos sobre o tema, observa-se que a mensuração e o contexto das famílias recasadas permanecem pouco explorados pelas pesquisas demográficas. A pouca atenção dada aos recasamentos no âmbito demográfico está relacionada à forma como, até recentemente, essas uniões conjugais eram concebidas. Enquanto o primeiro casamento era representado como um marco na transição para a vida adulta, o recasamento era considerado como uma simples restauração de aspectos da vida adulta após a viuvez ou a dissolução conjugal (Marcondes, 2004). Essa forma de pensar prejudica a

compreensão do fenômeno do recasamento, pois desconsidera a complexidade e a dinâmica dos recasamentos.

O IBGE faz o levantamento do estado civil de cada cônjuge quando se casam, mas parece que esse ponto só despertou mais atenção a partir de 2007, quando a tabela referente ao estado civil no momento do casamento aparece no relatório da Síntese dos Indicadores Sociais. Nesse relatório, faz-se a comparação dos números entre os anos de 1997 e 2007. Do total de casamentos ocorridos em 1997, 7,9% foram entre pessoas em que pelo menos uma era divorciada; em 2007, esse número passou para de 13,7%. No período de 10 anos, observa-se uma elevação de 5,8% no número de casamentos em que um ou os dois conjuges já haviam sido casados.

Os primeiros estudos sobre o tema abordaram mais especificamente dados demográficos e realizaram o levantamento de literatura sobre o assunto. Posteriormente, outras temáticas foram surgindo à medida que os recasamentos foram tornando-se mais visíveis, tais como: opinião/ percepção/ visão/ crenças/ valores dos envolvidos (pais, padrastos, madrastas e crianças); modelos de intervenção; funcionamento da família recasada; consequências do recasamento no desenvolvimento dos filhos; recasamento e saúde; questões legais e casos específicos de famílias recasadas (famílias homossexuais e famílias de imigrantes) (Guerriero, Oliveira & Souza, 1999).

É importante ressaltar que, no passado, existiam famílias reconstituídas formadas por padrastos, madrastas e meios-irmãos. A mudança nessa estrutura surge efetivamente quando os pais biológicos estão vivos e levam uma vida separada ou inserida em outra família (Kunrath, 2006).

Com a visibilidade dessa nova estrutura familiar, uma das questões discutidas entre os pesquisadores foi a sua denominação. Os termos surgidos para nomear as famílias que se mantiveram casadas foram família de primeiro casamento, família intacta e original ou nuclear. Já para as famílias que se encontram em segundo casamento, os termos foram recasamento, família recasada, família resconstituída ou recomposta ou recombinação (Bucher & Rodrigues, 1990).

Alguns dos termos surgidos, de acordo com Bucher e Rodrigues (1990), apontam para uma valorização da família do primeiro casamento. Os termos família intacta ou original e família resconstituída ou recomposta apresentam a família originada do primeiro casamento como o modelo a ser seguido. Diante dessa realidade, esses autores acreditam ser melhor denominar a família de primeiro casamento dessa forma mesmo (família de primeiro casamento), uma vez que é apenas um termo descritivo, e a família composta pelo segundo casamento de família recasada. Isso porque a ênfase recai no casamento (os cônjuges é que são recasados), e não na tentativa de reconstruir uma família original.

Todas estas questões são relevantes, pois verifica-se uma dificuldade de nomear e entender uma nova realidade que se apresenta na família. Essas dificuldades também são observadas nos psicólogos e terapeutas que trabalham com famílias (Dias, 2006), o que pode dificultar o processo terapêutico.

O conceito de família recasada será tratado aqui como uma família formada “por dois adultos que se unem formando uma nova família para a qual um ou ambos trazem pelo menos um filho ou não da relação anterior” (Lima,

2008, p. 274). Esse conceito aponta para uma conexão com uma família dada pelo primeiro casamento. Essa conexão pode se dar de diversas formas; contudo, a presença de um filho no primeiro casamento parece ser um dos principais responsáveis pela manutenção da conexão ao longo da vida. Isso porque a consaguinidade é um valor muito importante para as famílias (embora isso fique mais evidente entre as famílias de classe-média). As conexões formadas pela afinidade com o casamento tendem a assumir a feição de crise, com o divórcio (Dias, 2006).

O recasamento concorre para um aumento da complexidade das relações estabelecidas, uma vez que envolve o entrelaçamento de duas, três, quatro ou mais famílias. O nível de complexidade envolvido vai depender do número de recasamentos vividos pelos cônjuges. Essa complexidade não compromete a funcionalidade do sistema, embora possa tornar mais difícil alcançá-la. Para Lima (2008), o sistema familiar pode tornar-se funcional à medida que procure evitar o cruzamento ou a superposição de negociações e dificuldades, tais como “encerrar o relacionamento anterior, resolver o divórcio, a guarda dos filhos e acordar a pensão antes de iniciar um novo relacionamento” (p. 274).

Além das questões citadas acima, o recasamento envolve ainda algumas especificidades que precisam ser endereçadas para o seu funcionamento satisfatório, quais sejam, a interação com o ex-cônjuge e sua família, e com os filhos do casamento anterior e os filhos do casamento atual (Biscotti, 2006). Essa realidade apresenta possíveis conflitos que podem ser vivenciados pelo novo casal: os sentimentos de divisão entre seu novo par e seus filhos e de divisão entre seus filhos biológicos e enteados (Lima, 2008). Os conflitos vivenciados

dizem respeito principalmente ao tipo de obrigações e lealdades estabelecidas no novo arranjo familiar (Marcondes, 2004). Em outras palavras, as questões envolvidas nesses novos arranjos familiares relacionam-se às seguintes perguntas: Quem são os verdadeiros membros da família? Qual é o meu espaço? Quem realmente está no comando? A quem dedico meu tempo, quando e quanto recebo deles? (Carter & McGoldrick, 2001).

Responder a essas perguntas não é fácil; é necessário flexibilidade e negociação por parte de todos os envolvidos. Abaixo estão exemplos dos sentimentos presentes nas delimitações de obrigações e lealdades no recasamento.

A madrasta é vista como alguém que deve amar e cuidar; mas quando o faz, recebe represálias ciumentas da mãe biológica; o filho é visto como alguém que deve sair de casa para as visitas ao pai, deve ser bem tratado e gostar do encontro, mas se gosta demais ou de menos, desperta hostilidade por parte do cônjuge que detém a sua guarda e “fica metido em encrenca”! Do mesmo modo, às vezes a sogra é solicitada a amar a nova mulher e desgostar da “ex” (do ponto de vista da esposa subsequente); geralmente, a nora espera que a sogra considere a esposa anterior do filho como ex-nora e que esta não desfrute de intimidade em suas vistas à casa dos sogros. (Dias, 2006, p. 154).

Outras questões vividas pelos casais recasados referem-se a diferenças que podem existir no ciclo vital dos novos cônjuges. Em geral, “quanto maior a diferença de momentos de vida, maior será a dificuldade de transição e mais demorada será a integração da nova família” (Guerriero, Oliveira & Souza, 1999, p. 81).

De acordo com pesquisas, o ajustamento do novo sistema familiar geralmente leva, aproximadamente, de três a cinco anos (Lima, 2008). Esse tempo pode ser maior dependendo das dificuldades encontradas durante o processo. Um aspecto que merece destaque e que pode contribuir bastante para a dificuldade no ajustamento do novo casal relaciona-se à dificuldade encontrada entre os ex-cônjuges para delimitar os papéis e as obrigações de cada um. Nesse sentido, a existência de um divórcio litigioso pode prejudicar o ajustamento da nova configuração familiar (Vainer, 1999).

Em um estudo com o objetivo de comparar o relacionamento vivido no primeiro e no segundo casamento, Pascual (1992) entrevistou homens e mulheres que estavam em seu segundo casamento. Os achados dessa pesquisa mostraram-se interessantes por acessar uma questão não observada em pesquisas anteriores: a divisão dos papéis de gênero. Os resultados da pesquisa apontam que, no primeiro casamento, há uma tendência da presença de rigidez e da preservação dos papéis tradicionais de gênero, ao passo que, no segundo casamento, esses papéis aparecem atenuadamente.

Esses resultados indicam que há uma mudança na estrutura conjugal no recasamento, indicando uma divisão mais igualitária das tarefas domésticas. Isso é possível pois a relação estabelecida no segundo casamento possui características diferentes das da relação estabelecida no primeiro casamento, tais como “diálogo, respeito mútuo, estima e consideração pelo parceiro” (Pascual, 1992, p. 142). Além disso, observa-se uma grande mudança no comportamento sexual na nova relação. Os dados indicam uma maior preocupação do homem em proporcionar à parceira o prazer sexual. Essa mudança observada pode estar

relacionada ao momento em que ocorreram os dois casamentos, demonstrando a influência das transformações sofridas pela sociedade. O primeiro casamento desses entrevistados aconteceu nas décadas de 1960 e 1970, enquanto o segundo casamento ocorreu em média dez anos depois.

As questões levantadas revelam a necessidade de a família recasada ser considerada a partir de um paradigma de família inteiramente novo, que considere os novos relacionamentos e os papéis além das expectativas geradas com as transformações observadas na sociedade no que diz respeito ao papel do homem e da mulher no casamento. Para uma melhor compreensão da dinâmica das famílias recasadas, é importante mais estudos, seja de abordagem quantitativa seja de abordagem qualitativa.

5 A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

As representações sociais (RS) são fenômenos complexos construídos no cotidiano pelos indivíduos, que tem como função tornar familiar o não familiar, numa dinâmica em que o objeto é reconhecido e compreendido a partir de uma experiência anterior. A experiência comporta “uma dimensão cognitiva na medida em que ela favorece uma experimentação do mundo e sobre o mundo e contribui para a construção de realidades segundo categorias ou formas socialmente dadas.” (Jodelet, 2005, p. 32). A partir disto, as Representações Sociais são entendidas como “uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social” (Jodelet, 2001, p. 22). Em outras palavras, as representações sociais são estruturadas no contexto social através da comunicação entre as pessoas com o objetivo “de moldar a visão e constituir a realidade na qual se vive” (Moscovici, 2001, p. 61).

As representações sociais referem-se às teorias construídas pelo senso comum para explicar a realidade que circunda o indivíduo; entretanto, é importante ressaltar que não há uma única teoria do senso comum, mas várias, sob os mais diversos temas. Desta forma, o que existe é uma sociedade pensante, que tem a sua própria lógica, que é diferente da lógica científica.

A grande relevância do campo de estudo das Representações Sociais é a consideração sobre a participação ativa do indivíduo na sua realidade. O indivíduo, ao representar um objeto, não está simplesmente reproduzindo-o ou duplicando-o, mas modificando-o e reconstruindo-o. Ao fazer isso, acaba por

construir a sua realidade e construir a si próprio, ou seja, constrói e reconstrói permanentemente a sua realidade social e a sua própria identidade (Banchs, 2000).

Os processos formadores das representações sociais foram descritos como processos de objetivação e de ancoragem. A objetivação tem como função dar materialidade a um objeto abstrato, duplicar um sentido por um objeto (Almeida, 2005). “Como exemplo, lembra o fato de comparar Deus a um pai, o que faz com que a pessoa preencha a mente e desperte os sentimentos correspondentes” (Leme, 1995, p. 49).

O processo de ancoragem tem a função de dar um sentido inteligível dentro de um contexto. Esse processo ocorre quando há a “incorporação ou assimilação de novos elementos de um objeto em um sistema de categorias familiares e funcionais aos indivíduos e que lhes estão facilmente disponíveis na memória” (Almeida, 2005, p. 126). Moscovici (1976), em seu primeiro trabalho sobre a Teoria das Representações Sociais (TRS), exemplifica esse processo na psicanálise, em que a terapia é uma estranha medicina sem remédios, mas, ao mesmo tempo, assemelhada a uma confissão religiosa.

Na ancoragem e na objetivação, é preciso decidir se o que está sendo avaliado é semelhante ou é diferente de um modelo, e esta decisão não é neutra, “ela implica uma atitude para com a pessoa ou coisa e um desejo de considerá-la normal ou desviante” (Leme, 1995, 49). A participação dos afetos, vista desta perspectiva, é de grande importância para o maior entendimento das Representações Sociais, já que os afetos são os mediadores em sua constituição,

ou seja, é através dos afetos que são constituídos os vínculos com os grupos, com as ideias e com a visão de mundo do indivíduo (Lane, 1995).

A TRS tem aproximadamente quarenta anos. Em seus primeiros dez anos permaneceu praticamente ignorada. Nos dez anos seguintes, foi nutrida por vários estudos e pesquisas sobre os mais diversos temas. Nos últimos vinte anos, maior foi o número de pesquisas feitas, o que permitiu discutir e aperfeiçoar os métodos utilizados, atualizar seus relacionamentos potenciais com outras abordagens do mesmo campo fenomenal e refinar a teoria em termos teórico-conceituais. Além disso, também foi difundida para outros territórios e passou a ser alvo de críticas e questionamentos. Com esse aprofundamento nos estudos, observa-se que a TRS vem possibilitando uma pluralidade metodológica na construção de objetos específicos de pesquisa. Isso ocorreu, também, devido à resistência de Moscovici em definir com precisão os termos teórico-conceituais, o que parece ter tido como efeito “impedir a cristalização prematura dos conjuntos operacionalizados de conceitos, hipóteses e técnicas de pesquisa que terminassem por constituir ‘microteorias’ autônomas em relação à ‘grande teoria’” (Sá, 1996, p. 8). Essa forma de operacionalizar a TRS permitiu construir abordagens complementares que proporcionam descrições mais detalhadas de certas estruturas, assim como de seu funcionamento, e que se mostram compatíveis com a teoria geral.

Verifica-se a existência de três abordagens. Uma é a abordagem estrutural, que tem sido desenvolvida em Aix-em-Provence, por Jean Claude Abric, e centra-se nos processos sociocognitivos, com o estudo das estruturas das Representações Sociais a partir da Teoria do Núcleo Central. Outra abordagem é

a utilizada por Willem Doise, desenvolvida em Genebra, e tem uma ênfase mais sociológica, pois apresenta como objetivo estudar as condições de produção e circulação das Representações Sociais. A terceira é a abordagem culturalista, da qual Denise Jodelet é a grande expoente. Esta abordagem é a que mantém relação mais estreita com a proposta original de Moscovici, por privilegiar o enfoque histórico e cultural (Almeida, 2005).

Cada abordagem tem sua especificidade, mas, de uma forma geral, elas buscam verificar 1) o processo de formação e transformação das representações sociais, 2) os elementos constituintes da representação social de um objeto e, 3) as representações sociais como orientadora das práticas. Essas três possibilidades podem ainda relacionar possíveis diferenças em grupos com contextos sociais diferentes. De acordo com a complexidade da metodologia escolhida, esses estudos buscam responder a mais de uma das questões expostas. Atualmente, com o avanço dos estudos sobre a teoria, tem-se um quadro mais claro dessas questões; entretanto, autores afirmam que existem áreas a serem exploradas (Jodelet, 2001; Moscovici, 2001), como é o caso das relações que diferentes elementos de representações sociais mantêm entre si (Abric, 2001).

De fato, as pesquisas em RS têm girado em torno de apenas um objeto e não têm buscado verificar a relação da RS de objetos diferentes e a sua influência nas práticas cotidianas. As pesquisas, apesar de não terem este objetivo, por vezes o fazem indiretamente, como é o caso da pesquisa de Cardoso e Arruda (2005). Nessa pesquisa verificou-se a RS da soropositividade e a sua relação com a aderência ao tratamento de antirretrovirais (ART). Os resultados mostraram

que a adesão ao tratamento de ART está associada a uma nova normatividade, a de tomar remédios; que o remédio é objetivado como destruidor do vírus e que a ancoragem da RS se dá no saber científico. Para os não aderentes, a soropositividade é experienciada como ameaçadora, e o uso da negação da doença impede a ancoragem no saber científico. Para esses indivíduos, os remédios são a objetivação da doença. Embora estes sejam os resultados principais, uma outra questão chama a atenção, a saber, a representação social da doença é diferenciada de acordo com o gênero: para o homem, independentemente de acompanhar o tratamento ou não, a preocupação em relação à doença está voltada para si; nesse sentido, ele está preocupado em não adoecer, não morrer e tomar remédios. Para a mulher, diferentemente, predomina uma preocupação em relação aos outros e ao futuro deles. As diferenças nos resultados explicitam as diferentes representações sociais sobre a mulher e o homem, que interferem na forma como se vivencia a doença.

A descrição acima dá indícios de que várias são as RS que intermedeiam a vivência da doença, como a RS de doença, de saúde, de morte, de vida, de médico, de homem, de mulher, entre outras. Refletir sobre essa rede de RS ou sobre o campo representacional (Andrade, 2000) é conceber as RS como uma rede complexa e coerente, o que não significa homogênea. Como afirma Laplantine (2001), é impossível conceber uma RS homogênea em um ambiente social mutável. A complexidade referida não está apenas na quantidade de elementos agrupados, mas também na possibilidade de existirem elementos contraditórios que são articulados de forma a fazer sentido (Laplantine, 2001; Flament, 2001; Jodelet, 2001) e na possibilidade de transformação desses

elementos (Flament, 2001). A concepção de campo representacional abrange todo o universo interior e exterior do indivíduo, pois vários são os elementos de representação que podem ser ativados em um indivíduo de acordo com a situação experienciada.

O campo representacional de um objeto pode ser, então, entendido como um conhecimento socialmente partilhado formado por um conjunto de objetos representacionais, que por sua vez, são constituídos por um conjunto de elementos representacionais. Todos os objetos e os elementos representacionais presentes em um campo representacional estão interrelacionados de tal forma a dar coerência e sentido a esse campo representacional, como se fosse uma rede de significações e símbolos. A abrangência do campo representacional de um objeto pode ser bastante extensa em termos de objetos representacionais. Neste caso, para efeito de viabilidade de realização de pesquisas, cabe ao pesquisador fazer o recorte que interessa à sua pesquisa.

A compreensão do campo representacional como explicitado acima é recente. Inicialmente, o conceito de campo representacional foi apresentado por Serge Moscovici em seu trabalho seminal sobre representações sociais. Neste trabalho Moscovici (1961) conceitua campo representacional como o conteúdo concreto e limitado relacionado ao um objeto de representação. Ou seja, o campo representacional é concebido, por Moscovici, como um conjunto de elementos que dão estrutura e organizam as representações sociais de um determinado objeto. Jodelet (1989) também, em seu trabalho sobre a loucura, utiliza o conceito de campo representacional no mesmo sentido apresentado por Moscovici.

Assumir o conceito de campo representacional de forma mais ampla mostra-se interessante para as pesquisas em RS. Por ser um conceito mais recente poucas pesquisas tem sido realizadas com esse enfoque, embora nem sempre utilize a denominação de campo representacional. Flament (2001), em uma revisão sobre a estrutura e dinâmica das representações sociais, descreve a pesquisa realizada por Abric, em 1979, na qual se observa que a representação da viagem de trem por um executivo só pode ser entendida à medida que se entende o que significa trem e homens de negócios para estes executivos. Também Martins (2002) verificou que os elementos da RS de suicídio referente ao que leva um adolescente a cometer suicídio estão relacionados ao que os adolescentes pensam ser um problema na adolescência.

Essa forma de estudar as RS não é simples, mas abre um novo caminho para pesquisas e para o aprofundamento teórico em representações sociais. No caso da presente pesquisa, a literatura indica que, as significações sobre a conjugalidade estão fortemente articuladas às significações que as pessoas dão a outros objetos sociais, como casamento, separação/ divórcio, recasamento, amor, papéis femininos e masculinos na relação conjugal e fidelidade/infidelidade. Diante dessa constatação, decidiu-se por utilizar estas temáticas para analisar o campo representacional da conjugalidade.

Esta tese torna-se relevante também, pois, na literatura nacional, não se verificam estudos que procuram analisar a vivência conjugalidade a partir da abordagem psicossocial da Teoria das Representações Sociais. Chama atenção, todavia, o estudo de Nóbrega, Fontes e Paula (2005) que procurou verificar a representação social do amor e do sofrimento entre jovens e adultos. Os

resultados encontrados revelam diferenciação quanto ao conteúdo representacional de acordo com o grupo etário e a experiência ou não de vida conjugal. Para os jovens sem experiência conjugal a representação social de amor contém os elementos representacionais 'namoro' e 'fidelidade' e para os jovens com experiência conjugal estão presentes com maior significância palavras associadas à 'família'. Já para os adultos com experiência conjugal a representação social de amor está relacionada a palavra 'carinho' e a expressão 'é tudo'. O amor também está associado à 'expressão de vida' entre adultos e jovens.

Estudar a conjugalidade, a partir da Teoria das Representações Sociais e, mais especificamente, utilizando o conceito de campo representacional, pode contribuir para a ampliação do conhecimento sobre o assunto assim como o aprofundamento do quadro teórico escolhido.

6. OBJETIVO

6.1 Objetivo Geral

Descrever e analisar o campo representacional da conjugalidade e as práticas conjugais de homens e mulheres de classe média que estejam (a) casados, (b) separados/ divorciados e, (c) em seu segundo casamento.

6.2 Objetivos Específicos

- a) Verificar o campo representacional da conjugalidade nos indivíduos de interesse;
- b) Verificar as representações sociais de amor, casamento, separação/ divórcio, homem e mulher;
- c) Verificar as diferenças de conteúdo do campo representacional entre os grupos;
- d) Verificar as práticas utilizadas no cotidiano dos indivíduos de interesse referente à manutenção do casamento e felicidade no casamento, cuidado dos filhos, decisão para a separação/divórcio, negociação dos papéis femininos e masculinos na relação conjugal e fidelidade/infidelidade;
- e) Verificar as possíveis articulações entre o campo representacional da conjugalidade e as práticas utilizadas.

7 MÉTODO

O delineamento a ser utilizado é o de pesquisa qualitativa, pois o estudo tem o objetivo de “explorar o espectro de opiniões, as diferentes representações sobre o assunto em questão” (Gaskell, 2002, p. 68). Em outras palavras, a forma como a pesquisa foi delineada apreendeu o caráter multidimensional do fenômeno conjugalidade e os diferentes aspectos das experiências vividas das pessoas.

7.1 PARTICIPANTES

Para a realização desta pesquisa foram realizados 6 grupos focais, sendo 3 com mulheres e 3 com homens, de acordo com os critérios abaixo:

- Grupo 1 - pessoas que residiam em bairros da Grande Vitória considerados bairros de classe média-alta e de classe alta que estivessem casadas há até 10 anos.
- Grupo 2 - pessoas que residiam em bairros da Grande Vitória considerados bairros de classe média-alta e de classe alta que estivessem separados e/ou divorciadas.
- Grupo 3 - pessoas que residiam em bairros da Grande Vitória considerados bairros de classe média-alta e de classe alta que estivessem recasadas.
- Todos os participantes devem ter concebido filhos no primeiro casamento.

No Grupo 2 optou-se por participantes que estivessem separados e/ ou divorciados, pois sabe-se que existe a possibilidade de indivíduos permanecerem separados por longos períodos sem terem solicitado na justiça o divórcio. Para evitar confusões em termos de terminologia optou-se por utilizar a palavra 'separados' para a designação do grupo. A nomeação, neste caso, significa que os participantes não estão mais casados e não considera os termos jurídicos.

7.2 INSTRUMENTO E PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

Os dados foram coletados por meio de uma técnica de entrevista qualitativa denominada de Grupos Focais (*focus group*) (Kreuger & Casey, 2000; Gaskell, 2002; Morgan, 1997). O grupo focal tem sido utilizado, mais recentemente, como método de coleta de dados em pesquisas no campo das representações sociais (Veiga & Gondim, 2001).

O grupo focal possibilita uma interação mais autêntica do que a entrevista em profundidade, método mais utilizado em pesquisas de cunho qualitativo, pois permite que as pessoas falem sobre as suas opiniões e pontos de vista e reajam àquilo que outras pessoas dizem (Gaskell, 2002; Kreuger & Casey, 2000; Morgan, 1997).

O grupo focal permite visualizar a construção do conhecimento de forma compartilhada, ou seja, dá ao pesquisador, em um ambiente controlado, o contato com a elaboração das representações sociais, entendendo-se a elaboração como um processo dinâmico de consenso e dissenso sobre um determinado assunto.

Para que se alcancem os objetivos esperados em uma pesquisa que tem como método de coleta de dados o grupo focal é necessário um adequado planejamento. É preciso realizar o planejamento em termos de quantidade de grupos focais, número de participantes por grupo, local da realização e o roteiro de discussão do grupo focal (Kreuger & Casey, 2000; Gondim, 2002; Morgan, 1997).

Optou-se por realizar 6 grupos focais como explicitado acima. A quantidade de grupos focais realizados deve ser de 6 a 8 encontros, uma vez que um número maior do que 8 torna a tarefa do pesquisador no tratamento dos dados muito difícil (Gaskell, 2002).

A literatura indica que cada grupo focal deve ter de 6 a 8 pessoas (Gaskell, 2002; Kreuger & Casey, 2000) ou de 6 a 12 pessoas (Morgan, 1997; Stewart & Shamdasani, 1990); entretanto, há a possibilidade de realização de grupos focais com o número máximo de 20 pessoas e o número mínimo de 3 pessoas (Morgan, 1997). A desvantagem de um grupo com um número maior de pessoas é a possibilidade de alguém não encontrar espaço para falar, o que modifica a dinâmica do grupo. Nesse caso, pode haver conversas paralelas durante o grupo, uma vez que alguém pode, na tentativa de expor a sua experiência, conversar com a pessoa ao seu lado. No caso de grupos menores, também chamados *mini-focus group*, a desvantagem está em obter um número limitado de experiências. Um número menor de pessoas, contudo, pode deixar os participantes mais à vontade para expor com mais detalhes as suas experiências (Kreuger & Casey, 2000).

Os participantes ficaram divididos da seguinte forma, nos grupos focais:

- Grupo MC (mulheres casadas): 5 participantes
- Grupo MS (mulheres separadas): 6 participantes
- Grupo MR (mulheres recasadas): 5 participantes
- Grupo HC (homens casados): 7 participantes
- Grupo HS (homens separados): 3 participantes
- Grupo HR (homens recasados): 4 participantes

O número pequeno de participantes no Grupo HS deveu-se à dificuldade em encontrar pessoas disponíveis para a participação da pesquisa. A realização desse grupo focal foi remarcada duas vezes, com a expectativa de um aumento no número de participantes. Optou-se por fazer o minigrupo focal, e, caso fosse necessário, seria realizado um outro grupo focal para complementação dos dados. Como Kreuger e Casey (2000) indicam, a realização do grupo permitiu explorar com mais intensidade as experiências de cada participante, por se sentirem eles mais à vontade para falar e também por haver mais tempo para cada um contar a sua história. Devido à riqueza dos dados coletados nesse grupo, decidiu-se por não realizar outro grupo focal com homens separados.

As entrevistas com os grupos focais ocorreram em uma faculdade particular em Vitória (ES), que contava com sala de espelho duplo e aparelhagem de som para realização de grupos nesse formato.

O roteiro para a realização do grupo focal² foi planejado para responder ao problema de pesquisa. O roteiro abrangeu os seguintes temas: (1) amor; (2) amor no relacionamento conjugal; (3) decisão pelo casamento; (4) estratégias de manutenção do relacionamento conjugal; (5) filhos; (6) papel feminino/ masculino

² O roteiro de discussão do grupo focal encontra-se no Apêndice I. A ordem dos tópicos do roteiro de entrevista foi adequada para cada um dos 3 grupos. O tópico do início do roteiro estava de acordo com a situação vivida no momento pelos participantes (casados, separados, recasados)

no relacionamento; (7) separação/ divórcio; (8) vida sem o cônjuge, e; (9) recasamento/novo relacionamento.

Além dos cuidados com o planejamento dos itens mencionados acima, é importante que o entrevistador tenha habilidade para conduzir o grupo focal. Foram escolhidos dois entrevistadores, um homem e uma mulher, com experiência em pesquisas de cunho qualitativo, que tinham como método de coleta de dados tanto a entrevista em profundidade quanto grupos focais. Para o auxílio dos entrevistadores durante os grupos focais, também foram selecionados dois assistentes, um do sexo masculino e um do sexo feminino.

Teve-se o cuidado em escolher uma equipe de moderadores (entrevistador e assistente) (Kreuger & Casey, 2000) que tivesse o mesmo sexo dos participantes, para evitar que o sexo dos entrevistadores interferisse nas respostas dos participantes (Stewart & Shamdasani, 1990).

Os participantes foram selecionados de acordo com as características estabelecidas para cada grupo e seguindo o critério da acessibilidade (Alves-Mazzotti & Gewandsznajder, 1998; Stewart & Shamdasani, 1990). Foi feito primeiramente um contato telefônico para verificar a disponibilidade das pessoas e, posteriormente, foi marcada uma data para a realização do grupo focal com aquelas que aceitaram participar.

Antes do início do grupo focal foram entregues aos participantes o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e um formulário³ para que eles preenchessem questões como idade, estado civil, nível de escolaridade, profissão e renda familiar.

³ O formulário para preenchimento com os dados dos participantes encontra-se no Apêndice II

O tempo médio de duração dos grupos focais foi de 1h43min. Para a mudança dos temas discutidos e o encerramento do grupo focal foi observado o ponto de saturação do sentido (Bauer & Aarts, 2002; Gakell, 2002), ou seja, quando os assuntos discutidos começavam a se repetir, não surgindo outras formas de compreensão da realidade, o entrevistador encerrava a discussão sobre o tópico em questão.

Ao final do grupo focal foi servido um lanche para os participantes da pesquisa.

Todo o conteúdo do grupo focal foi gravado em áudio com a anuência dos participantes.

7.3 PROCESSAMENTO E ANÁLISE DE DADOS

Foi utilizado para o processamento e a análise dos dados o método da análise do discurso, pois essa técnica demonstrou ser a mais apropriada para a consecução dos objetivos da pesquisa.

A análise de discurso é o nome dado a uma variedade de diferentes enfoques no estudo de textos. A literatura indica para ao menos 57 variedades de análise de discurso. Essa evolução se deu a partir de diversas tradições teóricas e tratamentos em diferentes disciplinas. Dessa forma, verifica-se que não existe uma única “análise de discurso”, mas muitos estilos diferentes de análise. O que esses estilos têm em comum é a rejeição da noção de que a linguagem é um

meio neutro de refletir ou descrever o mundo e uma convicção da importância central do discurso na construção da vida social (Gill, 2002).

Visando compreender as diferenças entre as diversas análises de discurso, Gill (2002) argumenta em favor da necessidade de entender as tradições teóricas que originaram essa diversidade. Segundo este autor, é possível observar, de forma mais ampla, três tradições teóricas.

A primeira está relacionada às posições conhecidas como linguística crítica, semiótica social ou crítica e estudos de linguagem. Essa tradição, quando comparada a muitos tipos de análise de discurso, possui grande proximidade com a disciplina da linguística, contudo está mais relacionada à semiótica e à análise estruturalista.

A segunda tradição teórica é influenciada pela teoria do ato da fala, a etnometodologia e a análise da conversação. Essa perspectiva tem orientação funcional, ou seja, a sua orientação está na ação que o discurso possui. Dessa forma, seu foco está direcionado aos objetivos pretendidos com as narrações e como esses objetivos estão relacionados com a organização da interação social.

Um terceiro conjunto, que por vezes se identifica como análise de discurso, é o associado com o pós-estruturalismo. O pós-estruturalismo rompeu com as visões realistas da linguagem e rejeitou a noção do sujeito unificado coerente, que foi, por longo tempo, a base da filosofia ocidental. Entre os pós-estruturalistas, ressalta-se Michel Foucault, que é conhecido por caracterizar suas genealogias da disciplina e da sexualidade como análises de discurso. Diferentemente da maioria das análises de discurso, essa variação está interessada em olhar historicamente os discursos, e não os detalhes de textos falados e escritos.

Independentemente da tradição teórica, Gill (2002) defende a ideia de que é proveitoso pensar a análise de discurso a partir de quatro temas principais: preocupação com o discurso em si mesmo; visão da linguagem como construtiva (criadora) e construída; ênfase no discurso como uma forma de ação; e convicção na organização retórica do discurso.

Com base nas perspectivas das três tradições teóricas e dos quatro temas principais da análise de discurso apresentados por Gill (2002), optou-se, em razão dos objetivos da pesquisa, pela utilização da análise de discurso voltada para a teoria do ato da fala, para a etnometodologia e para a análise da conversação, com ênfase no discurso como forma de ação.

No que se refere aos aspectos operacionais da análise de discurso, Fiorin (2000) discute a necessidade de primeiro apreender alguns conceitos importantes. Entre esses conceitos, o principal é o texto, que é tido como unidade de análise. O texto, para Fiorin (2000), é o resultado da manifestação de um conteúdo (discurso) por meio de um plano de expressão qualquer. Para Orlandi (2001), o texto pode ser tanto oral como escrito, estendido também às linguagens não verbais, e contém a totalidade revelada em três dimensões de argumentação: as relações de força, posições relativas do locutor (enunciador) e do interlocutor (enunciatário); a relação de sentido existente entre esse e vários outros discursos; a relação de antecipação, que envolve a experiência anteprojetada do locutor em relação ao lugar e à reação de seu ouvinte. O fundamental da análise de discurso é compreender o que significa o texto na filiação discursiva.

A análise de discurso caracteriza-se pela preocupação com a orientação da ação, ou orientação da função do discurso, e, dessa forma, o discurso é visto

como prática social. De acordo com Gill (2002), a partir dessa característica, a linguagem não é vista como um mero epifenômeno, mas como uma prática em si mesma. Assim, as pessoas empregam o discurso para fazer coisas, ou seja, para acusar, para se desculpar, para se apresentar, para exercer poder e influência, entre outras. Visto dessa forma, o discurso não ocorre em um vácuo social. Os atores sociais orientam-se pelo contexto interpretativo em que se encontram e constroem seus discursos para se ajustarem a esse contexto.

Embora não exista um procedimento padrão para a realização da análise de discurso, pode-se observar determinados procedimentos que se repetem em pesquisas que utilizam a análise do discurso, são eles: transcrição, espírito da leitura cética, codificação e análise de discurso (Gill, 2002).

Em suas pesquisas em representação social, Spink (1995) também apresenta quatro procedimentos necessários à análise de discurso. Esses procedimentos assemelham-se aos verificados em outras pesquisas que utilizam a análise do discurso; contudo, verifica-se que essa autora propõe que a apresentação da análise deva ser feita em forma de gráficos. A utilização dos estudos realizados por Spink (1995), como exemplo, é importante, pois esses estudos corroboram a utilização da metodologia da análise de discurso na apreensão das representações sociais.

A seguir, estão os procedimentos que são indicados para a execução de uma análise de discurso, como apresentado por Gill (2002) e por Spink (1995).

O primeiro procedimento abrange a transcrição da entrevista. Uma transcrição adequada deve ser um registro tão detalhado quanto possível do discurso a ser analisado. A transcrição não pode sintetizar a fala, nem deve ser

“limpada”, ou corrigida; ela deve registrar a fala literalmente, com todas as características possíveis, inclusive as entonações e os momentos de silêncio e de interrupções.

O segundo procedimento é a leitura do material transcrito. A leitura dos textos transcritos permite ao analista mergulhar no material estudado (Spink, 1995). Uma maneira de iniciar é simplesmente ler e reler as transcrições até a familiarização com o texto. Esse procedimento é uma preliminar necessária para a codificação. A leitura do material exige uma postura cética do pesquisador. Dessa forma, é necessária ao pesquisador a suspensão da crença naquilo que é tido como algo dado. Tal procedimento implica mudar a maneira como a linguagem é vista, a fim de enfocar a construção, a organização e as funções do discurso (Gill, 2002). Nesse sentido, é preciso ficar atento para a relação artificial criada pelo roteiro de entrevista, ou na ausência deste, nas perguntas formuladas pelo pesquisador. É fundamental, nesse procedimento, perguntar a qualquer passagem do texto: Por que eu estou lendo isso dessa maneira? Que características do texto produzem essa leitura? Como ele está organizado para se tornar persuasivo?

A terceira etapa é a codificação. A codificação é determinada pelos objetivos da pesquisa. Sendo assim, após a leitura do material, é necessário retornar ao objetivo da pesquisa, pois é este que influenciará na determinação das categorias a serem pesquisadas. Um mesmo discurso pode ser categorizado de diferentes maneiras, dependendo do objetivo da pesquisa. Gill (2002) afirma, ainda, que as categorias de análise podem mudar de acordo com a sofisticação da análise.

Spink (1995), ao utilizar a análise do discurso para o estudo das representações sociais, indica duas possibilidades para a realização da codificação do material. Para isso, leva em consideração a abrangência da pesquisa e a complexidade do tema a ser pesquisado. Caso a pesquisa aborde um tema mais circunscrito e a complexidade não seja muito grande, o papel do analista consiste em mapear o discurso a partir das dimensões internas da representação; neste caso, os seus elementos cognitivos, a prática no cotidiano e o investimento afetivo. Caso as representações sejam mais complexas, todavia, a autora indica a necessidade de mapear o discurso a partir dos temas emergentes e, então, realizar a análise das dimensões internas da representação para cada tema emergente. Vale ressaltar que essa forma de realizar a análise de discurso foi a maneira encontrada pela autora para satisfazer os objetivos de sua pesquisa. Entretanto, como afirma Gill (2002), existe mais de uma forma para realizar a análise de discurso.

O quarto procedimento é a análise do discurso. Após a codificação inicial, é o momento de iniciar a análise propriamente dita. Para Gill (2002), pode ser útil pensar a análise como sendo construída em duas fases relacionadas. Primeiramente, há uma procura por um padrão nos dados. Isso vai mostrar uma forma tanto da variabilidade (diferença entre as narrações), quanto da consistência. Na segunda fase, há a preocupação com a função, com a criação de hipóteses sobre as funções de características específicas do discurso, e a preocupação de testar essas hipóteses diante dos dados.

Um dado importante para a realização da análise do discurso é a compreensão, pelo analista, do contexto interpretativo. Para isso, o analista

necessita de consciência aprimorada das tendências e dos contextos sociais, políticos e culturais aos quais os textos se referem. Dessa forma, é possível examinar a maneira como a linguagem é empregada e aquilo que não é dito – os silêncios. Sem essa compreensão contextual mais ampla, não será possível identificar a versão alternativa dos acontecimentos ou fenômenos que o discurso que se está analisando pretendeu contrariar; não será possível perceber a ausência (às vezes sistemática) de tipos particulares de explicações nos textos analisados; não será possível reconhecer o significado do silêncio (Gill, 2002).

O método da análise de discurso, embora não seja amplamente utilizado em pesquisa na área das representações sociais, parece ser um método capaz de apreender as representações sociais do indivíduo, pelo que foi exposto acima. Cabe ao pesquisador realizar uma entrevista adequada para que os dados disponíveis sejam adequados à realização de sua análise, qual seja, analisar a relação da representação social com a realidade social e/ou as práticas sociais.

7.3.1 A Análise de Discurso

A análise de discurso realizada seguiu os parâmetros citados anteriormente. Foi feita a transcrição detalhada do material e, posteriormente, foi feita a leitura da transcrição diversas vezes, para a familiarização do material. A codificação dos dados ocorreu em várias etapas. Primeiro, foi feito o recorte do texto dos conteúdos relacionados ao roteiro de entrevista. Segundo, foi feita novamente a leitura desses conteúdos para, então, realizar a terceira etapa, a codificação. A

codificação dos dados seguiu a orientação de Spink (1995), que indica a necessidade de mapear os temas emergentes do discurso quando as representações são mais complexas, para, então, realizar a análise das dimensões internas da representação dos temas emergentes. A última fase da análise do discurso consiste na interpretação dos significados, ou seja, na análise propriamente dita. A análise do discurso baseou-se no entendimento das representações sociais sobre a conjugalidade. Observou-se, então, tanto o contexto social como as práticas relatadas e as experiências vividas pelos participantes.

7.4 ASPECTOS ÉTICOS

A pesquisa desenvolvida segue os padrões éticos de pesquisas que envolvem sujeitos humanos. Sendo assim, a forma como esta pesquisa foi organizada garantiu a confidencialidade dos dados expostos e a minimização dos riscos.

Os dados foram trabalhados de forma que a identidade dos participantes se mantivesse no anonimato, não lhes causando, assim, qualquer constrangimento.

A realização da pesquisa não incorreu em grandes riscos para os participantes da pesquisa, uma vez que requereu do participante que relatasse verbalmente a sua experiência de vida sobre o amor conjugal. O procedimento do grupo focal, inclusive, pode trazer benefícios para o participante, já que este pode

repensar as suas vivências conjugais e utilizá-las para ajudá-lo a escolher melhor o seu parceiro, a cultivar de maneira mais rica o amor conjugal e fazer demandas mais realistas do seu relacionamento amoroso (Rubin, 1988). De fato, alguns participantes relataram, ao final do grupo focal, que gostaram da experiência, pois puderam repensar o seu relacionamento conjugal/afetivo.

Caso a experiência fosse muito sofrida ou muito difícil de recontar, o participante poderia optar por não relatar a sua história. Caso fosse necessário um aconselhamento no momento do grupo focal, havia um espaço próprio (sala) e um profissional adequado para esse procedimento. Para a garantia do que foi exposto anteriormente foi utilizado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido⁴ para a realização da pesquisa. O consentimento informado, que foi assinado pelos participantes, contém a explicação (1) do objetivo do projeto de pesquisa; (2) dos procedimentos que serão utilizados em sua participação; (3) dos riscos e benefícios para os participantes e (4) de que a participação na pesquisa é voluntária, ou seja, o participante pode recusar-se a participar dos procedimentos exigidos. Desta forma, o pesquisador comprometeu-se com o participante em seguir todos os itens expostos no consentimento informado.

⁴ O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido encontra-se no Apêndice III

8 RESULTADOS

A seguir, serão apresentados os resultados encontrados. A ordem de apresentação dos resultados é a seguinte: grupo de mulheres casadas (GMC), grupo de homens casados (GHC), grupo de mulheres separadas (GMS), grupo de homens separados (GHS), grupo de mulheres recasadas (GMR) e grupo de homens recasados (GHR).

A análise de discurso foi realizada a partir dos temas emergentes do discurso dos indivíduos. O levantamento dos temas emergentes teve como base o objetivo de pesquisa. Vários foram os temas emergentes. Alguns deles apareceram em todos os grupos focais; outros apareceram em apenas alguns grupos. Abaixo, encontra-se o Quadro 02, com a relação dos temas emergentes e sua presença nos grupos focais.

Quadro 02: Relação dos temas emergentes e a sua presença nos grupos focais

Temas emergentes	GMC	GHC	GMS	GHS	GMR	GHS
Decisão pelo casamento						
Casamento						
Manutenção						
Amor						
Filhos						
Processo Separação/ Divórcio						
Novo Relacionamento						
Homem						
Mulher						
Solteirice						
Família						
Amigos						
Primeiro Casamento						
Segundo Casamento						

8.1 GRUPO DE MULHERES CASADAS

Participaram deste grupo focal 5 mulheres com idades entre 29 e 33 anos, casadas em média há 3,76 anos e todas com 1 filho. Todas as participantes têm nível superior e trabalham ou como profissionais autônomas ou como funcionária pública ou de empresas particulares e seus maridos também tem atividade profissional.

O primeiro tema discutido foi a decisão pelo casamento. Vários foram os conteúdos mencionados, mas, de modo geral, todos giravam em torno das seguintes questões: necessidade de ficar mais tempo junto com o namorado, ser o próximo passo em uma relação duradoura e constituir família. Além dessas questões, apresentaram-se alguns aspectos relacionados ao amor romântico, como o amor à primeira vista. Abaixo, segue uma fala que exemplifica essa questão:

Eu conheci XXXX, e eu bati o olho e pensei, acho que esse homem vai ser o... acho que eu vou casar com esse cara. (GMC5)⁵

A ideia de casamento parece ser, em um primeiro momento, um tanto idealizada, mas, à medida que se tornam esposas, verificam que o cotidiano não se assemelha às expectativas iniciais do que seria casamento.

É a gente adaptar o sonho com a realidade. Como você queria que ele fosse e como ele é(...). Você não é o príncipe encantado, mas é o sapo mais maravilhoso que eu já beijei. (GMC5)

⁵ Para evitar a identificação dos participantes, optou-se por utilizar as iniciais do tipo de grupo focal seguido de numeral arábico. Os números arábicos foram delimitados de forma aleatória, não significando qualquer ordem.

Na vivência do cotidiano, as mulheres casadas identificam que o casamento representa um amadurecimento pessoal para ambos os cônjuges, para elas o amadurecimento está em ter que lidar com um espaço social não mais regulado pelos seus pais. Em um caso específico em que o casal ainda mora com os pais de um dos cônjuges, a esposa considera ainda não estar casada completamente.

A gente ainda está morando na casa do meu sogro e da minha sogra, eu acho que casamento mesmo só o ano que vem [quando] o apartamento fica pronto. (...) Casar eu casei, mas parece (...) que não estou completamente casada, dona da casa. (GMC3)

Uma vez casados os aspectos que favorecem a manutenção do casamento são vários, tais como o companheirismo, a tolerância, o respeito, o carinho, a atenção, a necessidade de fazer concessões e de acreditar no casamento. De forma sintética, a seguinte frase consegue explicar a necessidade desses elementos:

Você vai casar para fazer o outro feliz (...) os dois vivem felizes e resolveu o problema. (GMC1)

Essa frase consegue ser sintética, pois indica a importância de cada um do par entender as necessidades do outro e viver para satisfazer um ao outro, criando assim um elo de intimidade, amizade, companheirismo e respeito. Neste sentido, os dois são responsáveis pela duração do casamento.

Um assunto que assumiu grande destaque durante o grupo focal foi a experiência de ter um filho. Todas são mães de crianças pequenas; a criança mais velha tinha, na época da realização da pesquisa, 2 anos e 7 meses. Diante dessa realidade, as falas relatam a mudança que é, na vida do casal, a presença

de um filho. Com a presença do filho, o casal perde muito espaço, chegando por vezes a se anular em função do filho. Todas concordam com essa realidade e atentam para o fato de que, embora isso seja necessário durante um tempo, é importante também prezar a relação conjugal. As falas que relatam essa realidade:

Viver em função do filho não é legal, mas eu acho que é normal se você está com filho pequenininho. (GMC3)

O tempo [do casal] agora é quando o bebê dorme uma horinha. Se quiser, corre e faz alguma coisa com esse tempo. (GMC1)

A realidade da maternidade, para essas mulheres, traz um elemento a mais para equilibrar na balança da conjugalidade. As falas relatam ter que, ao mesmo tempo, considerar as necessidades da criança e as necessidades do marido. A mudança é tão radical, especialmente no primeiro ano, que as participantes relatam até a possibilidade de separação.

O primeiro ano da criança, é sempre um ano decisivo, se você não separar, você não separa nunca mais, porque é muito difícil essa adaptação, sabe, com um bebê, o ritmo, muito difícil, muita cobrança, um cobrando um do outro. (GMC2)

Eu sabia que tinha chegado os quarenta [dias depois do parto], mas eu fiquei quieta. No dia, ele: hoje fazem quarenta. Não lembra da data do casamento, mas lembra dos quarenta. (GMC5)
Depois do parto eu não queria. Ele vinha fazer carinho e eu já falava não, eu não quero, ele entendia. (GMC3)

Essas frases indicam o momento difícil que é a maternidade, mas também demonstram que, dependendo como o marido se comporta, essa experiência pode ser vivida de forma mais fácil ou mais difícil.

Mais especificamente sobre o sexo, essas mulheres mencionam a diferença entre homens e mulheres. Segundo elas, para os homens o sexo pode ocorrer a qualquer hora, independentemente do que esteja acontecendo naquele momento, e deve ter uma certa frequência; já para as mulheres, é necessário envolvimento afetivo e preparação; a frequência não é um valor para elas. O sexo, para as mulheres, inclusive, pode ser usado como moeda de troca na relação conjugal. As falas a seguir abordam esse assunto.

Isso também é outra parte que eu assim, que é importante do casamento, normalmente os homens, tem tipo... um relógio para eles não faz diferença e para gente faz mil e uma diferença, tem que estar no momento certo, o perfume certo, o cheiro certo. (GMC1)

Semana passada meu marido falou assim: eu preciso até conversar sério com [você]. (...) Tem duas semanas que a gente não namora. Ele falando sério e eu comecei a rir (risos). (GMC3)

Uma semana é muito tempo para eles. (GMC5)

Porque se for do homem é sexo. Não é? É sexo. Para gente, lógico, é importante, mas não é o fundamental. O homem não, tudo vai bem se tiver sexo. A mulher não. Sexo vai bem se tudo for bem. É o contrário. (GMC4)

Para gente [sexo] é: deixa eu ver o que ele fez para mim hoje...

Ah, então, não quero não. (GMC2)

É interessante observar que o discurso está baseado na diferença de gêneros. Para essas mulheres, a posição feminina na conjugalidade é totalmente diferente da posição masculina. As mulheres têm a característica de cederem mais do que os homens nas negociações do casal e de serem mais compreensivas. Além disso, afirmam que a sua identidade se constitui a partir da conjugalidade, ou seja, se identificam primeiro como mulheres casadas e mães,

diferentemente de seus maridos, que conseguem ancorar a sua identidade em diferentes espaços sociais.

Ele veio me questionar uma vez isso, ele falou assim: você também tem vida própria. Você já percebeu? Foi um tapa na cara. Vida própria que ele diz assim, o que você gosta de fazer? O que eu gosto de fazer? Eu gosto de ficar com ele, eu gosto de ficar com a minha filha, quando eu não estou no trabalho, eu estou com ele e minha filha. E aí eu me dei conta que dá para fazer alguma coisa sem ser estar com ele, sem ser com minha filha.
(GMC5)

Ainda no âmbito do discurso de gênero, verifica-se que essas mulheres assumem para si a responsabilidade do sucesso do casamento, embora inicialmente tenham indicado que a manutenção do casamento seja de responsabilidade dos dois cônjuges. Em uma situação de desentendimento sério do casal, uma das entrevistadas fez a seguinte reflexão:

Transferi tudo para mim, será que eu estou sendo boa mulher, se eu estou sendo boa, sabe? (GMC4)

Essa contradição indica que, apesar de o discurso conter elementos que evidenciem uma modificação nos papéis tradicionais de gênero, estes ainda não são dominantes no que trata da responsabilização sobre os problemas do casamento.

Ao comparar o modelo de casamento dos pais ao modelo de casamento vivido pelas participantes, é interessante ressaltar que todas mencionaram que a mãe teve um importante papel na sua educação, indicando a relevância do desenvolvimento profissional para a vida. O aspecto ensinado às filhas refere-se à valorização da independência financeira do marido, condição que essas mães provavelmente não tiveram.

Minha mãe, por exemplo, ela sempre falava com a gente assim: ah! É isso que dá muito, conseguir um bom emprego, as frases dela sempre foram essas, assim, nunca casar, ter filho, essas coisas, nunca. (GMC5)

A minha falou assim para mim, mas ela tinha essa coisa do casar e ter filhos, ela falou assim: seu primeiro marido tem que ser o seu próprio cheque, você ter o seu próprio cheque. (GMC5)

Sobre a posição masculina na relação, o discurso gira em torno da não credibilidade na capacidade do marido em dar o apoio necessário, ou seja, ser o companheiro para a esposa, em especial no cuidado com a criança.

Eu falei pelo amor de Deus não vai tirar a fralda dela, você não entende nada. (GMC3)

Eu deixei uma criança [o pai] tomando conta de outra criança. (GMC1)

Ao mesmo tempo em que relatam que o marido não é parceiro, indicam que necessitam e que querem o apoio do esposo, criando expectativas idealizadas a respeito do que seria uma parceria no casamento. Diante dessa perspectiva, é interessante observar que a existência de amor, para essas mulheres, se confunde com a existência de provas de amor, ou seja, a presença de comportamento que demonstre atenção por parte do marido (que pode ser a compra de um presente, por exemplo). As provas de amor significam, do ponto de vista da mulher, que o comportamento masculino preencheu as expectativas. Em outras palavras, quando o homem se comporta de forma inesperada, mesmo que desejada, essas mulheres percebem o comportamento como uma forma de expressão de amor e se emocionam com isso. Algumas mulheres, inclusive, durante o grupo focal, emocionaram-se ao lembrar do que seus maridos são capazes de fazer. Seguem algumas falas.

Eu falei: você vai cuidar direitinho [do bebê]. Ele falou: a única coisa que eu não vou dar é o peito, o resto você não precisa se preocupar que eu faço tão bem quanto você! (GMC3)

Ele quis aprender como limpava [o umbigo] e limpava melhor do que eu! (...) acho que fiquei mais apaixonada por ele ainda depois, porque como a gente percebeu que ele era capaz de ser pai mesmo, de ser muito companheiro. (GMC5)

Acho que se eu fosse ele naquele dia eu não teria conseguido, ficou comigo o tempo inteiro, eu tive quatorze horas de trabalho de parto, foi natural. (...) Se ele não me amasse, entendeu, ele não ficaria ali, acho que ele não ia se interessar tanto. (GMC3)

Embora grande parte do discurso se refira aos filhos, existem expectativas em relação ao comportamento do marido em outras áreas da conjugalidade, especialmente em relação à continuidade do romance durante o casamento.

Para mulher (...) o importante é ele ser companheiro. De vez em quando ele lembrar de você. (GMC4)

Surpresa é sempre muito legal para gente. (GMC5)

O amor [no casamento] vai ser esse monte de coisinha junto: as demonstrações de atenção, de respeito, de carinho, consideração, de querer ficar junto, de mostrar que gosta de estar com você, da sua companhia, isso tudo. (GMC2)

A percepção do comportamento de parceria é de grande importância para essas mulheres, pois indica a presença do sentimento amor por parte dos maridos, possibilitando assim a manutenção do casamento. Em outro momento do discurso, isso é retomado, o que acontece quando são discutidos os fatores que levam ao divórcio, que são justamente a ausência de parceria. Neste caso, a palavra parceria engloba diversos significados: respeitar o outro, estar disponível, dar o apoio necessário, considerar o desejo do outro.

O divórcio, para essas mulheres, deve ser o último recurso em uma relação. Isso significa que todas as alternativas devem ser tentadas antes que se opte pelo fim do relacionamento. Nesse sentido, o divórcio é considerado como um fracasso.

O discurso sobre o divórcio apresenta tanto elementos de preconceito quanto elementos que o avaliam de forma positiva. As expressões família quebrada, sentimento de derrota estão presentes e, ao mesmo tempo, surgem palavras como alívio e meio de prosseguir.

Diante da realidade do divórcio, as participantes verificam a possibilidade de tentarem outra vez; entretanto, também está presente o discurso de que assumir um segundo casamento é mais difícil, pois a mulher não vai querer estar novamente na posição de tolerar certos comportamentos masculinos.

Tem certas coisas que você não vai tolerar. (...). Eu ouço, minhas amigas [que] são divorciadas e elas [dizem: eu] namoro, mas por outro homem dentro da minha casa, eu não boto (...). Eu não quero ter homem me enchendo o saco, me vigiando, me controlando. (GMC4)

Na perspectiva de um outro relacionamento, vários elementos devem ser considerados: os filhos, o novo marido, se há existência de um primeiro casamento na vida do futuro marido, fatores que tornam de certa forma, difícil a concretização desse relacionamento.

Tem que ver se os filhos vão aceitar [o novo parceiro]. (GMC2)
Você não tem filhos, e ele tem filhos do outro casamento e uma ex-esposa que te enche o saco. Tem uma carga, uma mala assim. (GMC1)
Se o cara já foi casado, já tem uma maturidade, talvez seja até fácil, mas dependendo, vamos supor, você tem filhos, o cara também tem filhos, aí junta tudo, ou então ele não tem filhos, você

tem dois, três, para ele administrar uma mãe, uma mulher com filho e tal. (GMC2)

O discurso das participantes sobre a conjugalidade apresenta elementos que parecem contraditórios; porém, é esse discurso que representa o mundo conjugal para essas mulheres. Observa-se que a decisão pelo casamento se dá permeada pela idealização do amor romântico, mas que, de certa forma, é reavaliada à medida que nem todas as expectativas são atendidas no cotidiano do casamento. O discurso das participantes também está baseado nos papéis tradicionais de gênero, especialmente em relação ao cuidado afetivo do marido e do filho. Embora a princípio seja explicitado que ambos devem contribuir para a manutenção do casamento, com o aprofundamento do tema, durante o grupo focal, pôde-se observar que as participantes assumem para si essa responsabilidade à medida que avaliam que seus maridos têm dificuldade nessa área. No cuidado com o filho, fica mais explícita a influência das concepções tradicionais de gênero, uma vez que o homem é tido inicialmente como alguém que não sabe cuidar adequadamente da criança. A capacidade do homem no cuidado com a criança é relativizada à medida que ele se mostra, na visão das participantes, mais ou menos capaz de assumir esses cuidados.

A representação social de amor para esse grupo está fortemente relacionada com os elementos do amor romântico e a representação social de casamento. Em outras palavras, o amor é idealizado e considerado como fundamental para a decisão e para a convivência no casamento, pois é por meio do sentimento amor que as pessoas se colocam disponíveis para o outro.

As palavras que se referem ao casamento são o companheirismo, o respeito, o carinho, a atenção, a necessidade de fazer concessões e o amor. Elas

afirmam querer um companheiro que as respeite, dê carinho e atenção, e isso só é possível se houver amor. Entretanto, a palavra companheirismo não parece descrever a relação conjugal vivida por essas mulheres. Companheirismo significa uma relação de cooperação mútua, e, na relação vivida, não parece haver cooperação mútua, mas uma maior responsabilização do sucesso da relação sobre a mulher. Esse sentimento de sentir-se responsável pela relação aumenta com a presença do filho, já que as mulheres se sentem mais responsáveis e capazes do que seus maridos para cuidar do filho.

Essa análise não é feita por essas mulheres. Foi interessante verificar que, ao final do grupo focal, todas saíram, segundo elas mesmas, mais apaixonadas por seus maridos, isso porque tomaram consciência do que seus maridos são capazes de fazer por elas, mesmo que seja algo que, numa perspectiva de equidade de gênero, é quase que uma obrigação (por exemplo, o homem estar presente durante o nascimento de seu filho).

8.2 GRUPO DE HOMENS CASADOS

Participaram do grupo focal 7 homens com a média de idade de 33 anos e com tempo médio de casado de 5,5 anos. Desses homens, o que tinha menos tempo de casado, tinha 3 anos e, o que tinha mais tempo, tinha 9 anos de casado. O número de filhos entre os participantes variou de 1 a 2, e o filho com mais idade tinha 4 anos. Todos os participantes tinham nível superior e

trabalhavam ou como autônomos ou como funcionários de empresas particulares e tinham esposas que também trabalhavam.

Os temas emergentes do discurso dos homens casados são os mesmos encontrados no grupo de mulheres casadas; contudo, o conteúdo do discurso é diferente.

Sobre o tema decisão pelo casamento, vários fatores foram citados. Entretanto, é notável que não há, num primeiro momento, falas que utilizem a primeira pessoa e que coloquem em primeiro plano, que o casamento tenha sido uma escolha do homem motivada por gostar ele de uma mulher. Os relatos indicam que a decisão pelo casamento é reflexo da necessidade da reprodução de um modelo de família vivido ou ainda que gostaria de ter vivido quando criança.

Eu vi meu pai e minha mãe assim, nasci em um seio familiar que foi constituído dessa forma, isso eu acho que pesa muito também como o homem vai encarar lá na frente essa decisão de casar. (GHC2)

A necessidade do ser humano de reconstruir o que ele teve, a família que ele teve com o pai, a mãe, mesmo quem às vezes não teve oportunidade de ter algo assim, quer passar essa ideia de um pai e uma mãe sendo o centro da família, os filhos em volta. (GHC5)

Uma das principais razões pelas quais as pessoas querem [casar] é a crença de que o núcleo familiar é importante para a personalidade, para a formação da personalidade dos filhos. (GHC3)

Entre as falas, ainda surgiram a necessidade de reprodução da espécie e a pressão da sociedade. É importante ressaltar que foi necessário um certo tempo para que esses conteúdos aparecessem, pois os homens não conseguiram, de imediato, discutir o tema de acordo com as suas experiências. Foi necessária

toda uma discussão anterior para verificar o que o pesquisador chamava de casamento. Depois, ainda foi discutido que o casamento é diferente entre culturas diferentes e que o casamento atualmente é diferente do casamento vivido pelos seus pais. Apenas depois desse grande preâmbulo, alguns homens sentiram-se confortáveis para falar da sua relação amorosa com a esposa, mas mesmo assim, de forma lacônica. Abaixo, estão algumas falas que retratam o papel ativo do homem na decisão pelo casamento.

... você decide casar porque você percebe que existe uma comunhão de objetivos da coisa e tal. (GHC3)

... a escolha é a partir de uma pessoa especial (...), que está junto ali. Se não tem admiração, não tem diálogo, aí não tem porque mais ser aquela pessoa. (GHC6)

Você escolheu aquela pessoa, né? Você teve tempo né? Você escolhe um monte de coisa na vida né? Agora tem coisas assim que a gente não escolhe né? Está com gente na família que não escolheu. Irmão não escolheu. Agora a família que você vai ter depois, você escolhe (...). Olhar para aquela pessoa... e aí passa pela admiração, passa pela... admirar a pessoa fisicamente, intelectualmente, ou as qualidades, desde.. Ah, cozinha bem, sei lá. Não sei. (GHC2)

As falas acima apresentam as variáveis consideradas pelos homens ao decidirem pelo casamento, quais sejam: objetivos comuns, diálogo, admiração e qualidades femininas.

O casamento, para esses homens, significa não ser mais sozinho, mas ser um time. Neste sentido, já não há mais lugar para a individualidade; as decisões devem ser tomadas em conjunto. A relação conjugal também significa o estabelecimento de uma parceria em que um dá suporte ao outro sempre que preciso e divide as alegrias e as dificuldades.

Daqui para frente somos nós agora, então já não sou mais eu. (GHC6)

Você tem que abrir mão, é em relação a pensar num time, as escolhas, são escolhas coletivas agora, você vai fazer o que é melhor para aquele time. (GHC3)

Dois é mais forte que um, quando vocês estão realmente unidos, olhando ali, caminhando para a mesma direção, um ajudando o outro, um dividindo as dificuldades, as alegrias, as responsabilidades. (GHC2)

Embora os participantes relatem a importância em ter uma outra postura em relação à individualidade, verificam que isso não é algo fácil de fazer, ao afirmarem que esse é um aspecto que pode ser negativo no casamento.

Você não pode decidir mais sozinho sobre o seu dinheiro, seu dinheiro você gasta com um monte de coisa que você não dava a menor importância. (GHC3)

Você compra o último lançamento, você compra o último lançamento do Ipod, você compra o seu ipod, aquele negócio que você sonhou nos últimos três anos, é com isso que você sonha, você compra o ipod. [Sua esposa fala:] Para que serve isso?! (GHC1)

Todo esse processo de você abrir a sua individualidade, é um processo até meio que doloroso para pessoa que está abrindo, você vai começar a perder algumas coisas, que para você, às vezes, você até não sabia que aquilo te fazia tanta falta. (GHC6)

Os participantes avaliam que a manutenção do casamento não é algo simples, mas um trabalho árduo e constante, em que é importante o ceder, o fazer pelo outro e a reciprocidade. O produto final desses três elementos deve ser a satisfação de ambos os pares.

Para você ser feliz, você tem que se comprometer com a felicidade do outro (...) vou ceder para ela, e ela também vai ceder para você. (GHC2)

[O casamento] dura feliz porque as pessoas trabalham. Porque é um exercício diário e se esforça. (GHC3)

Outros aspectos citados que contribuem para a manutenção do casamento foram: diálogo, tolerância, flexibilidade, compreensão e respeito. É relevante ressaltar que esses elementos foram mais citados quando o tópico de discussão era o divórcio. Os participantes conseguiram expressar sobre as estratégias utilizadas para a manutenção do casamento, quando se viram na ausência dele.

Uma preocupação sobre a conjugalidade, colocada pelos participantes, refere-se aos objetivos do casal. Em um casal, as pessoas, com o tempo podem mudar os seus objetivos, a sua forma de ver o mundo e com isso divergir bastante dos seus objetivos iniciais, prejudicando, assim, a manutenção da conjugalidade.

É um equilíbrio dinâmico (...) você tem que ver se está indo na mesma direção, se vocês tem o mesmo objetivo, só que as pessoas estão mudando o tempo todo, desenvolvendo outras características, tendo outros objetivos. (...) Você tem que estar indo na direção certa, e tem que continuar indo na direção certa apesar de todas as mudanças que estão acontecendo. (GHC3)

Embora as expressões de afeto não tenham surgido de forma muito espontânea durante o grupo focal, no final da reunião, quando o tópico de discussão foi o amor, os participantes falaram sem grandes dificuldades sobre o tema. O amor é fundamental para o casamento e é tratado como um sentimento e, ao mesmo tempo, como um comportamento.

Esse tempero que vai no relacionamento, é você olhar para aquela pessoa e ver algo diferente, é ver, admirar-se, sentir o coração. (...). Você vai amadurecendo, mas continua aquela

admiração, aquele bem querer, aquele sentir falta, aquilo de que eu faço isso sozinho, mas se ela estivesse aqui seria melhor, esse prazer que sozinho não é a mesma coisa, esse prazer que é melhor acompanhado por ela, isso aí é o amor para mim. (GHC2)
O amor é o que dá o sentido, (...) o casamento sem amor passa a ser um papel assinado, um contrato, o casamento com amor, não, é uma família, é um projeto, uma perspectiva, um caminho. (GHC6)

O amor ele por abranger vários comportamentos e exigir de você várias posturas, ele é quem mantém o casamento. Por exemplo, quando eu sou solidário ou quando a minha parceira é solidária comigo, quando eu sou compreensivo ou ela da mesma forma, quando nós temos atenção um pelo outro, ouve o que o outro está precisando, esses componentes formam o amor. (GHC24)

As palavras associadas ao amor são: 1) querer bem, admiração, sentir falta (sentimentos); 2) compreensão, solidariedade, respeito, companheirismo, apoio, dedicação (comportamentos).

Ao observar o conteúdo do que significa amor e os fatores que facilitam a manutenção do casamento, verifica-se que um está diretamente relacionado ao outro. De fato, é o amor (sentimento) que vai fazer com que esses participantes assumam o comportamento necessário para a manutenção do casamento. Entretanto, é um processo dinâmico, pois cabe à outra parte do casal manter a reciprocidade para que haja equilíbrio na relação. Essa configuração é diferente da observada nas mulheres, pois para as mulheres não há essa diferenciação, ou seja, amar é comportar-se de forma a demonstrar esse amor.

Um momento crítico do casamento é o nascimento do primeiro filho; as mudanças são grandes e nem sempre as pessoas envolvidas estão preparadas. Assim como as mulheres, os homens também acreditam que, dependendo de

como o casamento está estabelecido, a vinda de um filho pode fazer com que o casamento acabe. As mudanças envolvidas estão relacionadas tanto ao casal, que passa a ter menos tempo, quanto ao aumento de responsabilidade, por ser, agora, também responsável por uma vida.

Para quem está pensando em ter filhos, eu falo: Oh, se o casamento não estiver bem balizado, bem solidificado, o casamento desanda, vai embora. (...) Acho que tinha que ter terapia de casal antes de ter filho. (...). É uma mudança danada. Rotina de horário, o corpo da mulher muda, a forma dela enxergar o corpo dela, o casamento. (GHC7)

Engraçado que não modifica só o seu casamento. Modifica também você, coisas individuais sua. Eu dirigia de um jeito antes de ter filho e eu dirijo de outro jeito depois de ter filho. (GHC4)

Deixa de ser homem e mulher para ser pai e mãe. Muda totalmente. (GHC4)

Um outro aspecto mencionado sobre os filhos é o papel que o pai tem nos primeiros meses da criança. Há um sentimento de ser deixado em segundo plano, em função do filho, pela mulher e, ao mesmo tempo, uma vontade de participar do processo de desenvolvimento da criança, mas a sua participação torna-se um tanto difícil por ser a mulher tradicionalmente a pessoa que assume essa parte da criação.

É um período de crise, mesmo. (...). É o período primeiro que você é totalmente coadjuvante. Você fica de lado, olhando o processo. Você quer participar, mas é outro processo, a mulher está em outro processo. Você fica em segundo plano. (GHC3)

Você é coadjuvante, mas você é um coadjuvante que você tem participação só que a impressão que eu tenho é que tem uma bolha entre os dois aí. Há uma bolha. (GHC1)

Embora falem dessa dificuldade inicial de participar do desenvolvimento do filho, com o tempo parecem ganhar a confiança da mãe e conseguem fazer parte da vida da criança de forma próxima. Refletem, inclusive, que a mudança observada nos papéis masculinos em relação ao cuidado com o filho é muito positiva.

É diferente é, mas (...) eu achei boa essa diferença, (...), eu passo a parte final da tarde, até a noite com meu filho, eu troco fralda, eu janto, eu boto ele para dormir, só dorme comigo. (...) Eu acho que é uma melhora boa, e até porque o filho vai ter contato com todos os dois lados da família (...). A sociedade também está começando a ver com bons olhos isso. Que legal, pai cuidando do filho. (GHC4)
Porque a sociedade ainda não está preparada para essa, para essa coisa do pai que cuida do filho, e que troca fralda, e que faz almoço, e que dá almoço, isso é muito novo. (GHC1)

Com relação aos papéis tradicionais de gênero, o discurso, por um lado, mostrou-se diferente, pois, além de os homens colocarem-se na posição de cuidadores dos filhos, também indicaram dividir tarefas que podem ser chamadas de tarefas tipicamente femininas, como cozinhar e fazer supermercado. É interessante ressaltar que alguns mencionam que nem todas as pessoas compreendem esse comportamento. Por outro lado, permanecem no discurso tradicional em outros assuntos, como a fidelidade. O homem, por questões biológicas, tem muito mais dificuldade em permanecer fiel do que a mulher e também tem muito mais necessidade sexual, segundo os participantes.

A questão da fidelidade, eu volto a falar, isso é genética, a diferença da natureza do homem e da mulher, por mês nós fabricamos milhões e milhões de espermatozóide, e a mulher um óvulo. Então é aquela coisa que na natureza da mulher, realmente ela está ali, o homem não, ele realmente é o caçador. (GHC2)

Isso é realmente um desafio principalmente para o homem, muito grande, essa questão da fidelidade mesmo, da coisa da carne, do homem conseguir ir ali, ter um caso com uma mulher e aquilo não ter significância nenhuma. (GHC7)

Você tem a necessidade disso, você tem a necessidade de sentir essa, de sentir... não sei como descrever isso... essa paixão... sentir essa adrenalina do começo de uma paixão, esse jogo de sedução, essa coisa toda. (GHC3)

Há o reconhecimento da dificuldade em permanecer fiel, mas isso não justifica a infidelidade. É preciso manter-se fiel à esposa. Observa-se, então, um modelo diferente de conjugalidade (não baseada unicamente nos padrões tradicionais de gênero), em que as regras da fidelidade devem ser observadas por ambos os cônjuges.

Aí está o córtex cerebral, quatro milímetros fazem a diferença, entre outras coisas, do macaco e do homem. O córtex cerebral do homem é mais desenvolvido, aí que você vai ter a racionalidade. Eu quero sair liberando meus espermatozóides aí a torto e direito, ter aquele monte de filho, monte de mulher, ou não? (GHC2)

Não há menção específica sobre o papel da mulher no casamento. Mas as ausências também comunicam. Embora os participantes partilhem certas tarefas com as suas esposas, não foi mencionada a participação de tarefas relacionadas à manutenção e ao cuidado da casa. É provável que essas tarefas recaiam sobre as suas esposas.

O divórcio é visto como um projeto desfeito e um processo difícil, que tem impacto emocional e financeiro em todos os envolvidos. Além disso, é identificado como um processo que pode ser muito mais difícil para o homem, pois ele geralmente perde o convívio cotidiano com o filho.

Qualquer um dos cônjuges pode solicitar o divórcio, mas ainda há preconceito em relação à mulher divorciada que fica com os filhos. O discurso dos participantes parte do papel de pai que perde o convívio cotidiano com a criança e que pode também perder o lugar de pai, uma vez que a mãe pode casar-se uma segunda vez, e esse novo cônjuge assumir esse papel.

Eu também concordo que mudou, dentro de uma geração para outra, mas ainda pela nossa sociedade ser uma sociedade machista, ainda há aquele conceito a mulher separada. (GHC1)

Na verdade ele espera que ela fique solteira com os filhos para o resto da vida. A realidade é essa. A sociedade hoje quer ela separada com os filhos e que não se case. (GHC4)

Eu imagino que a sociedade evoluiu bastante em relação para ter muito menos preconceito para esse tipo de coisa [mulher divorciada com filho], mas é um fator que eu acho que dificulta a vida das mulheres separadas, o fato do homem [ex-marido] não querer estar sujeito a esse tipo de interferência do outro lado agora [o novo marido]. (GHC3)

Um novo relacionamento é pensado como uma possibilidade, se o primeiro casamento acabou em divórcio, mas observa-se, nas falas acima, o receio de a mulher ter um novo relacionamento.

O discurso dos participantes sobre a conjugalidade apresenta-se diferente do discurso observado no grupo de mulheres casadas. Primeiramente, observa-se, no início do grupo focal, a ausência de palavras que descrevam sentimentos. Apenas ao final, os participantes sentiram-se confortáveis para falar sobre sentimentos.

O discurso dos participantes apresenta dois elementos sobre a decisão pelo casamento. O primeiro está relacionado às exigências da sociedade e da

cultura (tradição), ou seja, as pessoas são levadas a casarem-se devido às expectativas sociais, e o segundo apresenta, ao contrário do primeiro, o papel ativo na decisão pelo casamento. Os homens mencionam estratégias racionais para essa decisão, avaliam determinadas variáveis que consideram importantes para o sucesso do casamento (objetivos comuns, diálogo, admiração, amor, qualidades femininas), para tomarem a decisão.

O casamento, para esses participantes, deve seguir as mesmas orientações que um time, ou seja, todos devem atuar no sentido de obter sucesso. Para isso, todos devem perseguir os mesmos objetivos, ceder, compreender, ser flexível e respeitar o outro. No processo de formação do time (casal), os participantes apresentam a dificuldade de partilhar e ceder determinados espaços de sua individualidade.

A palavra amor aparece associada à admiração pelo outro, querer ficar junto, sentir falta, companheirismo, compreensão e respeito. Neste caso, a representação social de amor é similar à apresentada pelas mulheres casadas. Outros elementos, todavia, indicam que o amor é visto de forma diferente por esses participantes. Primeiro, não há elementos que demonstrem a idealização do amor e, segundo, a palavra amor também aparece associada às expressões: exige trabalho, dedicação e mesmos objetivos. Neste caso, há referência a ideia de que o sentimento amor não é algo que simplesmente se sente, mas é também produto de uma relação satisfatória em que há afinidade entre os parceiros e na qual ambos contribuem.

Observa-se alguma mudança em relação às concepções tradicionais de gênero. Os homens mencionam partilhar o cuidado do filho e algumas atividades

domésticas tipicamente femininas, mas ainda são muito presentes no discurso algumas dessas concepções, como quando se fala sobre fidelidade e qualidades femininas.

Um elemento que surgiu no discurso masculino, diferente do discurso feminino, diz respeito ao aspecto financeiro tanto do casamento quanto do divórcio. É possível que as questões culturais e as concepções tradicionais de gênero que indicam o homem como o principal provedor da casa façam com que eles se sintam mais responsáveis pela manutenção financeira da família, mesmo que suas mulheres também trabalhem e contribuam para o orçamento financeiro.

8.3 GRUPO DE MULHERES SEPARADAS

O grupo focal de mulheres separadas foi composto por 6 mulheres com uma média de idade de 43,5 anos. Essas mulheres ficaram casadas, em média, 14,4 anos e estão separadas, em média, há 4,2 anos. O número de filhos varia de 1 a 3 filhos, e todos moram com suas respectivas mães.

De todas as participantes, apenas uma tem o ensino médio completo; todas as outras têm o nível superior. O ramo de atuação profissional é variado, mas todas trabalham, ou como autônomas, ou como funcionárias públicas ou como funcionárias de empresas particulares.

A perspectiva do casamento para essas mulheres foi vivida como algo romantizado. A decisão pelo casamento foi feita a partir de uma relação

apaixonada e com as melhores expectativas possíveis. Apenas uma participante afirmou ter casado para poder sair da casa dos pais.

Diante desse sentimento, surgiu a frustração (da parte de umas mais do que de outras), pois não viveram as expectativas sonhadas. O casamento foi vivido como um grande desafio em vários sentidos: lidar com a cobrança do marido, construir uma parceria com duas pessoas que nem sempre têm os mesmos objetivos, lidar com a traição do marido, entre outros.

Meu casamento [foi] em agosto, e aí veio assim o grande desafio da convivência, o grande problema nosso foi a questão dos valores, e isso está muito visível hoje para mim. (GMS5)

Agora, a questão de ser, de ceder, eu tenho prazer em fazer as coisas, né, não é só pra marido, mas pra amigo e tal, eu tenho prazer em fazer isso. Agora, o duro é quando você percebe que você passou a vida inteira fazendo e não recebeu nada, aí que é duro! Acho que esse foi meu maior... tristeza. (GMS3)

[Ele falava:] Você tem que estudar. Aí eu fui fazer a minha pós lá. Tudo bem você tem que estudar, mas quando eu estou aqui você não pode botar a mão em nada. Então eu trabalhava o dia inteiro, fazia pós à noite. (...) Ele me queria mais presente, queria que eu estivesse mais presente. (GMS4)

Apesar das dificuldades, há uma avaliação positiva do casamento, seja por gostar de estar casada (fazer as atividades junto, parceria) ou pelos frutos que o casamento possibilitou: os filhos.

Eu vou ser sincera, eu gosto de rotina, eu gosto de casamento, eu gosto. Gosto! Gostava quando eu ia no supermercado com meu marido, assim, gostava daquilo, sabe, (risos) encher o carrinho com ele, (risos) achava aquilo lindo, achava bom aquilo. Acordar de manhã, eu gosto disso. (GMS3)

Acho que meu casamento deu super certo, 17 anos de casada é muito tempo, foi ótimo, tenho 3 filhos maravilhosos, só acho que depois de 17 anos não queria mais continuar. (GMS6)

Ainda sobre a avaliação dos seus casamentos, verificaram terem se colocado em uma posição de fazer todo o possível para manter o casamento, levando muitas vezes a uma anulação da sua vontade para fazer a vontade do outro.

Fui eu mesma que fui perversa comigo, por me permitir me anular em função do bem-estar do casamento, em função de uma imagem que eu criei, que seria um imaginário de casamento. (GMS4)

Ele considerava como que eu fosse uma propriedade dele e fizesse todos os desejos, porque eu tinha prazer em fazer, porque ele gostava, mas eu, eu nunca fazia o que eu gostava. Tipo assim, se eu não gostasse de alguma coisa e ele tivesse que abrir mão, ele nunca fazia isso. (GMS3)

Então, eu estou falando isso para quê, para me remeter até que ponto na nossa sociedade, nós, mulheres, acabamos tendo muito mais o papel maternal dos nossos maridos, entendeu? Assim, do filho, do ceder, do doar, proteger, então, essas coisas são confusas para mim. (GMS2)

Eu acho que houve uma renúncia no primeiro momento, eu tive filho e tudo mais, mas não acho que eu me anulei. (GMS6)

A decisão pela separação ocorre justamente quando verificam que é mais interessante viverem separadas do que casadas. Há a opção por romper com aquilo que, para elas, é o sonho não concretizado.

Mas eu percebo quando a coisa está terminando, quando a coisa está se desgastando, a gente está se desentendendo, as coisas estão perdendo, (...) aí eu percebo que já não estava legal, aí eu começo a falar (...) e começo a me abrir, a partir do momento que

eu estou falando, não está escutando, (...), antes da coisa acontecer, muito desgastado por um lado, ou eu me envolvo com uma pessoa ou eu faço movimento meio bruto mesmo, a partir de hoje não tem mais. (GMS6)

Aí fui descobrindo várias coisas que aconteceu paralelo ao meu casamento, e vi que a pessoa com quem eu estava não era nada do que eu imaginei que fosse. (GMS5)

Ganho muito mais sem ele, do que com ele, sem ele, mandar ela [minha filha] para lá uns dias e fico sozinha para mim, aí comecei a construir a minha identidade de novo, das coisas que eu gosto, círculo de amizades, para poder recuperar o que eu deixei para trás. (GMS3)

O casamento foi vivido por essas mulheres como um momento da vida em que se doam tanto, que por vezes sentem que perdem a sua identidade, ou seja, fazem tanto pelo outro, pela vontade do outro, pela felicidade do outro (filhos e marido) que deixam de fazer por si. De fato, mais de uma participante usa o verbo ‘recuperar’ no sentido de retomar a vida de volta.

Embora o casamento experienciado por essas mulheres não tenha sido muito tranquilo, assumir a separação não foi um processo simples. Os relatos refletem a posição dessas mulheres em assumir para si a responsabilidade do casamento; neste caso, assumem também o fracasso do casamento. Nem todas se colocaram da mesma forma: aquelas que idealizaram mais o seu casamento, foram justamente as que tiveram mais dificuldades em romper com o vínculo conjugal e sentiram-se mais ‘fracassadas’ com o seu término.

Eu entrei em parafuso, eu fiz terapia, eu achei que eu era a problemática, eu sofria, tive que usar medicamento mesmo, eu fiquei muito mal, eu abri mão de um emprego de 19 anos, porque eu não dei conta. (GMS5)

Foi a derrota de um projeto de vida, fracasso, eu fracassei, uma coisa que eu sempre sonhei para mim me cortaram, e ainda fiquei doente, doente mesmo. Falar assim: tanta gente consegue, e eu não consegui, e porque que eu não consegui? Eu não dei conta, não fui eu que não dei conta, fiz terapia, fiz um monte de coisa. (GMS4)

A posição masculina durante o casamento e o processo de separação, de acordo com a fala das participantes, é de acomodação. Não houve movimento, no sentido de mudança para a manutenção do casamento, e, durante a separação, da mesma forma, o movimento é praticamente inexistente para o desenvolvimento e finalização do processo. De acordo com elas, uma das dificuldades do homem em relação ao fim do casamento é assumir para a família e para os amigos o divórcio.

No meu caso, em nenhum dos dois momentos, ele... com relação às crianças, ele se pronunciou em relação... ele não conseguiu falar com os filhos sobre a separação. (GMS5)

Eu acho que tem a coisa do comodismo, gente! O meu, quando saiu de casa, a primeira coisa que ele ligou para mim, outro dia: como é que eu vou jantar? (GMS3)

Durante o processo de separação, o apoio da família é um fator que pode contribuir muito para que esse processo seja menos dolorido para a mulher. Abaixo estão as falas das mulheres que tiveram o apoio e que não tiveram o apoio de seus pais.

Papai e mamãe não acham que tem que se separar, mas ele achava assim: (...) Você não está feliz não? Não tem que ficar casada não. Aí ele me ajudava como podia. (GMS6)

A minha mãe chorava, a minha mãe chorava, meu Deus, minha filha separada, foi uma pressão tão... a pressão que ele [meu pai] fez para eu casar foi a mesma para não separar, inclusive, ela

[minha mãe], antes de morrer, porque ela teve um câncer no processo da separação, (...) antes de morrer ela, ela disse assim, eu posso morrer tranquila porque eu sei que vocês estão voltando. (GMS5)

Minha mãe não queria uma outra separada, na família, já tinha minha irmã. (GMS4)

Algumas dessas falas também revelam o preconceito ainda presente em relação ao divórcio. É interessante verificar que a própria família prefere a filha casada, mesmo sofrendo, do que divorciada.

A relação dos filhos com a separação depende muito da forma como os pais enfrentam a separação. Há uma preocupação das mães em preparar os filhos para o rompimento com o pai e também em tentar junto ao pai que este não perca a relação com os filhos.

Como existia muita briga, eu comecei a preparar ela: papai e mamãe vão se separar e tal, aí ela não entendia muito bem, mas aí eu virei pra ela e falei: o negócio é o seguinte: na creche, quando as coleguinhas brigam, a tia faz o quê? Separa, mamãe e papai mesma coisa! Aí cada um vai pro seu cantinho (risos). (GMS3)

De vez... Assim, por fora: olha, dá uma ligadinha para [sua filha], ela não está legal hoje, tem que fazer isso. Olha, seu filho hoje está com tanta febre, liga para ele. Eu dou ainda umas voltas assim, como se diz: Você tem filho! (GMS2)

Os filhos, todavia, ficam no meio do jogo de negociação entre os pais. Dessa forma, nem sempre é possível manter uma relação próxima entre todos os envolvidos no processo.

O que me incomoda é que ele usa isso com a menina, ele se mostra muito inferior: Porque papai está com muita saudade de

você; papai não está com a mamãe porque a mamãe não quer. (GMS4)

No início ele não queria pegar, pegava menos as crianças para não me deixar de folga porque ele sabia que se me deixasse... (risos). (...) Então, quando ele viu que não era por aí que ele ia me castrar... (GMS6)

No momento da realização do grupo focal, apenas uma tinha um novo relacionamento afetivo (namorado); contudo, todas as outras pensam em estabelecer um novo relacionamento. Observa-se que há diferenças no modelo de relacionamento desejado. Algumas buscam apenas um relacionamento superficial, outras pensam em casar-se novamente. De qualquer forma, as expectativas estão em poder ter um relacionamento diferente do anterior, em que possam viver bem a conjugalidade. É interessante notar que algumas romantizam essa segunda possibilidade de encontro amoroso. Algumas inclusive utilizam a palavra 'príncipe' para descrever o seu próximo parceiro.

O sonho, o príncipe encantado, uma paixão, não sei como é que alguém vai dar conta disso, chá de panela, jogar bouquet, é agora. (GMS3)

Eu quero um príncipe. Alguém que faça por mim, mas eu estou vendo que está tão difícil que eu estou tentando facilitar as coisas já. Então, pra facilitar, eu já estou indo na frente. Eu tenho que me conter. O problema não está com outro, está comigo. (...). Eu tenho uma necessidade de descomplicar. E nessa de descomplicar às vezes eu banalizo algumas coisas que não deveriam ser banalizadas. (GMS4)

Diante da possibilidade de um novo relacionamento, elas avaliam que precisam mudar a postura diante do homem. Neste caso, precisam deixar que o

parceiro também faça por ele mesmo e não solucionar todas as suas necessidades.

Mas a questão do casamento, o que eu vejo hoje, é que ninguém cuidou de mim, eu cuidei muito, eu fiz muito, eu corri atrás, eu botei minha cara, e apanhei, eu fui escudo, eu segurei. Agora, eu não quero ser escudo, eu não quero ser guerreira, eu não quero segurar a onda, eu não quero quebrar a cara... sabe. Eu sei que é isso, eu quero que me carreguem, sabe, me valoriza. Eu estou aqui! Sou legal, agora faça sua parte, eu não me comprometo mais! (GMS2)

Eu penso que se eu casasse de novo, tem umas coisas que, por exemplo, que eu fazia antes, eu não ia fazer, entendeu? Assim, que eu acho que era um erro meu. (GMS3)

Pensar em um outro relacionamento é considerar o amor nesse relacionamento. O amor, para essas mulheres, tem vários aspectos: respeito, cumplicidade, carinho, admiração e doar, suportar, ceder. Essas últimas 3 palavras ilustram bem a postura que as participantes tiveram no seu último relacionamento. Parece contraditório, essas mulheres afirmarem que vão mudar de postura, se consideram a expressão do amor justamente o doar, o ceder e o suportar. Provavelmente vão repetir a mesma postura. A questão para entender essa situação é verificar quais os fatores que facilitam a manutenção do casamento. Para essas mulheres, os fatores são parceria, companheirismo, afinidade de interesses e amor. Diante disso, é possível que o que elas buscam seja justamente um parceiro que faça por elas o mesmo que elas fazem por eles. De fato, o problema não está em ceder e doar, mas em ceder e não ter o retorno.

Os elementos do discurso dessas participantes são semelhantes aos das mulheres casadas, no que diz respeito à decisão pelo casamento, à convivência

cotidiana e ao amor. A grande diferença entre o grupo das mulheres casadas e este está no comportamento do homem escolhido, que não correspondia às mínimas expectativas, não dando a elas as provas de amor de que necessitam (atenção, carinho e respeito). Diante dessa realidade, essas mulheres assumem a responsabilidade pela manutenção do casamento e tem consciência de que utilizaram de todas as estratégias que encontraram para isso. Uma vez que essas estratégias não surtiram o efeito desejado, avaliaram que a opção mais acertada seria a separação. A partir dos dados, verifica-se que essa decisão foi mais sofrida para aquelas mulheres que idealizaram mais o casamento e, conseqüentemente, investiram mais na tentativa de manter o casamento.

É interessante observar que, embora a representação social de amor seja parecida entre as mulheres casadas e separadas, há uma diferença na forma como abordam esse tema. As primeiras, ao falarem sobre amor, relacionam mais os comportamentos esperados do marido (dar atenção, carinho, apoio, querer ficar junto, entre outros). Já as mulheres separadas relacionam mais os seus comportamentos no casamento (doar, ceder, suportar, aceitar os defeitos).

Os ex-maridos são vistos como pessoas passivas e acomodadas que não fizeram o esforço necessário para mudar e manter o casamento.

O processo de separação, além da separação em si do marido, envolve vários aspectos: a preparação do filho para essa nova situação, ter ou não o apoio da família e encontrar um novo círculo social. Lidar com todos esses fatores pode ser muito difícil para algumas mulheres, necessitando, em alguns casos, de ajuda profissional.

Há a necessidade de estabelecer um novo vínculo afetivo, seja em forma de namoro seja em forma de casamento. É interessante perceber que as expectativas em relação a esse relacionamento também são permeadas pela representação social de amor romântico. Diante da frustração do primeiro casamento, as expectativas românticas em relação ao relacionamento afetivo não mudaram, pois parece que, para elas, as expectativas não estavam equivocadas; o erro foi na escolha do parceiro.

8.4 GRUPO DE HOMENS SEPARADOS

O grupo focal de homens separados foi composto por 3 homens. A idade média dos participantes foi de 37,6 anos. Todos os participantes têm nível superior e um atua como profissional autônomo e os outros dois são empresários. O tempo médio de casamento foi de 7 anos, e o tempo médio de divórcio é de 6,1 anos. Todos têm filhos, e estes moram com as mães.

O casamento é entendido pelos participantes de várias formas. Pode ser um espaço seguro em relação à solidão e a doenças sexualmente transmissíveis ou pode ser visto como o próximo passo em um relacionamento.

De uma forma geral o que leva ao casamento, é a segurança. Todo mundo quer uma certa segurança, não medo. Então você tem que tomar algumas decisões e o medo de ficar sozinho leva ao casamento. (GHS3)

Bom, eu acho que é... tudo na vida tem um momento e no meu caso, por exemplo, teve um momento que eu gostava, conheci, gostei dela. E foi na época que estava passando um boom muito

forte em relação à Aids e aí eu quis quietar o facho e aí eu aproveitei e embarquei nessa. (GHS1)

Então eu casei por ela estar grávida. Não teve um desejo de força maior para fazer o matrimônio. Acredito que deve ter muita... se você está num relacionamento bom com sua mulher e que já está perdurando, você vê futuro, faz planos é uma forma também de você crescer no seu relacionamento. (GHS2)

Além das opiniões expostas acima, os participantes também mencionaram que o casamento é um ritual que as mulheres tem muito mais interesse de realizar do que o homem.

Quando eu resolvi casar, muito mais dentro de mim, era uma vontade de agradar a ela e, eu acho que a grande maioria da sociedade é assim.(...) de uma forma geral, eu acho que o casamento é mais um presente para a mulher. (GHS3)

Desejo da mulher de entrar na igreja de véu e grinalda. (GHS1)

Botar aliança no dedo, usar o sobrenome. (GHS2)

Apesar da visão um tanto machista em relação ao casamento, os participantes também acreditam que o casamento traz vantagens para o homem. As vantagens são a construção de uma família e a possibilidade de crescer profissionalmente, uma vez que a família dá o foco necessário ao homem.

Somando, dividindo, subtraindo. Eu acho que uma grande vantagem do casamento é que, no casamento, você cresce mais materialmente, espiritualmente. Você cresce mais porque você deixa de se preocupar com uma série de outras coisas e você consegue focar mais a sua vida em outras coisas que você não focaria tanto se você tivesse aí na rua curtindo e bebendo. Então eu acho que essa é a grande vantagem. (GHS3)

Isso aí todo mundo já tem como fato que é crescimento. Eu acho também que é a questão da família, acho que você constituir uma família, você tem a esperança de talvez envelhecer e tal... eu

gosto muito disso. De viver em família, estar em casa, fazer programa de família. Então eu acho que isso daí te dá um alimento espiritualmente que você não tem quando solteiro. Então seria um grande benefício. (GHS2)

Ainda sobre o casamento avaliam que o processo do relacionamento conjugal pode ser muito difícil se há uma cobrança excessiva por parte de ambos os envolvidos. De fato, um dos participantes afirma que isso sempre acontece, o que pode levar ao fim do relacionamento.

No meu caso, eu perdi uma série de relacionamento de amizades onde eu deixei de cultivar, de regar por conta de satisfazer capricho da minha ex-mulher e outras coisas ligadas a esse sentido. (GHS1)

O casamento, de alguma forma, como ele amarra as situações, as pessoas eu acho que confundem um pouquinho, todos nós confundimos. Aí passamos a não nos preocuparmos mais com o orgulho, o orgulho do outro, pelo outro, respeitar as vontades do outro, aí começa acontecer essas distorções, de estar sempre alguém abrindo mão de alguma coisa, aí isso vem prejudicar o casamento. (GHS3)

É interessante observar que um dos participantes ainda avalia que, no casamento que deu certo, não há desvantagens. Nesse caso, parece que o casamento que está baseado nos papéis tradicionais de gênero não tem desvantagens. Esse conteúdo é observado em momentos diferentes no discurso dos participantes. Uma fala que deixa isso claro está abaixo. Esta fala é do mesmo participante que afirma que não há desvantagem quando o casamento obtém sucesso.

Antigamente era o homem que determinava. Na realidade, o homem tem muito mais pé-no-chão para tomar uma decisão; a mulher, ela vai muito pelo motivo, é dela. (GHS1)

A decisão pelo fim do casamento é um processo lento em que são considerados diversos elementos. Na maioria das vezes, há uma tentativa de manter o relacionamento, mas, quando se verifica que o relacionamento não está satisfatório e os objetivos de vida se tornam muito diferentes entre os cônjuges, observa-se a impossibilidade de o casamento continuar.

Eu acho que é a perca (sic) da fé. De você acreditar que vai dar certo. Quando você usa... não termina um relacionamento da noite para o dia. Você acredita que pode mudar, você acredita que o relacionamento pode mudar, que as coisas vão melhorar. Vai chegando uma hora que você perde as esperanças e quer seguir seu caminho. (GHS2)

Você está num ciclo de mudanças e de repente um muda mais do que o outro e o objetivo, ao invés de seguir adiante... Liberta os objetivos. (GHS1)

Um fator que também é considerado no momento da separação é a questão financeira. Em alguns casos, segundo os participantes, o casal pode optar por não se separar, ou ainda, viver numa mesma casa, embora estejam separados, devido à perda financeira que um divórcio pode causar.

Questão financeira... eles não têm condições de se separar, porque se se separar os dois não sobrevivem; eles têm um imóvel só e eles ficaram meio assim, bitolados, porque se vender eles não vão conseguir mais comprar nem um e nem outro. (GHS1)
Acontece muito isso [considerar a questão financeira], mas [no final] se separa (GHS3)

A vivência do divórcio não foi considerada fácil para os participantes, embora uns indiquem, em seu discurso, ter sofrido mais do que outros. Há uma preocupação com o que a família, os amigos e os vizinhos vão pensar, o que demonstra preocupar-se com o preconceito da sociedade. Além disso,

mencionam a perda de alguns amigos e ainda falam da dificuldade que é mudar os hábitos da vida de casado.

Tem dificuldade porque é uma nova etapa, você tinha um relacionamento a dois e você passa a sair sozinho. Então o grupo de amizade que você tinha era um. Você passa a ser obrigado a se relacionar mais com solteiros. (...) Você, quando separa, você não é mais um casal, está solteiro. E aquele casal influenciado pela sociedade passa a te ver como ameaça. Porque agora você é um solteiro. Pode estar no meio de quatro, cinco casais e pode até ficar olhando para uma das mulheres. Então isso também existe na nossa sociedade. Você tem que reaprender a viver no local sozinho. (GHS1)

Então a dificuldade que eu senti foi de realmente perder essa rotina. Porque agora você tem que traçar outros objetivos. Então essa mudança de planos para mim assim é o que eu ainda estou mais assustado ainda. (GHS2)

Além da mudança da rotina cotidiana, os participantes falam da dificuldade que é separar-se do filho que ficou com a mãe. Inclusive relatam que o filho foi a principal causa que fizeram tentar manter o casamento.

Eu acho que o filho é que, de tudo, é o que mais amarra o casamento, tanto para se casar, no caso dele, quanto para se separar. Nos dois casos, nas duas situações, ele amarra... você entra por causa do filho, sai por causa do filho, tem medo de sair por causa do filho. Eu tive muito medo de sair por causa do filho; era fácil para mim me separar dela e não me separar dele. (GHS3)

O meu casamento durou, na verdade, foi por causa do meu filho, eu fiquei o tempo todo por causa do meu filho. (GHS2)

Uma vez que a manutenção do casamento não foi possível, falam da importância da presença do pai na vida do filho, mas argumentam que nem

sempre a mãe contribui para isso e utiliza o filho como moeda de barganha com o pai.

Sempre tem a figura do pai e da mãe. Essa é a realidade do casal. Então, onde não existe um, existe alguma perda. Uma hora vai aflorar isso. (...). Geralmente o pai é mais enérgico e o pai dita mais regras. A mãe já é mais liberal, a mãe às vezes quer conquistar a criança comprando brinquedo e tal, e aí, na ausência de uma figura ou outra, sempre vai haver uma perda. (GHS1)

No meu caso específico, ela ainda tem o meu filho meio que como refém. (...). Porque eu me sinto injustiçado, porque eu faço mais, eu quero fazer mais; no meu caso, eu sou boicotado por conta dela, (...) é uma forma dela me atingir, então eu gostaria de fazer mais e eu posso fazer mais. (GHS2)

Os relatos dos participantes indicam que, quando há um trânsito livre dos filhos entre a casa do pai e da mãe, o processo de separação é vivido por todos de forma muito mais tranquila.

O fato de as mulheres assumirem os filhos após o casamento é visto por esses homens como um fato negativo na vida dessas mulheres. É uma visão pessimista da mulher, pois ela, de certa forma, tem a obrigação de assumir o filho, mas isso faz com que a sua vida fique prejudicada, pois terá muito mais dificuldade em encontrar outra pessoa.

Mulher tem passado, homem tem futuro. (...). A mulher ficou registrada ali, que foi mulher de alguém, que tem filho de um pai, que tem filho de outro. (...). para mulher tem essa dificuldade de achar um bom relacionamento. Para o homem, eu não vejo isso como uma barreira. (GHS2)

A mulher divorciada, se ela não tiver filhos, para a sociedade ela é normal. (...) Se ela tiver filhos aí ela... é complicado. Se ela tiver

filhos, a sociedade vê como, como alguém que está com defeito ali. Eu vejo assim. (GHS3)

Geralmente a mulher carrega os filhos. E para você começar um novo relacionamento com filhos de terceiro é muito complicado. Geralmente o homem quando sai de um relacionamento, ele sai solteiro. (...) A pessoa que vai se relacionar com essa mulher, ele tem que ter uma cabeça muito aberta para aturar as crianças. E as crianças... eles tem todo um... assim, um... uma retaliação, algo contra essa nova pessoa, porque está, na cabeça deles, vai tirar o lugar do pai. (GHS1)

A situação da mulher separada é uma situação inegavelmente ruim, assim. Nós temos uma vantagem gigantesca em cima, eu imagino que seja pior ainda que a gente possa imaginar, muito ruim para ela. Está lá, outro dia minha ex-mulher ligou para mim que estava precisando de ajuda para ajudar a escolher um negócio do apartamento e tal... aí ela virou para mim e falou uma coisa que me tocou, não tenho quem me ajude e é para o seu filho, me ajuda a escolher, pode ficar tranquilo que eu não vou trazer ninguém aqui não. Então, até na cabeça dela, eu senti naquele momento como funciona a cabeça dela também, a preocupação dela, da imagem dela, do filho estar lá e dela ter um outro namorado, então até isso ela tem que administrar de uma forma muito complicada, por isso é tão difícil para a mulher que tem filhos se relacionar novamente. (GHS3)

Embora os participantes avaliem a dificuldade que é para a mulher estabelecer um vínculo amoroso diante da situação pós-divórcio, nenhum deles teve uma conversa sobre isso com sua ex-mulher. É possível que eles avaliem que essa cobrança por parte da sociedade e da própria mulher seja positiva para a criança, uma vez que evita a interferência de uma terceira parte na vida do filho.

A vida pós-divórcio para os homens é bem diferente. A palavra que melhor descreve essa fase é liberdade. Há total liberdade para ir e vir, sem o controle da ex-mulher e sem as preocupações cotidianas da criação do filho.

Estar sozinho é muito bom, não pela sacanagem não, pela sua vida. Você é o dono da sua vida. (GHS2)

Hoje em dia, por exemplo, eu fico irritado quando minha namorada, por exemplo, passa uma semana na minha casa... me deixa irritado, eu não assumo mais. Eu tenho a minha liberdade, entendeu? (GHS1)

Eu levanto, eu tomo o meu expresso na padaria sem pressa para ir trabalhar, gosto de ler meu jornal sozinho... aquilo me faz um bem! Então a minha mente fica muito limpa, muito boa... essa vida do solteiro é uma vida muito boa. (GHS3)

Após o término do casamento e a entrada na vida de solteiro, os homens falam do susto que foi deparar-se com as novas regras estabelecidas para o encontro afetivo. O susto está relacionado à nova postura da mulher.

Eu tomei o maior susto quando eu me separei e eu caí no mundo e percebi que o mundo estava bastante diferente. Eu tinha ficado quatorze anos, entre namoro, noivado e casamento e eu percebi que a mulher tinha mudado. Antes de casado, eu buscava, eu é quem saía para buscar a mulher, eu ia caçar. Eu caí no mundo depois, quatorze anos depois, e eu estava sendo caçado. Caçado de uma forma agressiva, como eu nunca via a gente fazendo no passado. (GHS3)

Inclusive depois que eu terminei, depois que eu separei, fui na boate Swingers, estou ali sentado na mesa e aí eu fui no banheiro. Nisso que eu estou voltando, uma menina vai, pega no meu braço e vem conversar comigo, coisa que, na minha época, era nós que fazíamos. (GHS1)

Várias são as tentativas de explicar esse comportamento, mas independentemente da explicação, esse comportamento é avaliado como negativo.

Então, quando houve essa separação, que elas conquistaram, elas se perderam um pouco nos limites. Então hoje em dia é assim, “ah eu quero ir para a baixaria com as minhas amigas” e vão... acham isso normal. (GHS1)

Esse sentimento que ele está falando aí, isso, eu percebia muito isso que acaba perdendo um pouco daquele tchan da feminilidade, você querer cuidar da mulher, tudo mais, porque ela está competindo com você. (...). A mulher, com essa questão de trabalhar, de pagar as contas dela e eu pago as minhas e tal, eu acho que ela fica mais petulante. (GHS2)

A meu ver, aconteceu justamente o seguinte: a mulher, meio que pirou com essa mudança, e ela se sentiu no domínio da sociedade, da situação, então, você sai na rua hoje, você percebe claramente a mulher ditando as regras, dando as cartas. (GHS3)

A nova postura da mulher na sociedade é algo com que esses homens não estão sabendo lidar. Eles avaliam que perderam, de certa forma, o controle da situação e ainda não encontraram outra forma para estar em um relacionamento afetivo. Uma outra fala, que deixa isso claro, revela o sentimento desses homens em ter-se tornado um objeto na ‘mão das mulheres’.

Se você for separar bem as coisas, você vai ver que é muito vazio, é apenas um uso... muitos dos casos, na grande maioria das situações, a mulher está usando bastante e ela quer o homem ali e ela usa; para te trocar ali na frente, é milésimos de segundo. (GHS3)

A possibilidade de um outro casamento parece distante. A experiência negativa do primeiro casamento e a dificuldade em encontrar alguém que tenha

os mesmos interesses faz com que esses homens optem por não procurar um segundo casamento. Dos participantes, um está em um relacionamento e com grandes perspectivas de casamento.

Apesar da visão negativa de casamento, esses participantes conseguem falar sobre a possibilidade de amor no casamento, embora de forma pragmática. Para eles o amor não é algo mágico, mas um sentimento que envolve afinidade e convivência em família.

Eu acho que o amor é mais a questão da afinidade, do sentimento, mas não é nada... especial, um negócio mágico não. (GHS2)

O amor entre homem e mulher (...) não tem essa coisa do ilusório; ela vem revestida de paixão, e a paixão ela tem tempo para começar e acabar. Para ter constância e você conseguir levar essa chama da paixão, do respeito... esticar esse amor, eu volto naquela tecla, da situação de um ter orgulho do outro; então você tem tanto orgulho daquela pessoa, acha que é uma pessoa que tem valores que você valoriza, porque tem valores que são seus valores, aí você consegue esticar durante a vida um gostar daquela pessoa, um respeito, um gostar. Isso para mim, depois de tudo, somando, é o que resulta o amor. (GHS3)

Às vezes tem uma pessoa que é sozinho, a família não é do Estado, chega ele lá e casa com uma mulher que a família é grande, é daqui, quer dizer, está envolvido com a família, aquilo ali está satisfazendo uma forma de amor, ele tem um abraço familiar, se sente integrado, então não tem essa colocação, acho, de homem e mulher. (GHS2)

O amor e o casamento não são necessariamente compatíveis para esses participantes. Para que o amor perdure no casamento, alguns comportamentos

devem ser observados: diálogo, respeito, comprometimento, cumplicidade, afinidade de objetivos, ter orgulho do outro.

Diálogo. Eu acho que você deve olhar, você e a outra pessoa sabendo reconhecer ele. Voltar atrás. Acredito que tudo daria certo. (GHS1)

Eu acho que tem que ter comprometimento, cumplicidade, respeito. Eu acho isso fundamental. Lógico que se você aceitou estar ali, né? Então não adianta nada você estar não querendo estar ali e levando as coisas no sapatinho ali, digamos assim. Então se você está ali vai até onde você puder ir, mas com respeito, cumplicidade, comprometimento, e não deu certo cada um para um lado. (GHS2)

O que faz o casamento feliz, não só o casamento como qualquer união, é você sentir orgulho do outro... se você não tiver orgulho do outro... O nível de tolerância aumenta muito quando você tem orgulho do outro. (GHS3)

As falas sobre o amor e os aspectos importantes para a manutenção do casamento foram os únicos momentos em que esses homens estiveram mais próximos das palavras compartilhar e parceria, palavras essenciais para os outros grupos, quando se discute sobre casamento.

Os elementos do discurso desses participantes apresentam alguma similaridade com os dos homens casados. Com relação à decisão pelo casamento, estes também apresentam utilizar-se de estratégias racionais. Verificam os critérios dispostos e os avaliam para então tomar a decisão de casarem-se. Os critérios utilizados contêm certa semelhança com os utilizados pelos homens casados; a diferença pode ser devida à diferença de geração entre os grupos (no caso da preocupação com a Aids).

Esses participantes mencionam, com mais intensidade, a diferença entre os gêneros, desde ao citarem que a festa de casamento é um desejo feminino até ao avaliarem que as mulheres são seres que tomam as suas decisões de forma emocional, e os homens, de forma racional. Essa avaliação interfere na forma como esses homens enxergam o casamento.

Verifica-se a presença de elementos contraditórios, no discurso sobre o casamento. Em momentos, o casamento está associado aos padrões tradicionais de gênero, e, em outros momentos, parece haver a descrição de uma parceria mais igualitária. É interessante observar que esses participantes enxergam a conjugalidade como um espaço que possibilita o crescimento profissional, financeiro e afetivo.

A separação é um processo difícil e ocorre quando os objetivos dos cônjuges não são compatíveis. As dificuldades encontradas são suportar a distância do filho (que fica com a mãe), refazer o círculo social, adaptar-se à mudança de hábitos e enfrentar a sociedade.

Com o divórcio, pôde-se entrar no mundo dos solteiros, que tem regras diferentes das vividas anteriormente por esses participantes. As novas regras colocam em igualdade homens e mulheres na busca por um parceiro, o que faz com que o homem possa sentir-se como um objeto do desejo feminino.

Um segundo relacionamento não é uma questão para esses participantes, diferentemente das mulheres separadas. O segundo relacionamento ocorrerá à medida que esses participantes encontrarem alguém que esteja de acordo com seus critérios de avaliação. Uma vez que isso aconteça, os fatores que favorecem a manutenção do casamento são diálogo, respeito, comprometimento,

cumplicidade, afinidade de objetivos e amor. O amor, neste caso, é desmistificado em relação ao amor romântico, pois não é algo especial ou mágico, mas um elemento importante na convivência entre um homem e uma mulher. A palavra amor está associada a sentir orgulho do outro, afinidade de objetivos e valores, convivência em família. Esta forma de representar o amor está mais próxima da do grupo de homens casados do que do grupo de mulheres (casadas ou separadas). É interessante notar que o grupo de homens separados também menciona que é difícil manter o amor no casamento, e isso é consequência das cobranças que as pessoas sentem que podem fazer ao cônjuge por estarem casadas e das diferenças de objetivos que podem surgir entre os cônjuges à medida que as pessoas vivem a sua vida.

8.5 GRUPO DE MULHERES RECASADAS

Participaram do grupo focal 5 mulheres que estavam em seu segundo casamento. A média de idade foi de 45 anos. Todas tiveram filhos no primeiro casamento e 3 tiveram filhos também no segundo casamento. Todos os filhos moram com suas respectivas mães. É relevante ressaltar, que, em dois casos, o novo cônjuge teve filhos também no primeiro casamento, mas esses filhos sempre moraram com a mãe ou então os filhos já eram adultos e moravam sozinhos. O tempo médio de duração do primeiro casamento foi de 10,4 anos, tendo sido o menor tempo de casamento de 2 anos e o maior tempo de 28 anos. As mulheres ficaram separadas em média 4,8 anos e estão no segundo

casamento em média há 9 anos. Das entrevistadas, apenas uma diz estar em união estável e morar em casas separadas. Esta união estável foi contabilizada como casamento, uma vez que a participante assim a considera e disse que eles se vêem todos os dias e possuem uma vida conjugal.

A maioria das mulheres tem ensino superior; apenas uma tem o ensino médio completo. Todas trabalham, ou como autônoma ou como funcionária pública ou como funcionária de empresa particular. Os maridos, todos, tem atividade profissional.

Vários foram os motivos que levaram ao primeiro casamento: o amor (estar apaixonada), vontade de ter filhos, sair da casa dos pais e/ou reproduzir o que se espera da mulher (casar).

A vivência do primeiro casamento não foi como elas esperavam e atribuíram isso ao fato de não terem escolhido a pessoa certa. A convivência do casamento permitiu conhecer melhor o outro e verificar que a avaliação inicial estava equivocada.

Porque eu (...) de cara casei com uma encrenca, uma pessoa péssima, até com problemas de caráter. E eu que fui vivendo numa bolha, redoma, superprotegida, não tive a maldade para perceber isso. Eu acredito muito que, você não enxerga muito, coisas que você não está muito habituada de ver. Então, eu não vi isso. Casei com uma encrenca, uma craca que quase acabou com a minha vida! (GMR2)

Ele não aguentou o peso da relação. Eu casei com vinte e um, mas eu entrei para casar, como a cultura fala. E eu tinha os meus pais como base. Eu queria ficar casada eternamente, porque eu casei com o amor da minha vida. Só que ele não aguentou a onda do casamento. Quem não aguentou foi ele. (GMR3)

Ele era uma ótima... era meu amigo de infância, brincamos. Aí casou. Virou um inferno. (GMR1)

O erro também pode ocorrer em relação ao momento do casamento. Uma participante avalia que a sua imaturidade atrapalhou o seu casamento. Segundo ela, eram muitas responsabilidades em um momento da vida em que ambos estavam na faculdade e ainda não tinham claros os seus objetivos de vida.

O processo de separação foi vivido com muita dificuldade e sofrimento por todas as participantes.

Eu fui traída.(...) Para mim foi muito complicado eu colocar na minha cabeça... Ele colocou na minha cabeça, na minha autoestima, que eu não prestava, eu era um monstro. (GMR3)

Eu tive que sair de onde eu morava, porque ele se achava no direito de entrar no meu consultório de carro e tudo. (...) Aí, peguei, juntei a minha tralha e (...) cheguei aqui em fevereiro, maio, sei lá. Sei que eu comecei a arrumar trabalho, arrumar trabalho, arrumar trabalho, e aí eu enfiei a cara no trabalho e nas crianças. Então, mas era uma solidão tão ruim! Era uma coisa tão horrorosa! Chorava tanto! Falava, meu Deus, eu vou sair dessa... Só pensava nisso. (GMR2)

No meu caso, da minha separação, eu fiquei péssima, mesmo querendo, mesmo eu saindo (...). Então, quando eu saí, e ainda saí com filha, aquela coisa toda, aquilo caiu tudo, porque eu fiquei morrendo de pena. Eu falei, poxa! Eu destruí o casamento. (...) Porque você se sente que não presta, porque, se ele presta por que que não deu certo? E é muito difícil. (GMR5)

Foram 28 anos de casamento, 28 anos é, são duas vidas, né? Então para mim foi muito difícil e, principalmente, aceitar uma traição. Porque a gente já tinha um outro problema, meu marido era alcoólatra, mas mesmo assim durante... Segurei esse casamento e quando chegou a traição, não sei, sei lá, o barco,

né? O primeiro ano foi muito difícil, muito difícil, porque entre namoro e casamento eram 32 anos, quatro de namoro e 28 de casamento. (GMR4)

Algumas tiveram mais dificuldades do que outras devido ao preconceito da própria família.

Eu me separei um ano depois que ele [meu pai] morreu. Quando ele esteve vivo eu já tinha um casamento completamente detonado, eu sentava do lado dele, mas começava a falar do assunto, ele já falava: muda de assunto. Chega, casou, casou! Não tem divórcio. (...) depois que ele morreu, um ano depois, eu estava separada. (GMR1)

Embora tenham tido dificuldades durante o processo de separação, os filhos parecem ter sido a razão para a superação dessa situação. A fala a seguir exemplifica essa questão:

A única coisa que prestou [do primeiro casamento] foram os dois filhos que eu tive, que foram, assim, o motivo... quando eu me separei, foi o que me manteve viva, foram aqueles dois meninos (GMR2)

Outro fato relatado e comum ao grupo de homens que também passaram pelo divórcio foi a necessidade de procurar outros amigos. Primeiro, por não se sentirem bem no grupo de casais e, segundo, por verificarem um certo preconceito por parte dos amigos.

É ficar perdido... porque até você mesma não se sente bem no grupo mais de casada... Você se sente... Você começa não se sentir bem. Eles também não, não existe o acolhimento. (GMR4)
Preconceito, preconceito eu vivi, preconceito do divórcio. Os meus amigos... Sumiram! (GMR3)
Eu tive que fazer novas amizades. (GMR5)

É uma situação que você vai descobrindo aos poucos as dificuldades, né?... De você ter uma atividade, ter um lazer, sair, companhia para fazer as coisas. Então eu acho que foi isso que eu senti muito... e depois a gente vai encontrando outros que não tem referencial do divórcio e a gente começa a construir de novo uma rede aí de pessoas e tal. Mas, a princípio, é muito ruim. Não dá certo, os antigos geralmente se comportam mal. (GMR1)

Embora todas avaliem que a separação foi um processo difícil, acreditam que para o homem esse processo é muito mais difícil.

O homem, por mais que ele seja esse de vida aí fora, de ter outra família, eles perdem completamente o rumo quando isso que eles sempre voltam e encontram, eles não acham mais. (GMR5)

O primeiro marido, eu decidi me separar, e ele ficou muito perdido na vida, muito. E a mãe dele também foi quem entrou em ação para segurar a situação. O meu marido atual também foi mandado embora de casa pela mulher, então quando eu o conheci, ele tinha três ou quatro meses só de separado da, que ela botou ele para fora de casa, então ele também tinha emagrecido doze quilos. (GMR1)

As possíveis razões para essa dificuldade dos homens com a separação podem ser o medo de ficar sozinhos ou a acomodação; então, os homens optam por permanecer em um casamento não muito satisfatório. Segundo as participantes, parece uma dificuldade de assumir várias responsabilidades ao mesmo tempo e, por isso, precisam de alguém para fazer por eles.

A mulher parece ter uma postura diferente em relação ao casamento. Ela procura estar feliz no casamento e, caso isso não ocorra, esforça-se de todas as formas, para que isso aconteça; mas, se de fato o objetivo não é alcançado, ela prefere romper com o casamento e tentar ser feliz sozinha ou com uma outra pessoa. Foi isso que aconteceu com as participantes.

Muito. Muito melhor. Aí eu escolhi uma pessoa que era o que eu sonhava. Eu fui entender o que era um relacionamento. Sabia o que eu estava buscando. Aí foi. Aí eu me realizei. (GMR2)

Eu não tinha, assim, a menor intenção de ter uma outra pessoa, eu já estava com o que? Uns cinquenta e um para cinquenta e dois anos, então, na minha cabeça, eu estava assim, como dizem os outros, final de linha mesmo (...). Aí, de repente, conheci essa pessoa (...), eu só tenho a agradecer, assim, ter conhecido ele, ter... e, hoje em dia, assim, ele é tudo na minha vida. (GMR4)

Apesar de algumas participantes verificarem as diferenças entre o primeiro e o segundo relacionamento, outras avaliam que a mudança não é tão grande, pois os homens não são muito diferentes entre si; a mudança está na maturidade dos envolvidos em aceitar as diferenças entre os cônjuges.

Eu hoje tento com o meu marido. Mas no final só muda de endereço e CPF. (GMR3)

Eu acabei nesse tempo todo vendo que aquelas coisas que eu não suportei, no primeiro casamento, hoje eu vivo mais tranquila, tudo bem. Tem aquelas mesmas coisinhas que eu não quis suportar, hoje, eu estou suportando. Eu acho que quem mudou foi eu. (GMR5)

A diferença vivida entre o primeiro casamento e o segundo está na forma como a relação foi estabelecida. No segundo, as participantes relatam que a diferença está na existência de companheirismo e cumplicidade.

Eu acho muito, conversar. (...), eu fiquei doze anos entre um casamento e outro, então eu fiz pós-graduação em ficar sozinha. (...) no segundo casamento, eu dou muito valor a essa permanente companhia, você toma café da manhã, você conversa, aí cada um vai fazer um negócio, nanana, aí volta, senta, continua da onde parou. Companhia, na vida acho muito

difícil quem vive só, eu tive essa experiência com filho, cachorro, emprego, namorado, eu tinha um monte de coisa, e eu me sentia muito só. Então, o segundo casamento acho que uma coisa que eu valorizo muito é isso, companheirismo. (GMR1)

Eu acho que é uma fusão, que por mais que saia às 7 horas da manhã e só chegue 10, 11 horas da noite, a gente está sempre conectado, é uma coisa muito doida, é muito forte. (GMR2)

A vivência conjugal também tem aspectos não tão positivos, mas que fazem parte da vivência cotidiana do casal. De acordo com essas mulheres, são as diferenças de gosto e de hábito entre os cônjuges, além da necessidade de ceder alguns espaços da vida social em função da vida conjugal.

Suportar as manias né?, que todos nós temos as nossas, cada um diferente do outro. (GMR3)

Eu acho que um pouco a perda da liberdade, porque a parceria também obriga a mim, pelo menos, de vez em quando eu estou com vontade de pegar a minha malinha e viajar, e fazer alguma coisa assim né?, e aí eu lembro que... ops, alguém aqui pode se aborrecer, se sentir preterido, ele não pode pegar malinha no mesmo horário porque tem que cumprir lá o trabalho dele. (...) Mas eu acho assim que é uma coisa minha de impulso NE? De querer, mas aí eu vou negociar e conseguir a viagem com ele. (...). Eu acho que é isso, um pouco tolhe a nossa liberdade, mas, insignificante, eu diria. (GMR1)

Em relação ao sexo, as mulheres apontaram para a necessidade de ter vínculo afetivo com o parceiro. Caso não exista esse vínculo, elas acreditam que é muito difícil uma mulher ter uma relação sexual com alguém. Mencionam, entretanto, que observam uma certa mudança nesse comportamento em relação às mulheres mais jovens e ainda concordam que o homem em

relação ao sexo é mais pragmático no sentido de não precisar ter um envolvimento emocional para envolver-se sexualmente com alguém.

Mulher tem muito o sentimento, o coração. A mulher, ela tem que amar para ela se entregar, eu estou falando no nosso caso, tem gente que está aí fora e está meio perdida, está muito assim não, pelo que eu vejo. (...). Para eu me envolver com alguém, eu tenho que... Não é na mesma hora, não é no mesmo dia, eu tenho que ter um tempo, eu tenho que me sentir mais à vontade, entendeu? (GMR5)

Eu penso que a mulher, ela realmente tem que ser, ela tem que criar, ela tem que construir todo esse envolvimento para daí partir para uma aproximação física e tal e o homem eu acho que ele é mais prático, né?, ele passa a cantada e ele vai em frente, sai na mesma hora e pega a mulher e no dia seguinte ele não lembra o nome dela (risos). Rápido e rasteiro. (GMR1)

Uma fala interessante sobre o comportamento sexual menciona ainda que a mulher prefere manter um relacionamento com um único homem. Isso pode acontecer por duas razões: primeiro pelo vínculo afetivo estabelecido com o parceiro e segundo devido às complicações que um relacionamento paralelo pode trazer.

Eu acho que, inclusive, ter um caso com outro cara acho que dá um trabalho danado. (...). Realmente, não dá, não combina, se você tiver filho pequeno menos ainda, você complica a vida. Já imaginou camisinha, meu Deus do céu! Vai dar um trabalho! Vai ser uma coisa tão ridícula! (GMR1)

Um fator que chamou atenção foi a preocupação com a morte do parceiro. É justo se pensar que a média de idade mais alta entre as participantes está neste grupo.

Só me preocupo com uma coisa, a dependência afetiva, isso daí é um negócio que eu fico pensando o tempo inteiro, você não se submete em todas as coisas, em todas as atividades, mas a dependência afetiva que a gente cria com o nosso parceiro, né?, quando ele é bom então, a gente cria muito mais, isso me assusta. (...) Me assusta porque morre! Vai que ele morre? (GMR1)

Eu tenho essa mesma dependência emocional, eu falo para ele: 'eu não dependo de você para nada! Mas o meu emocional depende de você para tudo!' Eu tenho essa dependência, e eu tenho esse medo também. (GMR2)

Na fala das participantes, observam-se dois modelos de homens. Um homem acomodado e que não consegue ficar sozinho (homem do primeiro casamento) e um outro homem (do segundo casamento) que é companheiro, tolerante e capaz de dar o suporte necessário. As diferentes visões coexistem e são reflexo da relação estabelecida a partir da vivência na conjugalidade.

Embora as participantes afirmem a existência de uma convivência feliz no segundo casamento, verifica-se que foram necessários ajustes devido à complexidade das relações envolvidas. A segunda união, geralmente, envolve outros atores sociais além do casal, como filhos do primeiro casamento, ex-marido, filhos do novo cônjuge, ex-mulher desse cônjuge, novos sogros entre outros.

Os filhos foram um fator de grande interferência na decisão pelo segundo casamento. As participantes primeiro ou procuraram o aval dos filhos para assumir um compromisso mais duradouro com os parceiros ou ainda esperaram o momento em que os filhos já estavam criados e tinham vida própria.

[O meu namorado] não entrou na minha casa enquanto [meu filho] não convidou. Quando [meu filho] falou: vamos subir, aí ele subiu. (GMR2)

Eu também, não entrava na minha casa com as minhas paqueras, eu até conversava com o filho sobre isso, mas, assim, não trazia dentro de casa, marcava da porta para fora, até que um que entra, né?... (risos). (...) Mas é engraçado, controle de qualidade, não passa, da porta para fora. (GMR1)

A gente mora em casas separadas. A gente convive assim todos os momentos, mas a gente mora em casa separada. Eu tenho uma filha de vinte e oito anos [que mora comigo] e que vai casar agora no final do ano. Então eu acho que, depois desse casamento dela, eu vou ter que me decidir o que eu vou fazer, né? Se a gente vai morar junto ou se vai continuar assim. Ele está querendo casar, assim casar ou morar junto, para mim é a mesma coisa. (GMR4)

Ao estabelecerem um segundo relacionamento, algumas tiveram interferência do primeiro marido, no sentido de fazer com que houvesse o rompimento do segundo relacionamento para retomar o relacionamento do primeiro casamento. As formas encontradas por esses maridos para isso foram via os filhos ou diretamente com a ex-esposa. Mais uma vez, essas mulheres tiveram que assumir a posição de que o primeiro casamento havia terminado.

Quando eu comecei a namorar, o pai deles ligou para falar e começou a falar na orelha do [meu filho], aí eu logo rasguei o verbo mesmo. Falei: 'Olha, se ele estivesse interessado, não tinha feito um monte de coisa que fez, essa história está acabada'. (GMR2)

Ele até então achava que a gente ia terminar [eu e meu novo marido]. Falou assim: você tem certeza que nós dois nunca mais?

Falei: eu tenho cinco meses [de gravidez], você está perguntando isso ainda? Você vai acreditar quando? (GMR5)

Os filhos do novo cônjuge, em alguns casos, podem interferir na relação do novo casal. Nesse caso, observa-se que a forma como foi e é feita a criação da criança diferente da criação que a mulher acredita correta, é o ponto-chave do problema.

Para mim eu posso dizer que o que atrapalhou o nosso casamento foi os filhos. Cada um veio com um filho de antes... Quer dizer os filhos se deram muito bem. E nós começamos a brigar por causa dos filhos. Porque, óbvio, os hábitos do filho dele não eram iguais aos meus com meu filho, e na hora que põe todo mundo junto... eu fiz imediatamente... Não! Não faz isso assim, assim, assim. Pronto, toquei na... E até a gente entrar num acordo nessa área demorou um tempo. Demorou muito. Quase que a gente se separou por causa de tudo isso. (GMR1)

É interessante observar que, apesar das discussões entre os membros do casal, as crianças conseguiram estabelecer uma convivência agradável entre si, parecendo assimilar bem a nova situação (nova casa, novos hábitos, entre outros).

Conhecer a família do novo cônjuge foi um processo de certa forma preocupante para essas mulheres. Havia o receio do que a família pensaria a respeito de uma mulher divorciada e com filhos.

Eu ser aceita pela família dele foi a maior surpresa para minha vida. Eu sou mais velha que ele, eu tinha um filho de 18 anos a tiracolo, e abriu a porta da casa da tia mais velha e eu entrei, aí, oh, me aceitaram não sei por quê. (GMR1)

Eu, assim, fui muito bem recebida! Com dois filhos. Quer dizer, ele era solteiro, a minha sogra que não era sogra, ela acabou de criar, a madrinha cuida dos meus filhos até hoje assim. (GMR2)

O receio de algumas se tornou realidade. Em alguns casos, houve preconceito da família do novo cônjuge em relação à nova esposa.

Porque eu não sou casada com ele, eu sou juntada com ele. Então, quem foi casada com ele foi a primeira esposa dele, que, por sinal, é uma pessoa maravilhosa... mas eles fazem questão, eles não me respeitam, não respeitam a minha filha. (GMR3)

Uma vez que os ajustes foram feitos em relação aos atores sociais envolvidos observa-se que os fatores que favorecem a manutenção do casamento, para essas mulheres, não são diferentes dos fatores mencionados pelas outras mulheres dos outros grupos focais. São eles: respeito, companheirismo, cumplicidade e amor. Também é mencionado o humor como um fator que contribui para a duração do casamento.

Especificamente sobre o tópico de discussão amor e as suas formas de expressão, os relatos também não foram diferentes dos das outras mulheres.

O amor é o cuidado, entendeu?, é o meu querer bem que eu sinto dele, por mais que às vezes bata o ciúme. (GMR5)

Essas pequenas coisas, a maneira que o cara faz não sei o que pra você, te entregar uma coisa, te lembrar de um negócio. (Falas). A coisa mais fantástica é essa, você fez alguma coisa que foi bem sucedida e em casa tem uma platéia vibrando ali, que não tem nada a ver com o peixe, mas ele está ali, sinalizando, ele está feliz por você. Então sempre eu acho que tem duas mãos, né?, tem que ter duas mãos, tem que ter o que vai e o que vem, senão não funciona, não é unilateral. (GMR1)

A forma como ele olha para os meus olhos, a preocupação dele com tudo, a preocupação dele de que eu esteja feliz, de que eu esteja bem para trabalhar no outro dia ... Quer dizer, ele é uma pessoa que está sempre preocupada, em proporcionar. (GMR2)

Acho que amor é cumplicidade, acho que não tem palavras, assim, é essa coisa, o cúmplice só tem suporte de duas mãos.
(GMR4)

A diferença observada entre as mulheres casadas e as mulheres recasadas está no fato de as mulheres recasadas acreditarem de fato na capacidade de seus maridos em dar o suporte necessário. O discurso dos papéis tradicionais de gênero não é evidente quando se fala sobre a segunda relação conjugal. A escolha do segundo relacionamento pode estar pautada em uma ressignificação e uma reformulação desses papéis; em outros casos, de fato, pode haver uma reprodução da convivência do primeiro casamento no segundo casamento em relação aos papéis tradicionais de gênero.

Os elementos do discurso dessas mulheres não são diferentes dos elementos observados nos outros grupos de mulheres; de fato, observa-se uma certa linearidade na história vivida por elas.

Primeiro decide-se casar. Essa decisão inclui elementos do amor romântico, além de outros elementos como constituir uma família e sair de casa. Diante do convívio cotidiano, as expectativas não são atendidas, e opta-se pelo divórcio, que, normalmente, é um processo vivido de forma sofrida por assumir a mulher a responsabilidade do fracasso do casamento, além de ter que lidar com a reação da família, dos amigos e do filho. Após todo esse processo de casamento e separação, as expectativas românticas em relação a um novo relacionamento permanecem.

O segundo casamento pode suprir essas expectativas. Nesse caso, a relação estabelecida é diferente da observada na relação do grupo das mulheres casadas. Observa-se, na fala do grupo das mulheres recasadas, a presença de

uma parceria, em que ambos os cônjuges têm igual peso. Caso o segundo casamento não supra essas expectativas, a avaliação feita por essas mulheres é a de que os homens são muito parecidos, e, por isso, é preciso adaptar as expectativas.

Esse novo relacionamento envolve vários atores sociais que fazem com que a relação se complexifique. O relacionamento pode ser mais fácil ou mais difícil dependendo de como se dá convivência de todos esses atores envolvidos.

Essas mulheres, quando falam sobre amor, abordam, além dos elementos românticos, elementos que englobam o discurso das mulheres casadas e das mulheres separadas, ou seja, no discurso dessas mulheres estão presentes tanto o comportamento masculino no casamento como o comportamento feminino, sinalizando a necessidade de ambos contribuírem igualmente. Outras palavras associadas ao amor são respeito, cumplicidade e companheirismo.

8.6 GRUPO DE HOMENS RECASADOS

Participaram do grupo focal 4 homens recasados com a média de idade de 52 anos. A maioria dos participantes possui o ensino superior completo; apenas um possui o ensino médio completo. Profissionalmente, 3 afirmaram ser empresários e 1 ser aposentado. Das esposas, duas são empresárias, uma está aposentada e uma, no momento, optou por não trabalhar por estar com filhos menores de dois anos.

O tempo médio do primeiro casamento foi de 11 anos, o tempo médio de separados foi de 2 anos e o tempo médio no segundo casamento é de 13 anos. Todos tiveram filhos no primeiro casamento, e apenas um ficou com os filhos após a separação do primeiro casamento.

A forma como esse grupo discutiu sobre os tópicos apresentados pode-se dizer que foi mais direta e sem receios do que a dos outros grupos de homens. O primeiro tema a ser discutido foi sobre os motivos que levam uma pessoa a decidir casar-se. Os participantes foram objetivos e diretos em seus comentários. Os conteúdos apresentados foram companheirismo, amor e o fato de encontrar a pessoa certa. Outras falas também surgiram, como a necessidade de constituir família, de repetir a tradição da família, de confirmar a união perante a sociedade. Abaixo seguem algumas falas dos participantes.

Eu acho que tem, tem a cumplicidade, eu acho que você achando a pessoa certa, você tem a cumplicidade, você tem a companheira, você tem a confidente, você tem a mulher, você tem... vamos dizer assim, a balança que muitas vezes é importante, dentro da sua relação. (GHR1)

Eu entendo que tanto o homem quanto a mulher, a necessidade do casamento é justamente para você ter a liberdade de poder andar junto, discutir esse pensamento junto. Por trás disso tudo, tem o amor, porque ninguém casa sem amor... (GHR2)

Ter alguém até por tradição, você vinha de uma tradição familiar que casar fazia parte do contexto de uma família, então, eu acho que hoje você tem isso menos intenso, mas antigamente, essa, essa geração de todos nós aqui, somos assim nos quarenta, então, quer dizer, isso era uma tradição de família, você criar, constituir sua família, criar um laço. (GHR1)

O casamento é visto por esse grupo como positivo; por isso, os participantes optaram por casar novamente. De fato, afirmam, inclusive, que é a mulher que direciona a vida do marido; nesse sentido, é a mulher que faz com que o homem busque progredir na vida.

Você se encontrar como pessoa, a companheira te ajuda muito nesse ponto, quando a gente está solteiro, a gente fica meio desbaratinado (sic). (GHR4)

Dificuldade é o voltar e se achar mesmo, se encontrar. Como ele falou: é encontrar o trilho. Se você ficar aí na putaria... vai ficar na cachaça e na putaria, entendeu? Se você quer constituir uma nova família, você vai buscar. (GHR3)

Eu morava em um apart-hotel e cada dia tinha uma mulher diferente, (...), a minha vida era levar todas as gatinhas que eu podia (...), e aí você entra no ciclo de vida que acaba te desgastando, acaba te atrapalhando a tua vida profissional, suas perspectivas de futuro também ficou meio embaçada, e com a mulher não, você já fica focado no criar, de ter, de produzir, de construir, de ganhar mais dinheiro, e ela te cobra isso (riso), e isso faz aquele dia a dia de dizer, olha, eu quero mais, temos que crescer, temos que subir juntos, e vai te botando no trilho e aí realmente constitui essa cumplicidade que o homem precisa. (GHR1)

As experiências contadas relatam a época da separação do primeiro casamento, indicando que a necessidade de encontrar outra esposa foi de grande importância para suas vidas.

Sobre o primeiro casamento, os participantes não entraram em detalhes. O rompimento ocorreu por não estarem felizes no casamento.

Chega num momento que você quer também... pô espera aí, [meu filho] vai fazer vinte anos, vai me dar um pé na bunda e vai

embora e eu vou ficar igual um mané aqui com esse troço dentro de casa [a esposa]. Não, eu vou pular fora. Aí eu falei: eu vou cuidar da minha vida também, eu vou procurar ser feliz, tentar ser feliz. Mas é uma decisão muito, muito difícil. (GHR3)

Eu dizia o seguinte para mim, a minha felicidade vale mais do que as minhas duas filhas pequenas, todo amor que eu tenho por elas, mas eu sabia que eu tinha que fazer um esforço para não deixar elas sozinhas né, mas eu entendia que eu tinha o direito a ter uma oportunidade, primeiro que eu só tenho uma vida, não vou ter duas. (GHR2)

O discurso desses participantes relata o dilema entre ser um bom pai e ter uma vida amorosa satisfatória. Nessa balança, optaram por se separar da mãe de seus filhos e tentar estabelecer um novo relacionamento amoroso. Essa opção, contudo, mostra-se muito dolorosa para esses participantes.

Para quem gosta né?, que eu sempre fui muito ligado às minhas filhas, e aí é duro você sair de casa, deixar os bichinhos. (GHR2)

Apesar da separação da esposa, procuraram manter-se próximos dos filhos, mesmo que não interferiram diretamente na sua educação.

O meu convívio também não é um convívio... Eu falo com meu filho todo dia. Ele mora com a mãe. Mas eu não tenho o convívio assim de encontrar ele toda semana praticamente, entendeu? Mas eu acompanho, eu fico em cima, ele é até uma pessoa muito educada, mas de estudo ele não gosta muito não. Mas a mãe também trabalha, fica fora o dia inteiro. Então ele fica meio largadão no processo, entendeu? Isso não é legal. Mas eu também não tenho como é... eu também trabalho. Não dá para ter aquela presença. Eu tenho uma presença conceitual. Eu observo muito as amizades, com quem está andando. Eu fico prestando atenção nisso. Ele vai a alguns lugares, eu levo, entendeu? Eu fico monitorando a coisa. (GHR3)

Os fatores citados que podem levar à infelicidade no casamento foram: discussão frequente, o fato de uma das partes não ceder, egoísmo, valores diferentes entre os cônjuges e ausência de sexo. Embora não tenham comentado explicitamente, é bem provável que sejam justamente esses fatores que tenham levado esses homens a optarem pelo divórcio.

Sobre o processo de divórcio, também mencionam a questão financeira. Para eles, com o divórcio, perde-se muito financeiramente. A fala abaixo explica o pensamento do grupo.

Você casar e separar, financeiramente é péssimo. Você perde cinquenta por cento de tudo que você tinha. (GRH5)

Sobre o processo de separação, esse grupo de homens também menciona um certo distanciamento dos amigos, tendo que procurar estabelecer outras amizades.

Quando você tem um ciclo de amizades, separa, você fica meio marginalizado. O que acontece é o seguinte, por exemplo, você tem um convívio de famílias aqui, de repente eu vou desgarrar, separo, no caso, então, normalmente o que acontece, que graças a Deus não foi o meu caso, o cara vai, procura outras mulheres, vai para a putaria, e tal. Aí o resultado, passa a ser mal visto, até pelas mulheres dos outros: 'se o cara está se dando bem, meu marido vai se dar bem, também'. (...) Então passa a ser uma ameaça. Então, existe um afastamento natural. (GHR3)

Na tentativa de estabelecer novas amizades e novos hábitos, vive-se a vida de solteiro, que, como foi exposto anteriormente, pode causar diversos prejuízos para a vida do homem. Abaixo, encontram-se mais falas que se referem à vida de solteiro.

Eu tinha pelo menos umas três namoradas, no rastro, tinha que contar muita mentira, tem essa questão também, quando você está envolvido com muitas mulheres, conta muita mentira. É, você conta muita mentira. Conta para uma, contra para outra, e o que acontece? Quando você vai amadurecendo, vai ficando chato contar mentira, é ruim contar mentira, porque você conta mentira daqui, depois você fala outra coisa ali, o mentiroso ele se enrola, ele se enrola muito por causa disso, ele contou um negócio, ele não mantém a mentira, então a mentira tem que ser uma só, se você tem muitas mentiras, você não consegue. (GHR2)

Aí eu falei: porra, saí de lá por causa de problemas pessoais [separação e envolvimento com jogo] e vim para cá encher a cara? Que coisa que eu vou arrumar aqui? Aí o meu cunhado, na época, trabalhava [numa multinacional]. Ele falou: 'pô, vem para cá para Vitória, tem emprego aqui'. [Eu falei:] 'arruma qualquer coisa que está bom para mim'. (...) Aí namorei (...), capixaba bonita, pronto, acabou (risos). (GHR4)

A solteirice acaba quando se encontra uma mulher que, de fato, seja companheira. O casamento, nos novos tempos, pode acontecer de diversas formas: união estável, contrato de casamento, casamento oficial. Não existem regras pré-definidas, mas na visão desses participantes, é importante conhecer bem a pessoa e ter um relacionamento baseado no companheirismo e na parceria, para então assumir um compromisso mais duradouro.

Existia aquela obrigação de casamento, hoje não existe essa obrigação, tanto é que convive sem casar. (...) Tanto é que hoje em dia tem até os contratos de casamento, já casa contratado, se separar vai ser isso e aquilo e tal, meu bem, meus bens, fica tudo na entrada logo definido, tem muita gente, eu conheço várias pessoas aqui em Vitória já casadas com contrato. (GHR3)

Isso já é depois do relacionamento, que você acha a pessoa certa, quando você namora e vou viver, você automaticamente, quando você acha a pessoa que você gosta, automaticamente você já vive com ela, né?, é natural não é isso? (...) você arruma um contato, depois você conhece, aí conversa ali esses valores, que começa você ali pensar: bom, nós temos aqui duas pessoas, duas cabeças pensantes, duas vidas, vivendo harmonicamente, não só corpo, mas tudo voltado para nós dois, aí começa a haver essa... aí passa pela questão do companheirismo, relacionamento, da amizade, da parceria, e aí a gente começa a voltar... depois dessa relação todinha, ele não pegou uma mulher e foi morar lá dentro de casa, ele namorou. Eu também, eu namorei um pouco, depois um dia fomos morar juntos, e estamos até hoje. (GHR2)

O casamento, para esses homens, é um espaço para a busca da felicidade, como exposto anteriormente, e, ao mesmo tempo, um espaço de constante negociação com a esposa. O processo de negociação, todavia, é observado como necessário, mas também como um fator que pode ser uma desvantagem do casamento.

Essa é a grande desvantagem, muitas vezes você tem decisões a ser tomadas que você entende, e lá na frente você vai falar com a sua esposa e vai dizer, não, não concordo, e você tem que voltar atrás e rever teus conceitos para que a coisa aconteça harmoniosamente, se você impor, você sabe que você vai ter uma crise. (...). É a questão da negociação, acho que essa é uma coisa que muitas vezes os homens não gostam, e hoje, na relação, acho que você tem que estar permanentemente fazendo essa troca, não tem jeito. (GHR1)

O discurso desses participantes parece contraditório, pois afirmam desejar uma esposa companheira, que cobre determinados comportamentos do marido,

mas, ao mesmo tempo, relatam que a negociação com a esposa pode ser um tanto quanto desgastante. Diante desse paradoxo, argumentam que as mulheres são 'bravas' por natureza, e eles precisam lidar com isso da forma que acreditam ser melhor.

O problema é que toda mulher, ela é possessiva, esse negócio de mulher liberal, a mulher fala [que] assim: pode ir para a farra que eu fico em casa, isso é chifre na cabeça, isso é mentira. Não tem mulher que aceita isso, nós não aceitamos, elas também não aceitam. Quando há muita liberdade, esse negócio... (GHR2)

Mulher é brava, toda mulher é brava, não tem esse papo não, toda mulher é brava, não tem mulher mansa não. (GHR3)

Olha, eu vou sair porque minha mulher me chamou (risos). Como eu não sou doido... (GHR2)

Essa mulher 'brava' é o oposto da mulher submissa dos papéis tradicionais de gênero. A mulher 'brava' cobra, sugere, participa, conhece o marido e é ativa sexualmente. Diante dessa nova mulher, a negociação parece ser uma das alternativas para a manutenção do relacionamento amoroso.

Porque a característica da mulher, como a gente estava falando, antigamente, ela era submissa. (...). A mulher era muito submissa e hoje não, hoje, meu amigo, você... se você não vai ajudar dentro de casa, se você não for parceiro, dar condições de ter... ela vai te cobrar isso. (GHR1)

Se você não levar um lero, você não entra mais dentro de casa não. (GHR2)

Além da negociação constante, o casamento, para ser duradouro, precisa de investimento e trabalho. É mencionado que é importante que o homem seja fiel, tenha sabedoria e envolva a espiritualidade na relação.

A mulher contribui muito para a felicidade do casamento, mas nós também podemos contribuir muito, mas para isso tem que

estar sensato, voltado para dentro dessa relação, eu quero viver com essa mulher, porque tem hora que dá vontade de largar tudo e ir embora! Eu vou largar essa porra e vou sumir! Essa mulher só me enche o saco! Mas na verdade não é isso, é aquele momento, então você tem que ter frieza, para poder manter um casamento, sabedoria. Eu acho que envolver Deus num projeto de relacionamento é muito bom. (GHR2)

A fala acima também apresenta a dificuldade que é a convivência conjugal e retoma a questão da mulher 'brava' que cobra e exige. Há a avaliação de que a mulher, por vezes, exagera na 'braveza'. O equilíbrio entre as expectativas masculinas em termos dos papéis de cada um no casamento e a realidade também vai contribuir na manutenção do casamento.

Além dos fatores que contribuem para a manutenção do casamento citados acima, o fator romantismo também foi mencionado. Os homens concordam que a mulher é diferente do homem em relação ao sexo, sendo, então, importante o romantismo para a relação sexual.

Na relação do sexo, na relação da cabeça, nós somos muito mais práticos do que a mulher, e você tem que botar um pouco de romantismo no seu... dentro da sua convivência para poder ela não ficar desgastada. (GHR2)

O segundo casamento, especialmente quando já há filhos do primeiro casamento, como foi observado no grupo de mulheres recasadas, envolve diversas pessoas (filhos, enteados, ex-mulher, ex-marido, entre outros) tornando mais complexa a relação. Diante da complexidade, os envolvidos devem procurar os ajustes necessários para que a relação permaneça duradoura.

Eu procuro administrar, tento trazer para dentro da minha casa, entendeu? Também não tento isso aí para lá também, mas tento

buscar a união, encaixar as pedras aí... mas... é complicado. (GHR3)

Eu me separei e trouxe os meus filhos para morar comigo. (...). E aí eu volto para o segundo relacionamento com uma pessoa de vinte e três anos de idade e com dois filhos, quer dizer, você imagina como é a cabeça de uma recém, né?... e já está encarando dois filhos e um cara separado, mais maduro... mas é o que eu falo, é a cumplicidade, e isso não é fácil. (GHR1)

Os ajustes envolvem a nova mulher com os filhos. Esse ajuste depende de vários fatores, dois dos quais foram citados: a idade dos filhos e a forma como se deu a separação dos pais. Os filhos adultos parecem lidar sem muito problema com a nova esposa do pai. Os filhos, quando crianças, sofrem grande interferência da mãe, e a facilidade ou dificuldade da criança com a nova esposa do pai dependerá muito de como a mãe vai lidar com isso.

Aí a preocupação da [minha esposa], ela falou para mim, você... será que a [sua filha] me receberia na casa dela? Eu: eu acho que sim, mas vamos perguntar, né. Porque como é que eu vou chegar lá, né?, trouxe a [minha esposa] comigo. Eu liguei para a minha filha: Eu vou passar uns dias aí no Rio, aí no meu quartinho do computador, dá para levar a minha mulher? Não, tranquilo pai, pode trazer. (GHR4)

O meu deu um problema sério, sabe o que foi? Como eu separei e juntei logo, a antiga achava que eu tinha alguma coisa com a nova. (...) Ela entende dessa forma, aí o resultado? Proibiu o meu filho nove meses de ir na minha casa. (GHR3)

É, no meu caso, no caso dele, por exemplo, a atual dele pegou as crianças pequenas, quer dizer, ainda existe um apego porque pegou eles pequenininho... por exemplo, a minha atual já pegou adolescente, já com a cabeça mais ou menos formada e a mãe

ainda buzinando na orelha o tempo todo, quer dizer, só propaganda do PT no ouvido (risos). (GHR3)

A ausência da ex-esposa interfere de outra forma na relação. Primeiro, a responsabilidade pelos filhos recai sobre a nova esposa; inicia-se um casamento com filhos. Segundo, não existe uma interferência ativa da ex-esposa; a interferência permanece no imaginário dos filhos, uma vez que é normal que sintam falta de suas mães.

Outro ajuste necessário envolve os filhos do primeiro casamento com os filhos do segundo casamento. Esses ajustes, como foi observado na fala das mulheres recasadas, parecem ser tranquilos, as crianças conseguem lidar bem com os novos irmãos.

[A relação entre irmãos] É muito boa. Apesar de que a diferença de idade é muito grande, mas é muito boa. (GHR3)

O conjunto do discurso sobre casamento relaciona companheirismo, parceria, negociação, amizade e amor. Esses elementos precisam estar presentes para a manutenção do casamento. O amor, mais especificamente, é fundamental pois é o que dá sustentação aos outros elementos. A fala abaixo explica muito bem isso.

[O amor] é o peixe da moqueca. Porque a moqueca sem o badejo, sem o namorado, sem o dourado não vai ser uma moqueca. (GHR4)

Alguns elementos do discurso desse grupo se assemelham aos dos outros grupos de homens e alguns elementos se diferenciam. Os elementos que se assemelham estão relacionados aos fatores que favorecem a decisão e a manutenção do casamento, e os elementos que se distanciam referem-se ao

papel central da mulher na vida do homem (marido) e na expressão dos sentimentos.

O casamento para esse grupo deve ser um espaço que possibilite a felicidade, e, uma vez que isso não ocorre, tem-se o motivo para a separação. A felicidade no casamento ocorre na medida em que existe diálogo, afinidade de objetivos, companheirismo e amor. É importante ressaltar que todos os grupos de homens, diferentemente do grupo de mulheres, mencionaram a importância do fator “mesmos objetivos” para a manutenção do casamento.

A representação social de amor, para esses homens, é similar à dos homens casados, ou seja, não está associada a elementos do amor romântico; está associada a palavras como querer ficar junto e companheirismo. Além disso, o amor, para o grupo de homens recasados, também pode se desgastar com o tempo e, por isso, precisa de dedicação e trabalho. O elemento novo nesta representação é a descrição do tipo de trabalho e dedicação, que não envolve apenas compreensão, companheirismo e respeito (citado pelos homens casados), mas também estar atento às necessidades femininas, especialmente em relação aos aspectos do romantismo.

A separação é experienciada, como nos outros grupos, como um processo difícil. As dificuldades relacionadas por quem passa por uma separação são a distância do filho, a necessidade de refazer o círculo social e a perda financeira. Com a separação, esses homens viram-se solteiros novamente. É importante ressaltar que a solteirice vivida por esse grupo se deu em momento histórico diferente da do grupo de homens separados. A vida de solteiro é mencionada como uma vida sem direção, que pode inclusive trazer consequências negativas

para o desenvolvimento profissional, financeiro e afetivo. A maneira de romper com essa forma de vida é casar-se com uma mulher companheira.

A mulher é vista como uma parceira que vai dar direção à vida do marido. Nesse caso, o papel da mulher é ativo, ela vai cobrar, exigir, persuadir, mas também tem o papel de ser o 'porto seguro' do marido, uma vez que vai ouvir, aconselhar. O relacionamento com essa mulher exige do marido capacidade de negociação, aspecto nem sempre avaliado como algo fácil.

O novo casamento possui uma complexidade maior que o primeiro, por envolver mais pessoas (filhos do primeiro casamento e ex-esposa). O novo relacionamento pode ser afetado de forma negativa caso o processo de divórcio não tenha sido resolvido adequadamente.

Foi apresentada a análise do discurso por grupo. A seguir, será feita uma segunda análise dos dados, tendo como base a TRS. Esta segunda análise será apresentada juntamente com a discussão dos dados.

9 DISCUSSÃO: O CAMPO REPRESENTACIONAL DA CONJUGALIDADE

O presente estudo insere-se no campo da Psicologia Social, uma vez que se propõe integrar o social e o indivíduo, entendendo que tanto o social quanto o indivíduo contribuem para a construção da realidade e dos aspectos específicos da identidade do indivíduo. Essa forma de conceber a relação entre social e indivíduo não separa as duas instâncias, ao contrário, elabora uma relação em que um está contido no outro, ou seja, torna-se impossível a compreensão de um sem a compreensão do outro. A separação das instâncias indivíduo e social faz-se, por vezes, na tentativa didática de compreender essa relação.

No âmbito da Psicologia Social, a Teoria das Representações Sociais (TRS) mostra-se profícua na tentativa de entendimento do tema em questão, como foi apresentado anteriormente. A partir da TRS, busca-se (1) analisar os elementos constituintes das representações sociais; (2) compreender o processo de formação e transformações das representações sociais na comparação entre os grupos e (3) verificar as representações sociais como orientadoras de práticas sociais.

Diante dessas três questões, é importante fazer alguns esclarecimentos. Analisar os elementos de uma representação social significa entender que a representação social de um objeto é composta por diversos significados que possuem uma coerência e que dão sustentação à representação social (Flament, 2001). A Teoria do Núcleo Central proposta por Abric (1998) é uma das abordagens da TRS que dá mais ênfase ao estudo da estrutura das representações sociais. Mais recentemente, este autor tem trabalhado em

verificar como diferentes objetos representacionais mantêm relação entre si (Abric, 2001). Isso pode ser observado a partir da relação entre os elementos que formam cada objeto de representação social, indicando a complexificação da abordagem estrutural da TRS. Nesse caso, fala-se em campo representacional (Andrade, 2000). No presente estudo verifica-se essa relação, uma vez que “o lugar de coerência do campo representativo do objeto x está na representação de objetos y, z,... mais ou menos ligados a x” (Flament, 2001, p. 174). Ou seja, a coerência do campo representacional da conjugalidade é verificada a partir das representações sociais dos objetos: casamento, separação, recasamento, amor.

O segundo item indica que um dos objetivos dos estudiosos da TRS é compreender o processo de formação e transformações das RS. Isso é possível quando se consideram os conceitos de ancoragem e objetivação propostos por Moscovici (Leme, 1995). Para uma análise mais completa é importante a utilização da abordagem de Doise (Martins, 2002), que propõe diferentes níveis de análise das representações sociais. Para esta abordagem, as representações sociais possuem elementos que são partilhados coletivamente, mas também possuem elementos que estão relacionados de maneira específica de acordo com o grupo de pertença (Doise, 2000). A diferença entre os grupos se dá a partir da forma como o objeto da representação é assimilado, de acordo com “as hierarquias de valores, as percepções que os indivíduos constroem das relações entre grupos e categorias e as experiências sociais que eles compartilham com o outro” (Doise, 2000, p. 12). Os níveis de análise se complexificam à medida que o pesquisador avalia os elementos compartilhados e os elementos específicos de cada grupo. A abordagem proposta por Doise será utilizada nesta tese a partir de

sua metodologia, ou seja, o termo nível de análise é entendido aqui como um constructo metodológico. Diante dessa ressalva, ao analisar a abordagem de Doise, fez-se necessário, para uma análise mais adequada dos resultados encontrados, uma ampliação dessa metodologia.

A metodologia de análise das RS proposta por Doise constitui-se de três fases. A primeira fase trata do levantamento das representações sociais presentes em todos os membros de determinado grupo. A segunda fase apresenta as diferenciações presentes nas representações sociais em cada sub-grupo. Na terceira fase verifica-se que as diferenciações observadas nas representações sociais estão ancoradas nas realidades simbólicas e coletivas de cada sub-grupo. (Doise, 2000)

Para a análise dos dados coletados utilizou-se quatro fases. Além das três fases citadas acima, foi feita também a análise dos processos de ancoragem dos objetos e elementos comuns observados em todos os grupos. Essa outra forma de analisar os dados é uma complementação a proposta de Doise (2000) e permitiu verificar as nuances entre os elementos comuns e diferentes entre o grupo como um todo e os grupos específicos.

Como categoria de análise para a diferenciação grupal, utilizou-se o gênero. Dessa forma, primeiro serão analisados todos os grupos em conjunto, e, depois, os grupos de mulheres e os grupos de homens.

O terceiro item tem como objetivo avaliar de que forma as representações sociais orientam uma prática. Dessa forma, acredita-se que “aquilo que fazemos em um dado momento, depende daquilo que pensamos então, ou daquilo que pensamos anteriormente” (Rouquette, 2000, p. 39). Essa análise se torna muito

importante no campo da Psicologia, uma vez que dá subsídios para a compreensão do comportamento humano.

9.1 ANÁLISE DOS ELEMENTOS COMUNS ENTRE OS GRUPOS E A SUA ANCORAGEM

Os conteúdos e a organização representacional de um determinado grupo são reflexos da posição social ou das funções que assumem as pessoas perante a sociedade (Jodelet, 2001). Isso significa que, mesmo que pessoas sejam diferentes e únicas devido à interação genética e ambiental, se estas compartilham um mesmo grupo social, elas compartilham valores, opiniões, crenças e comportamentos (Wolfgang, 1995). No caso da pesquisa em questão, os elementos comuns das representações sociais avaliadas referem-se aos elementos presentes à classe média e classe média-alta. Definir a condição social dos grupos estudados é fundamental, já que permite ao pesquisador avaliar e explicar o processo de origem e de transformação das representações sociais.

Antes de analisar os elementos de representação social comuns entre os grupos, é importante reafirmar que o estudo sobre o amor, um dos objetos focalizados, como revela a revisão bibliográfica, não é algo simples, pois o amor pode ser concebido a partir de diversos campos teóricos e ainda variar de acordo com o tempo e o contexto sócio-histórico.

Falar sobre amor, para os participantes, não foi tão simples. Em um primeiro momento aparecem frases como “*O que é o amor? Eu não sei*” (GMS) ou

“O amor é algo (...) que chega ser indefinido” (GHS) ou ainda *“Eu acho que não tem forma fácil de a gente falar racionalmente sobre o amor”* (GHC), mas, à medida que o grupo focal se desenvolveu e que as pessoas foram expressando suas opiniões, foram se explicitando as representações sociais do amor. Essas representações se dão a partir da vivência na conjugalidade. Dessa forma, as representações sociais do amor são definidas também pela vivência do casamento/ recasamento, além das trocas comunicacionais entre as pessoas e os grupos. De fato, como foi explicado anteriormente, a representação social de um determinado objeto ocorre a partir de um contexto repleto de significações, opiniões, desejos e produções simbólicas (Sobrinho, 1998). Consequentemente, a estrutura e o conteúdo de cada representação se configuram de acordo com um espaço social, — com a história de vida do indivíduo e o contexto em que ele se encontra, que, no caso deste estudo, é a vivência conjugal.

Verifica-se, inicialmente, que os objetos representacionais amor e casamento/ recasamento relacionam-se de maneira a formar um campo representacional que será chamado de campo representacional da conjugalidade. Esse campo representacional, de acordo com os dados, também é formado por outro elemento: separação conjugal. Para essa segunda análise dos dados, foi feito um levantamento das palavras associadas a cada um dos objetos de representação social tratado nesta pesquisa, o que se encontra no Quadro 02.

Quadro 02: Palavras comuns a todos os grupos associadas aos objetos amor, (re)casamento e separação conjugal

Amor	base de tudo, querer bem, dar atenção, tolerância, companheirismo, cumplicidade, sexo.
Casamento	tradição, constituir família, filhos, com a pessoa certa, próximo passo no relacionamento, companheirismo, respeito, troca, amor.
Recasamento	preocupação com filho, encontrar a pessoa certa, complexidade, amor.
Separação	difícil, sofrido, mudança, rompimento da família.

O amor é representado socialmente como a base do casamento, ou seja, sem amor, o casamento não tem sentido e não há razão para casar-se ou manter-se casado. Apenas um dos grupos (homens separados) menciona que amor e casamento não são necessariamente compatíveis e apresenta a vivência do amor sem o casamento.

A palavra casamento, nessa perspectiva, não abrange necessariamente um ritual religioso e/ ou um contrato civil, mas a convivência conjugal. O amor como elemento fundamental para o casamento é observado a partir dos impactos das transformações sociais e econômicas no formato do casamento (Beach & Tesser, 1988; Bulcroft & cols., 2000).

A representação social de amor pelos participantes é um tanto diferente da estabelecida por Sprecher e Metts (1999) e Giddens (1993) em relação ao amor romântico. Segundo esses autores, o amor romântico abrange: (1) crença no amor como aspecto central do casamento; (2) crença na existência de um único e verdadeiro amor; (3) crença de que o amor dura para sempre; (4) crença de que o amor supera todos os obstáculos; (5) crença na existência de amor à primeira vista; (6) associação do amor aos papéis de gênero.

De acordo com os dados, existem diferenças em relação ao grupo feminino e masculino, diferenças essas que serão tratadas posteriormente; todavia, de uma forma geral, verifica-se que a representação social de amor romântico para os participantes relaciona-se aos itens 1, 4 e 6. O item 2 e 3 também fazem parte da representação social de amor, contudo de forma modificada. Além dos itens citados, observa-se um novo elemento que, embora tenha sido referenciado de diversas maneiras pelos grupos (cumplicidade, companheirismo) tem a mesma ideia central: a parceria.

O item 5 não parece fazer parte da representação social do amor entre os homens, mas sim entre as mulheres.

Identificar o amor como essencial à convivência conjugal passa a ser importante à medida que a família nuclear se estabelece. A família nuclear, diferentemente da família estendida, restringe a convivência familiar cotidiana ao casal e ao filho. O amor romântico nesta realidade passa a ser funcional (Bulcroft & cols., 2000). O item 4 também é importante, já que a convivência restrita à família nuclear direciona todas as alegrias e frustrações àquelas pessoas, não pulverizando mais entre irmãos, primos, tios, entre outros. Nesse sentido, o amor precisa ser “forte” o suficiente para superar os obstáculos da convivência cotidiana. A tolerância se inscreve nesta representação social de amor.

O item 6 ainda é observado na atualidade, mas de forma bem mais branda do que o modelo nuclear esposa-mãe-protetora e marido-provedor (Rocha-Coutinho, 1994). A modificação nesse modelo tem se dado através da história influenciada pelos avanços tecnológicos (pílula contraceptiva) (Torres, 2000), pelo movimento feminista (DeSouza & cols., 2000) e pelo avanço do capitalismo e da

sociedade de consumo. É interessante avaliar essa mudança a partir deste último item, menos discutido do que os outros itens mencionados. Em uma sociedade capitalista e de consumo, os seus membros são avaliados por sua produção e contribuição a essa sociedade e por sua capacidade de consumo, ou seja, aquele membro que não contribui e não consome não se constitui como pertencente a essa sociedade, ou, pelo menos, coloca-se à sua margem. Com a inserção da mulher no mercado de trabalho, foi possível o seu reconhecimento como membro produtivo da sociedade e, portanto, capaz de impor-se. Essa realidade é observada na maioria dos participantes casados, pois ambos os membros do casal contribuem para o orçamento financeiro da casa. Apenas alguns participantes do grupo de homens recasados eram os únicos que recebiam proventos de seus trabalhos.

É importante ressaltar que existem gradações em cada família, uma vez que o processo de mudança não ocorre da mesma forma em todas as famílias (Wagner & cols., 2005). Observa-se ainda que, apesar de os dois membros do casal terem trabalhos remunerados, ainda cabe à mulher, na maioria dos casos, maiores responsabilidades sobre as atividades domésticas.

O item novo na representação social de amor é a parceria. É possível que se argumente que a parceria não seja um item novo, se se considerar que o modelo nuclear que tem os papéis tradicionais de gênero também envolve uma parceria em que cada membro do casal deve seguir o seu papel para que a parceria (de dois) funcione. Parceria, nesse caso, tem um outro elemento que a complementa: a cumplicidade. Ser cúmplice vai além de apenas cumprir um papel. Segundo o discurso dos participantes, a cumplicidade está associada a

uma carga afetiva, ou seja, ser cúmplice significa conhecer o outro afetivamente e profundamente e dar a atenção e o suporte afetivo necessário.

O item 3, como mencionado anteriormente, sofreu mudanças. Observa-se que a representação social de amor infinito (que dura para sempre) mudou para amor finito (eterno enquanto dura). O amor explicitado pelos participantes é o amor no casamento; dessa forma, quando o casamento acaba, significa que o amor também acabou e vice e versa.

De acordo com Beach e Tesser (1988) e Bulcroft e colaboradores (2000), a associação entre amor e casamento contribuiu significativamente para o aumento do número de divórcios. Para os participantes, de fato, é inconcebível um casamento sem amor. Isso só é possível quando há a impossibilidade de rompimento por fatores financeiros. A pressão familiar pode contribuir para o adiamento da separação, mas não a impede.

A palavra sexo, que aparece associada a RS de amor, será discutida posteriormente, uma vez que o sentido é diferente entre os grupos de homens e os grupos de mulheres.

Os elementos de representação levantados em relação ao amor referem-se à experiência da conjugalidade. É possível que estudos com jovens e adolescentes de classe média e média-alta e com a população de outras classes sociais não obtenham os mesmos elementos e a mesma configuração como indica a pesquisa desenvolvida por Nóbrega e colaboradores (2005).

Os elementos que são comuns entre os grupos e que dão significado à representação social de casamento são tradição, confirmação de um

relacionamento, construir família, filhos, amor, com a pessoa certa, companheirismo, troca e respeito.

O casamento é concebido como um ritual tradicional do qual fazem parte o culto religioso e a festa de casamento com todos os aspectos relacionados: vestido de noiva, damas de honra, bolo de noiva, entre outros. Essa ideia de casamento se relaciona à perspectiva de demonstrar, de alguma forma, aos amigos e familiares o novo espaço social que o casal assume. Dessa forma, há uma mudança no *status* do casal que, antes, era de namorados e passa a ser de casados. O casamento, para os participantes, então, é a próxima fase no relacionamento. Embora Bulcroft e colaboradores (2000) verifiquem a diminuição da importância social do casamento nos últimos tempos, o casamento continua sendo um marcador social importante para esse grupo.

Outro elemento que explica a representação social de casamento é a constituição de família. Família, aqui, é entendida a partir da vivência conjugal com filhos, ou seja, como família nuclear: pai, mãe e filhos. Sobre os filhos, acredita-se que o principal cuidador do filho deve ser a mãe, mas observa-se que é considerada positiva a participação mais ativa do pai no cuidado com o filho. É interessante ressaltar que as mães ainda têm certas ressalvas em relação à participação ativa do pai, mas essa participação se torna possível à medida que o pai assume comportamentos que demonstrem a sua capacidade. Esses dados corroboram as discussões em torno do novo modelo de paternidade no qual o pai atua de forma ativa nos cuidados corporais e necessidades afetivas do filho (Dantas, Jablonski & Féres-Carneiro, 2004).

Ao falar sobre casamento, os participantes retomam a palavra amor. Sendo assim, ao se falar de casamento, fala-se em amor e vice-versa, indicando a ligação dessas duas representações em um campo representacional. A representação social de casamento, como foi indicado acima, possui vários elementos, os quais estão associados aos outros elementos (pessoa certa, companheirismo, respeito e troca).

A partir do elemento representacional 'pessoa certa', é possível verificar a mudança na representação social de amor romântico referente à ideia de um único e verdadeiro amor (item 2) (Sprecher & Metts, 1999). À primeira vista, parece não ser muito diferente, entretanto existem diferenças. A ideia da existência de um único e verdadeiro amor indica que existem apenas duas pessoas em todo o mundo que foram feitas uma para a outra, e, quando essas pessoas se encontram, isso significa que serão felizes para o resto da vida. Já a ideia de encontrar a pessoa certa tem vários elementos que a tornam diferente. Primeiro, o casamento, para os participantes, ocorre apenas quando existe amor. Nesse sentido, quando se casa, acredita-se que encontrou a pessoa certa. Segundo, o casamento pode acabar junto com o fim do amor. Nesse caso, verificam-se duas possibilidades: (1) não encontrar a pessoa certa e, por isso, é necessário encontrar a pessoa certa para ser feliz – perspectiva que se aproxima bastante da ideia de único e verdadeiro amor, e (2) existem várias pessoas certas em momentos diferentes da vida. De acordo com os dados, as mulheres tendem a acreditar na primeira opção; os homens, na segunda opção.

É interessante observar que o elemento representacional 'pessoa certa' está associado à ideia de que um indivíduo é responsável pela felicidade de outro

indivíduo. Com isso, verifica-se ainda a ideia de completude que o elemento representacional 'único e verdadeiro amor' compreende. Nesse sentido, a felicidade ocorre quando 'o outro me completa'.

A representação social de casamento ainda contém os elementos de representação companheirismo, respeito e troca. Todos estes estão interligados e associados à ideia de parceria e cumplicidade, mencionada anteriormente sobre a representação social de amor. Nesse sentido, ser companheiro é conhecer afetivamente o cônjuge, dar o suporte de que ele necessita e respeitá-lo como pessoa. Esse processo deve ser recíproco, por isso os participantes mencionam a importância da troca no casamento.

A representação social de recasamento é semelhante à representação social de casamento, mas possui elementos novos em relação aos apresentados até o momento. As semelhanças relacionam-se a elementos como pessoa certa, companheirismo e amor. Estes elementos apresentam o recasamento como a segunda possibilidade de alcançar a satisfação e a felicidade.

Os elementos novos explicitam a complexidade da relação que se estabelece com o segundo casamento. Como indica Dias (2006), as novas configurações familiares trazem consigo o envolvimento de diversas pessoas (ex-esposa(o), filhos, novos parentes), o que de fato aumenta o nível de complexidade das relações estabelecidas.

A representação social da separação/divórcio também compõe o campo representacional da conjugalidade. Quatro são os elementos comuns que fazem parte da representação social da separação: difícil, sofrido, mudança, rompimento da família.

A palavra difícil aponta para a dificuldade que é passar por um processo de separação conjugal. Pesquisas que envolvem esse tema mostram que geralmente a separação é um processo muito sofrido (Féres-Carneiro, 1998).

A dificuldade relatada relaciona-se tanto ao aspecto afetivo da separação quanto ao aspecto prático. O sentimento de perda é relacionado ao sofrimento mencionado pelos participantes. O aspecto prático relatado envolve uma reorganização dos projetos de vida, mudança de hábitos e a necessidade de estabelecer novos vínculos sociais, ou seja, refere-se à palavra mudança.

O processo de separação promove uma reorganização da identidade (Féres-Carneiro, 1998), uma vez que o indivíduo deixa o *status* de casado para o de divorciado. Diante desse novo enquadramento social, observa-se um estranhamento nos vínculos afetivos e sociais estabelecidos previamente com outros casais. As pessoas demonstram não saber ao certo como tratar o indivíduo divorciado. De acordo com o discurso dos participantes, observa-se a tentativa de enquadrar o indivíduo divorciado nessa nova situação. A forma que se encontra é enquadrá-lo na posição de solteiro. O processo de ancoragem tem a função de dar um sentido inteligível dentro de um contexto e recorre a representações sociais já estabelecidas. Sendo assim, o indivíduo não mais casado assume o *status* de solteiro, para os amigos.

O *status* de solteiro, como indicam os participantes, não é bem visto pelos antigos amigos, uma vez que os solteiros são vistos como uma ameaça. No imaginário social, circula a ideia de que as pessoas precisam ser “vigiadas” ou ter algum impedimento para que não se relacionem sexualmente com outra pessoa. Isso ocorre tanto para as mulheres como para os homens, pois, nesse imaginário,

perpassa a imagem da mulher como Eva (Rocha-Coutinho, 1994) e do homem machista (DeSouza, Baldwin, Rosa, 2000).

Os indivíduos divorciados indicam não se sentirem confortáveis com os antigos amigos. Além da questão citada acima, vários podem ser os motivos que os façam sentir dessa maneira, como o fato de o convívio trazer lembranças do ex-cônjuge.

Um elemento também relacionado à representação social da separação é rompimento da família. Esse elemento se refere à relação entre o filho e o cônjuge que não ficou com o filho, ou seja, refere-se à preocupação que ambos os ex-cônjuges têm com a criação do filho sem a presença de um dos pais.

Em resumo, verifica-se que o lugar de coerência (Flament, 2001) do campo representacional da conjugalidade está na relação entre os objetos de representação amor, casamento/recasamento, separação/divórcio, que formam uma rede complexa e coerente, mas que contêm contradições (Laplantine, 2001; Flament, 2001; Jodelet, 2001). O campo representacional da conjugalidade tem o amor como base para o casamento apresentado como uma parceria. O amor, de acordo com os dados, permite a felicidade e a completude de um indivíduo, mas também favorece a tolerância de questões que podem não ser agradáveis para um indivíduo. Além disso, o objeto separação/divórcio relaciona-se, neste campo representacional, de forma a ressaltar o espaço social da conjugalidade que se faz diferente do espaço social de solteiro.

A ancoragem dos elementos do campo representacional da conjugalidade ocorre por meio das trocas comunicacionais e da experiência. Dessa forma, verifica-se que os sentidos observados são reflexos do espaço social de pertença.

O espaço social estudado tem, entre outras, as seguintes características: pequeno aumento no número de casamentos, aumento no número de divórcios, novas configurações familiares, redução do número de filhos por casal, valorização da participação das mulheres no mercado de trabalho. A partir da realidade exposta, observa-se que, diante das várias possibilidades conjugais, a vinculação afetiva e a busca da felicidade e da satisfação conjugal parecem ser os únicos elementos estáveis. O campo representacional da conjugalidade tem seus objetos e elementos representacionais, que, embora possam parecer contraditórios, são organizados de forma coerente com o objetivo de justificar justamente a busca da felicidade e a satisfação conjugal. Essa busca não é puramente hedonista, no sentido de fazer todas as vontades e desejos do indivíduo, uma vez que está associada a valores e crenças do que é certo e errado e a ideia de parceria, embora também esteja associada ao conceito de individualismo e ao avanço do sistema capitalista (Branden, 1980). A felicidade e a satisfação conjugal, então, parecem ser os elementos norteadores do processo de ancoragem, mas também das práticas sociais, inscrevendo-se nos processos de negociações do casal. Em outras palavras, a felicidade e a satisfação conjugal se apresentam como valores centrais dos indivíduos e, que, por isso, assumem a função de orientar a assimilação das representações sociais, assim como, de justificar as práticas utilizadas.

9.2 ANÁLISE DAS DIFERENÇAS GRUPAIS

A seguir, será feita a análise das diferenças nas representações sociais entre os grupos de mulheres e os grupos de homens. É importante ressaltar que serão analisados apenas os dados específicos de cada grupo para maior aprofundamento da análise feita no item anterior.

9.2.1 Análise dos elementos comuns entre os grupos de mulheres e a sua ancoragem

O conjunto do discurso feminino parece ter uma coerência interna, embora se percebam também certas diferenças entre os grupos. Na descrição dos resultados, os discursos foram analisados por grupo, o que demonstra as particularidades de cada um deles. Neste momento, serão avaliadas as semelhanças no discurso com o objetivo de apreender um maior número de percepções possíveis do universo feminino sobre o campo representacional da conjugalidade. No Quadro 03, encontram-se as palavras comuns aos grupos de mulheres, associadas aos objetos amor, (re)casamento e separação conjugal.

O objeto de representação social 'amor', além dos elementos citados anteriormente, também apresenta o elemento que caracteriza o amor como altruísta. Para as mulheres, amar significa doar-se por inteiro e fazer o máximo pela felicidade do outro. Essa representação social de amor relaciona-se à ideia de esposa-mãe (Rocha-Coutinho, 1994); isso porque, no modelo de família nuclear estabelecido com o surgimento da sociedade industrial, coube à mulher o cuidado e o afeto do marido e do filho, sendo esta a sua única responsabilidade.

Em outras palavras, à mulher coube dedicar a sua vida (ou amar mais do que a si mesma) ao seu marido e seu filho, para o bem e o futuro da família.

Quadro 03: Palavras comuns aos grupos de mulheres associadas aos objetos amor, (re)casamento e separação conjugal

Amor	doação, provas de amor, ter carinho e atenção, ter apoio, gostar, sexo.
Casamento	amor à primeira vista, estar apaixonada, escolha certa x escolha errada, desafio, adaptação das expectativas, sair da casa dos pais, traição.
Recasamento	(busca da) realização, homens são todos iguais.
Separação	sofrimento, culpa, fracasso, preparar o filho, recuperar a vida.

As transformações que possibilitaram à mulher certa igualdade ao homem no âmbito público trouxeram transformações no âmbito privado e nas representações sociais de amor. Para o conjunto de mulheres, na RS de amor, verifica-se que a ideia de doação não deve ser um comportamento específico feminino, mas deve ser masculino também. Ou seja, amar significa que ambos os envolvidos no relacionamento devem doar-se um pelo outro. O elemento prova de amor está relacionado ao elemento doação, uma vez que a doação passa a ser a prova de que um cônjuge ama o outro.

O sexo aparece associado ao amor, para essas mulheres. O sexo é vivido a partir do amor. Nesse sentido, o sexo valorizado pelas participantes é aquele que envolve esse sentimento. Um dado interessante que foi observado explicitamente entre as mulheres casadas é que o sexo pode ser usado como moeda de troca na relação. Além disso, o sexo, por vezes, é tratado como uma demanda masculina fora de contexto. Isso foi mais visível entre as mulheres casadas quando comentaram acerca da demanda do marido no período de resguardo após o parto.

A representação social de casamento contém elementos que mostram certa idealização. Existem elementos que indicam a proximidade com a ideia de amor à primeira vista e da existência de um único e verdadeiro amor. Além disso, ainda se verifica que o espaço do casamento é representado como um espaço em que a noiva terá as expectativas em termos de apoio, atenção e amor supridas. Essa idealização permanece caso o primeiro casamento tenha sido rompido. Ou seja, a realização no casamento e o casamento com a pessoa certa ainda são possíveis numa segunda ou terceira tentativa.

A representação social de casamento é adaptada com a convivência cotidiana do marido, daí a existência dos elementos de representação desafio e adaptação. Há um movimento, entretanto, na representação social de casamento, que sempre que o homem assume um comportamento esperado, há uma avaliação positiva desse comportamento o que faz com que as mulheres, reforcem a ancoragem da representação social de casamento nos elementos da memória relacionados à idealização de casamento. Isso é mais bem observado entre as mulheres casadas.

Outro elemento presente na representação social de casamento é sair da casa dos pais; mais especificamente, foi citado sair do domínio paterno. É importante ressaltar que esse elemento só esteve presente nos grupos de mulheres separadas e recasadas. Isso porque é provável que essas mulheres, com média de idade de 44,1 anos, tenham tido uma educação mais rigorosa do que as mulheres casadas que têm a média de idade de 31,6 anos, e, para elas, o casamento foi uma possibilidade de se libertar do domínio paterno.

O elemento traição permite uma análise importante sobre as mudanças nas representações de casamento e papéis de gênero. A dupla moral em relação à fidelidade (Silva, 1984; DeSouza & cols., 2000), observada anteriormente, não está presente no discurso dessas mulheres. A fidelidade deve ser observada por ambos os cônjuges. A traição é o elemento que indica o rompimento de uma relação de amor, para as mulheres.

O objeto de representação separação possui os elementos sofrimento, culpa, fracasso, preparar o filho e recuperar a vida.

A separação, para essas mulheres, é representada a partir do sofrimento e do sentimento de fracasso, uma vez que o ideal de casamento perfeito não se concretiza. Além desses sentimentos, o sentimento de culpa também faz parte dessa representação. A culpa relaciona-se à responsabilização da mulher sobre o sucesso e o fracasso do casamento. Embora no conteúdo do campo representacional da conjugalidade haja elementos que indiquem para a mudança no que trata da responsabilização dos dois cônjuges na manutenção do amor e do casamento, como citado anteriormente, observa-se que os elementos mais tradicionais de gênero também integram esse campo representacional.

Como afirma Abric (1998), o núcleo central de uma representação é determinado pelas condições históricas, sociológicas e ideológicas e, por isso, tem a propriedade de estabilidade. Embora mudanças possam ser observadas no sistema periférico de uma representação, essas mudanças adaptam-se de forma a manter o núcleo central estável, ou seja, a manter a sua significação. O núcleo central pode sofrer modificações, mas, quando isso acontece, todo o significado daquela representação se modifica.

É observado, então, um campo representacional que contém contradições – ao mesmo tempo em que ambos os cônjuges são responsáveis pela manutenção do casamento, quando o relacionamento acaba há uma maior responsabilização do fracasso sobre as mulheres. Embora haja contradições em uma representação social de um determinado objeto, essa contradição precisa encontrar um certo consenso funcional (Wagner, 2000). Diante disso, a ativação de um determinado elemento de uma representação social dependerá do momento social em que o indivíduo estiver. Esse movimento nas representações sociais pode ser observado também em outros objetos de representação tratados nesta pesquisa.

O objeto de representação separação também se refere ao filho do casamento que se rompeu. É interessante notar que, embora a ideia de fracasso permeie a representação da separação, essa ideia não se relaciona ao filho. Poderia, por exemplo, nessa representação, haver a presença do sentimento de pena e de perda em relação ao filho (como há na representação de separação entre os homens). Todavia, a separação neste aspecto é observada como uma situação que deve ser superada, ou seja, o filho pode até passar por dificuldades (embora não mencionadas pelas mulheres), mas superará o processo de separação. O filho, inclusive, é tido como a fonte de energia para a superação da situação do divórcio.

A questão explicitada acima refere-se à concepção de maternidade estabelecida com o processo de nuclearização da família (Rocha-Coutinho, 1994). Esse exemplo indica que a maternidade continua a ser um dos elementos importantes para a identidade da mulher atualmente.

Outro elemento presente na representação social de separação é recuperar a vida. Esse elemento se refere à ideia de perda, ou seja, só há necessidade de recuperar algo quando algo foi perdido. Neste caso, a perda refere-se ao investimento afetivo feito no casamento, que não obteve retorno.

O grupo de mulheres, embora compartilhe com os homens diversos aspectos do campo representacional da conjugalidade, apresenta alguns elementos que são específicos do universo feminino. O campo representacional da conjugalidade para as mulheres contém elementos de idealização do amor e do casamento que permanecem mesmo depois da experiência conjugal negativa, o que indica o fator afetivo e valorativo integrado à representação social. Isso porque há a busca de argumentos que justifiquem a permanência da idealização do amor e do casamento, mesmo após a confrontação com fatos concretos que neguem essa idealização. Observa-se empiricamente a concepção teórica de que as representações sociais são permeadas por elementos afetivos (Jodelet, 2001). Em outras palavras, “a memória predomina sobre a lógica, o passado sobre o presente” (Leme, 1995, p. 48).

Além disso, o campo representacional da conjugalidade relaciona os objetos amor, casamento e separação. Enquanto os dois primeiros apresentam elementos de representação social referentes à igualdade entre homem e mulher, o objeto separação está associado à maior responsabilização da mulher em relação à manutenção do casamento, indicando a contradição existente nesse campo representacional. A existência da contradição não é observada pelas mulheres. De fato, os dois elementos aparecem e não parecem contraditórios para essas mulheres.

9.2.2 Análise dos elementos comuns entre os grupos de homens e a sua ancoragem

O objetivo de levantar os elementos específicos do campo representacional da conjugalidade entre os homens segue a mesma lógica da análise dos elementos específicos ao grupo de mulheres, ou seja, buscam-se as semelhanças no discurso masculino para apreender um maior número de elementos representacionais possíveis do universo masculino. No Quadro 04, encontram-se as palavras comuns aos grupos de homens, associadas aos objetos amor, (re)casamento e separação conjugal. Dois elementos aparecem exclusivamente no GHS em relação ao objeto casamento. Esses elementos estão destacados em negrito no Quadro 04.

Quadro 04: Palavras comuns aos grupos de homens associadas aos objetos amor, (re)casamento e separação conjugal

Amor	felicidade, não é mágico, dedicação, exige trabalho, mesmo objetivo, admirar o outro, querer voltar para casa.
Casamento	tradição, oficializar, crescimento financeiro e profissional, constituir família, mesmos objetivos, comprometimento, fidelidade, exige trabalho, felicidade, sexo, agradar a mulher (GHS) , acomodação e controle (GHS) .
Recasamento	busca da felicidade.
Separação	distância do filho, perda financeira, preconceito em relação à mulher, vida de solteiro.

A representação de amor para os homens é diferente da apresentada pelas mulheres. Os homens parecem não idealizar o amor como as mulheres. Para esses participantes, o amor é possível e tem como principal função permitir a felicidade. Sob esse aspecto, a vida será feliz se contiver o sentimento amor.

Um elemento da representação social do amor específico do grupo masculino é que a manutenção do amor exige dedicação e trabalho. Em outras palavras, o amor não é algo que se sente apenas, mas que deve ser construído e alimentado para que permaneça. Os fatores que podem contribuir para a manutenção do amor são a afinidade de objetivos e a admiração pela parceira.

As pesquisas sobre satisfação conjugal sustentam esses achados. Existem resultados que indicam que a afinidade de objetivos e de outras áreas da vida conjugal como atividades de lazer, contribuem para a satisfação conjugal e, conseqüentemente, para a manutenção conjugal (Byrne & Murnen, 1988). Também foi observado que a percepção idealizada do parceiro pode contribuir para a satisfação conjugal (Dessen & Braz, 2005; Murray & Holmes, 1997), assim como uma avaliação positiva do parceiro está associada à manutenção do amor na relação conjugal (Byrne & Murnen, 1988). Nesse sentido, está o elemento admiração pelo parceiro, pertencente à RS de amor.

Um dado interessante é que os homens mencionaram a existência de um termômetro que aponta como está a relação: a vontade de ir para casa. Para os participantes, quando existe o sentimento de não querer ir para casa, significa que a relação já não está mais satisfatória. Esse dado chama atenção, pois apenas os homens apresentaram esse tipo de discurso. A menção da casa nesse sentido, refere-se ao espaço que é da mulher, de acordo com a divisão tradicional dos papéis de gênero, ou seja, o sentimento negativo em relação a ir para casa, refere-se ao sentimento negativo em ir ao encontro da esposa em seu espaço. No discurso masculino, verifica-se que a casa pode ser um espaço do casal quando o

relacionamento está satisfatório, entretanto, quando o relacionamento não está bem, a casa se torna o lugar no qual o homem não se sente bem.

A representação social de casamento tem elementos que são compartilhados por todos os homens e elementos que são específicos de um grupo (homens separados) ou dos outros grupos (homens casados e recasados). Por isso, será apresentada primeiramente a RS comum entre os participantes e depois os elementos específicos de cada um dos grupos.

O casamento é visto como um meio de oficializar, perante a lei e a sociedade, a união conjugal. É também um espaço que possibilita a felicidade e o crescimento financeiro e profissional. O aspecto felicidade é ressaltado quando se fala em um segundo casamento. Embora o grupo GHR tenha sido mais explícito sobre a importância do casamento e da esposa em suas vidas, todos os outros grupos também mencionaram essa relação.

Outro elemento presente na RS de casamento é constituir família. Embora este elemento esteja presente em todos os grupos, entre os homens aparece com uma conotação diferente. Outras pesquisas têm demonstrado que a RS de casamento aparece mais associado à família para os homens, enquanto que, para as mulheres, aparece mais associado à relação amorosa (Magalhães, 1993; Féres-Carneiro, 2001).

A família, para esses homens, aparece de forma idealizada. Embora os homens não tenham idealizado o amor e o casamento como as mulheres o fizeram, os homens idealizaram o modelo de família. O modelo idealizado é o modelo nuclear próximo ao descrito por Rocha-Coutinho (1994), a diferença está na participação mais ativa do pai no cuidado com o filho e a contribuição/ajuda da

mulher no orçamento familiar. De qualquer forma, há uma crença de que é um modelo adequado, o que indica a influência dos papéis tradicionais de gênero nas representações sociais de casamento.

A idealização da família aparece também vinculada à idealização da própria família de origem. Nesse caso, indica a vontade de reproduzir um modelo vivido, que na avaliação desses homens, deu certo.

Os outros elementos presentes na RS de casamento relacionam-se a aspectos que favorecem a manutenção do casamento, são eles: mesmos objetivos (elemento que também aparece na RS de amor), exigência de trabalho, comprometimento, fidelidade. Esses três últimos itens seguem a mesma lógica dos elementos dedicação e trabalho, pertencentes à RS de amor. Ou seja, para que o casamento funcione, é necessário trabalho e comprometimento, no sentido de acreditar que vai dar certo, e fidelidade.

O elemento fidelidade reflete, entre os homens, uma certa mudança na RS de casamento e nos papéis de gênero (também observada entre as mulheres). O modelo em que existe a dupla moral para homens e mulheres (Silva, 1984; DeSouza & cols., 2000) é modificado, já que também é responsabilidade do homem a fidelidade. Ainda existem elementos de representação entre os homens que demonstram que o desejo sexual masculino é mais difícil de controlar que o feminino, mas isso não isenta o homem de manter a fidelidade no casamento. Ao considerar a fidelidade responsabilidade dos dois membros do casal, observa-se a igualdade entre os cônjuges sobre esse aspecto, indicando um movimento na direção do alcance de maior equidade nas relações conjugais.

O sexo aparece relacionado à RS de casamento apenas entre os homens casados e recasados. O elemento sexo aparece com dois sentidos. O primeiro apresenta a necessidade do sexo para o casamento, e o segundo indica que o sexo, para a mulher, é diferente do que é para o homem. A partir disso, esses homens reconhecem que o sexo deve acontecer de forma que ambos estejam interessados, e, por isso, é necessário entender o tempo feminino e as necessidades femininas.

Para o grupo de homens separados, a RS de casamento também possui elementos negativos, como acomodação e controle. O casamento permite o controle de um cônjuge sobre o outro com a grande possibilidade de que esse controle se torne excessivo. O controle pode referir-se a qualquer comportamento do cônjuge, desde trabalhar, sair com os amigos até o modo de vestir. Outro aspecto mencionado indica que as pessoas podem acomodar-se a uma situação (casamento), mesmo que esta seja negativa por ter medo de romper com essa situação. A forma como esses homens interpretam o casamento pode ser fruto da experiência negativa que tiveram no relacionamento conjugal.

Para esses homens, o casamento ainda é um ritual e uma condição muito mais desejada pela mulher do que pelo homem. A visão machista é bem mais visível entre esses participantes, o que leva ao questionamento do porquê da visão diferente entre esses homens. Todos os participantes, a princípio, são homens de classe-média e profissionais e por isso compartilham valores, crenças e comportamentos, mas existem elementos específicos do grupo de homens separados que os diferencia. A diferença está na experiência que é partilhada por esses homens: a separação/ divórcio sem o recasamento.

A experiência é social à medida que só existe quando é reconhecida, compartilhada e confirmada pelos outros. Dessa forma, a experiência social é marcada pelos aspectos sociais de sua enunciação e de sua comunicação, possibilitando assim o encontro com as representações sociais (Jodelet, 2005). A experiência da separação contribui para uma imagem um tanto negativa e depreciativa da mulher, a de que a mulher é fútil e controladora. Fútil, por interessar-se em elementos alegóricos (aliança, vestido de noiva, usar o nome do marido) e, controladora, por querer controlar a vida do marido.

A representação social da separação entre os homens contém elementos bem distintos, se comparada com os grupos de mulheres. Todos os elementos relacionados referem-se à experiência vivida por esses participantes, ou à experiência vivida por amigos próximos.

A maioria dos participantes, com o processo de separação, perdeu o convívio diário com os filhos, que passaram a morar com a mãe. Diante disso, surgem elementos que indicam sentimentos de perda e de pena que estão associados à falta que faz a presença do pai na educação do filho. Esses sentimentos conseguem ser superados e ressignificados à medida que os pais estabelecem um vínculo com o filho, mesmo que à distância.

Além da distância do filho, quando os homens falam em separação, mencionam a perda financeira e suas consequências. De uma forma geral, os homens recasados deixaram a casa do casal para as ex-esposas.

Outro elemento que é citado sobre a separação é o preconceito em relação à mulher separada com filhos. Todos os grupos citaram essa questão. Isso indica que, embora muito já tenha sido feito sobre o preconceito em relação ao divórcio

e às mulheres, ainda se observa essa visão. A questão central do preconceito não é o fato de a mulher já ter sido casada, pois isso não foi uma questão para esses homens, a questão central é o filho. É provável que o preconceito esteja vinculado à visão do homem como provedor. Nesse caso, caberia ao homem prover para uma criança de um outro homem. Essa situação ainda apresenta a realidade de que o homem, ao assumir uma criança da qual não é o pai, terá que lidar também com o pai da criança, o que exige capacidade política para lidar com a situação.

Vida de solteiro é um elemento significativo que está presente na RS de separação. O elemento vida de solteiro gira em torno de bebida, mulheres e amigos. A vida de solteiro é comentada com alegria, e cada um dos participantes deu exemplos ilustrativos. Todavia, os homens casados/recasados também a representam como uma vida desregrada, que pode contribuir para a estagnação e o declínio profissional.

É importante ressaltar que o GHS, especificamente, apresenta uma visão negativa da mulher, ao relacioná-la à vida de solteiro. A ancoragem da representação social da nova postura da mulher se dá a partir do comportamento masculino, nesta perspectiva, para estes homens a mulher perde a feminilidade e também a noção de certo e errado ao se comportar diferentemente do modelo feminino tradicional e aproximar-se do comportamento masculino.

Diante de todos os elementos apresentados, verifica-se que o campo representacional da conjugalidade é complexo e composto por diversos elementos que se interrelacionam de forma a um dar sentido ao outro. O amor é um sentimento que permite a felicidade também dentro do casamento. O amor, entretanto, não é um sentimento que se mantém sozinho; precisa ser alimentado

e construído na convivência, por isso é importante existir afinidade entre os cônjuges (de objetivos, mas também de valores).

Além do amor, esse campo representacional possui a RS de casamento e separação. O casamento ou o recasamento é visto como um meio de oficializar uma união estável, mas também um espaço que permite aos indivíduos a felicidade e o crescimento profissional e financeiro, uma vez que estabelece uma conjugalidade que dá uma certa direção na vida desses indivíduos. Outro aspecto importante é que o casamento está associado a uma ideia de família idealizada, permeada pelos papéis tradicionais de gênero, mas, ao mesmo tempo, verificam-se mudanças na concepção tradicional dos papéis de gênero quando avaliados os elementos de representação fidelidade, sexo e paternidade.

A RS de separação indica elementos mais ou menos opostos aos elementos da RS de casamento. Aparecem elementos que falam da ruptura da idealização de família (distância do filho) e da perda financeira, com o fim do casamento. A perda financeira relaciona-se à divisão dos bens com a separação, mas também à vida de solteiro. Neste caso, a solteirice pode contribuir com a dificuldade em traçar novos objetivos que direcionem o homem para o crescimento profissional e financeiro.

9.3 A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DO AMOR E AS TEORIAS SOBRE O AMOR

A utilização do referencial teórico da Teoria das Representações Sociais demonstrou ser mais pertinente se comparado com a das outras teorias apresentadas anteriormente para o estudo do amor. A TRS apresenta a característica de considerar a participação ativa do indivíduo na construção da realidade por meio da transformação do que não é familiar em familiar, e ao mesmo tempo integra nessa perspectiva a influência dos aspectos socioculturais na construção dessa realidade, não esquecendo, dessa forma, o contexto em que o indivíduo está inserido.

Diante dessas características, é importante retomar as teorias propostas sobre o amor, são elas: Tipificações do Amor, de Lee; Teoria de Apego, de Shaver, Hazan e Bradshaw e Teoria Triangular do Amor, de Sternberg.

A Teoria sobre as Tipificações de Amor tem como objetivo identificar as possíveis formas de amor encontradas na sociedade ocidental. As formas encontradas podem ser divididas em formas básicas e formas secundárias. As formas básicas apresentam três tipos de amor (Eros, Ludus e Storge), e podem ser mescladas entre si para constituir outros tipos de amor (Ágape, Mania, Pragma, Predomínio Ludus + Eros, Predomínio Storge + Eros, Predomínio Storge + Ludus).

A Teoria das Tipificações do Amor, embora deixe espaço para que novas formas de amor sejam encontradas, acaba por rotular as expressões de amor possíveis. Além disso, não se aprofunda na análise da relação amorosa entre os parceiros. Essa teoria parte da premissa de que existe uma escolha mais

acertada em relação ao parceiro, ou seja, a relação será duradoura se os estilos de amor combinarem entre si. A complexidade dos elementos envolvidos na relação, apresentada pela literatura e pelos resultados encontrados, demonstra, entretanto, que apenas o estilo de amor não é suficiente para prever a duração ou o nível de satisfação da relação amorosa.

A Teoria dos Estilos de Apego também apresenta limitações. A Teoria de Apego propõe que a forma como se dá a relação entre o cuidador e a criança determina como essa criança vai estabelecer laços amorosos em seu futuro. A limitação mais importante dessa teoria é afirmar que a relação com o cuidador na infância será determinante na forma como o indivíduo vai se relacionar afetivamente no futuro. Essa afirmação desconsidera que o indivíduo também faz parte de vários contextos sociais, além da família, e que também, de alguma forma, influenciam o indivíduo. A teoria aponta para a importância da família na formação do sujeito, fato bastante comprovado por várias pesquisas. A questão a que cabe crítica é justamente o papel determinante que a família possui sobre o indivíduo. Estudos mais recentes sobre a resiliência, realizados por Werner e Smith (1982) e descritos por Yunes (2003), revelaram que crianças que viveram em ambientes considerados de risco (pobreza, estresse perinatal, cuidados parentais deficientes – pais alcoólatras ou com distúrbios mentais) não desenvolveram problemas relacionados à aprendizagem ou ao comportamento, ou seja, tornaram-se “adultos competentes capazes de amar, trabalhar, brincar/divertir-se e ter expectativas” (Yunes, 2003, p. 79). Esses achados indicam que outros fatores, além da família, também contribuem para a maneira como o indivíduo vai lidar com as relações afetivas em sua vida.

Os estudos sobre resiliência indicam que o ser humano pode manifestar resultados desenvolvimentais esperados (afetivo, comportamental e cognitivo) apesar dos riscos presentes no ambiente, que podem comprometer esse processo. Além disso, estes estudos também demonstram que, mesmo com a presença de riscos no ambiente, o nível de certas competências é mantido e que o ser humano possui a capacidade para recuperar-se das adversidades que experiência ao longo da sua trajetória de vida (Silva, Elsen & Lacharité, 2003).

Os resultados encontrados permitem verificar que os modelos afetivos aprendidos na vivência familiar são de grande importância para o indivíduo, mas isso não significa que esses modelos serão inteiramente reproduzidos. Ao indivíduo observa-se a possibilidade de representar um objeto. Nesse caso, como foi afirmado anteriormente, reproduzir significa reconstruir e modificar este objeto (Banchs, 2000) a partir das várias inserções sociais que o indivíduo possui ao longo de sua vida.

A terceira teoria, a Teoria Triangular do Amor, apresenta em seu corpo teórico três elementos constitutivos da relação amorosa: comprometimento, envolvimento sexual e proximidade (intimidade), que podem ser articulados de diferentes maneiras para gerar diferentes tipos de relacionamento. Dessa teoria, é interessante observar os três elementos presentes na relação amorosa.

Os resultados encontrados nesta pesquisa referem-se ao relacionamento conjugal em um casamento ou união estável. Dessa forma, não abordam os relacionamentos de namoro ou de curta duração, aspecto que pode ser estudado em outras pesquisas. A partir da realidade conjugal, os três elementos propostos por Sternberg (1988) são observados nos resultados encontrados entre os

participantes desta pesquisa. Como mostram Beach e Tesser (1988), de fato, esses três elementos estão de acordo com o uso moderno da palavra amor.

O comprometimento está relacionado a duas questões: (1) a verificação ou não da existência do sentimento amor na relação e (2) a vontade em fazer o esforço necessário para a manutenção desse sentimento (Sternberg, 1988). Essas questões são observadas nos resultados encontrados. O amor é o elemento fundamental para a existência e a manutenção do relacionamento conjugal. Além disso, a manutenção do amor e do relacionamento exige um certo esforço e compromisso por parte dos cônjuges.

A fidelidade, como mencionado anteriormente, também pode estar relacionada ao item comprometimento. As falas sobre essa questão indicam que a fidelidade permanece como um valor essencial no casamento, como aponta Bawin-Legros (2004), tanto para homens quanto para as mulheres.

O envolvimento sexual é o segundo elemento apresentado como importante para a existência de um relacionamento amoroso. Os resultados encontrados concordam com a Teoria Triangular do Amor; contudo, também indicam que a forma como homens e mulheres representam o sexo é diferente. Entender essa diferença é importante, uma vez que pode contribuir para o entendimento dos possíveis problemas e conflitos enfrentados pelos casais.

O terceiro elemento proposto é a intimidade, que significa a proximidade e os laços emocionais desenvolvidos entre o casal. Embora a palavra intimidade não tenha aparecido no repertório linguístico dos participantes, diversas palavras que mantêm relação semântica com esta foram citadas, tais como: cumplicidade, troca e companheirismo.

Os achados corroboram em parte a Teoria Triangular do Amor, pois apontam para a importância dos três elementos apresentados por essa teoria para o estabelecimento de uma relação amorosa. Os achados, todavia, indicam que outros elementos também contribuem para o estabelecimento de uma relação amorosa satisfatória, como a idealização da relação afetiva, as expectativas em termos de papéis e de objetivos e a negociação como a ferramenta principal para a manutenção da relação.

A representação social do amor faz parte do campo representacional da conjugalidade e possui diversos elementos, como foi apresentado anteriormente, o que indica a sua complexidade. A tentativa de criar teorias que abarquem e sistematizem a complexidade do amor é válida; porém, dificilmente elas apreenderão toda essa complexidade. A Teoria da Representação Social também apresenta lacunas; todavia, possibilita a compreensão da ancoragem das representações e o impacto dessas representações nas práticas cotidianas, o que dá subsídios para uma compreensão mais apurada dos comportamentos verificados atualmente. A seguir, serão discutidos os impactos do campo representacional da conjugalidade nas práticas cotidianas.

9.4 O CAMPO REPRESENTACIONAL DA CONJUGALIDADE E AS PRÁTICAS CONJUGAIS

As representações sociais, enquanto um sistema de interpretação, regem as relações dos indivíduos com o mundo e com os outros (Jodelet, 2001). Dessa

forma, orientam e organizam as condutas e as comunicações sociais. Diante desse constructo, verifica-se a importância do estudo das RS sobre a conjugalidade. É a partir das interações sociais que se organizam e se sistematizam ideias, valores e opiniões sobre a conjugalidade, de forma a orientar os indivíduos em sua conduta na relação a dois e em família. Portanto, compreender essas questões permite conhecer mais sobre a realidade contemporânea da conjugalidade.

Diante dos dados observados, verifica-se que, de fato, a vivência na conjugalidade é um valor importante, seja como marco social, seja como forma de viver a intimidade e o vínculo afetivo. Verifica-se, entretanto, um peso maior na compreensão do casamento como um espaço para a experiência afetiva. Diante disso, observa-se que o casamento deixa de ser uma instituição com regras e valores bem definidos para ser um espaço relacional (Sinlgy, 2007) que precisa ser satisfatório para ambos os envolvidos.

Essa forma de ver o casamento tem como reflexo as novas formas de contrato nupcial indicada pelos participantes. Essa nova forma, também chamada de contrato de convivência, é semelhante ao pacto antenupcial dos casados no cartório. Nesse documento, os parceiros estipulam, com a ajuda de um advogado, o regime de bens (Martins, 2001). O contrato de convivência permite flexibilidade aos envolvidos, ou seja, é possível escolher os termos do contrato, diferentemente do contrato de casamento no cartório em que os termos já são previamente estabelecidos, são eles: regime de comunhão universal de bens, comunhão parcial de bens e separação total de bens.

Embora essa forma de união conjugal tenha sido citada, nenhum participante optou por esse tipo de união; a maioria era casada no civil. Apenas um participante tinha como estado civil a união estável. Os caminhos que levaram alguns dos participantes ao casamento, entretanto, não seguiram os padrões tradicionais: namorar, noivar, casar e morar junto. Alguns optaram por morar junto primeiro, para então casar, o que indica as modificações nesse aspecto, nas práticas conjugais.

Estes dados juntamente com as taxas de divórcios e casamentos demonstram que o casamento continua importante; o que mudou não foi o seu grau de importância, mas o seu formato. Estar casado significa viver em conjugalidade, que pode ser em coabitação, contrato de casamento, contrato de convivência, em casas separadas, entre outras formas.

O grande motivo para a realização do casamento é o amor, que está associado à ideia de completude. O casamento, entretanto, também está associado à ideia de parceria e negociação. Para viver o casamento dessa forma, é preciso a existência de constante conversação e ajustes entre os cônjuges, indicando a necessidade de habilidades comportamentais para uma relação satisfatória (Sprecher & Metts, 1999), além de afetos positivos recíprocos, como respeito à individualidade do outro, atenção, carinho, tolerância, amor entre outros. A presença dos elementos citados é de grande importância, pois favorecem e facilitam os processos de negociações conjugais, que podem envolver todos os aspectos da conjugalidade, entre os quais se pode citar: a divisão de tarefas domésticas, o cuidado com os filhos, a participação na renda da família, a proximidade da família de origem e a vivência da sexualidade.

A presença da negociação, de acordo com os dados, não indica necessariamente a presença de igualdade entre os gêneros, uma vez que as representações sociais do papel da mulher e do homem no casamento recebem grande influência dos modelos tradicionais de gênero, seja para as mulheres, seja para os homens. De acordo com Garcia e Tassara, (2001), o avanço da mulher no espaço público não foi o mesmo que no espaço privado, recaindo sobre as mulheres as responsabilidades do trabalho e das tarefas domésticas.

A realidade exposta por Garcia e Tassara (2001), mais recentemente, tem sofrido algumas modificações, uma vez que se observam diferentes modelos de família, a saber: os modelos que seguem a tradicional divisão de papéis, os que dividem as tarefas domésticas, os que têm a mulher como a única provedora do lar (Wagner & cols., 2005), entre outros.

Os diferentes modelos são reflexo da presença de novos elementos nas representações sociais dos papéis femininos e masculinos na conjugalidade, indicando a presença de igualdade entre homens e mulheres no que tange à negociação conjugal. Os dados também mostram que tanto as mulheres quanto os homens verificam que os dois têm poder para negociar os aspectos da conjugalidade. É possível que os homens se sintam desvalorizados nessa relação (aspecto mais bem observado entre os homens separados); entretanto, para a manutenção de uma relação satisfatória para ambas as partes, os ajustes e acordos são essenciais.

Apesar da presença de elementos de representação social relacionados à igualdade entre os sexos, nota-se, nas mulheres, a ausência de um discurso que faça reflexão e questione os papéis tradicionais de gênero. O discurso geralmente

gira em torno da não reprodução do comportamento materno ou da experiência vivida no primeiro casamento, quando o casamento era orientado para os papéis tradicionais de gênero, ou ainda da educação materna sobre a importância da profissão. Este dado chama atenção, ao se considerar que 87% das participantes possuem nível de escolaridade superior.

Diante disso, verifica-se que, no conjunto das falas dos participantes, o discurso sobre igualdade refere-se a direitos iguais entre os cônjuges, embora os deveres (mais relacionados às tarefas domésticas e ao cuidado com o filho) ainda estejam fortemente relacionados aos papéis tradicionais de gênero. Nesse contexto, as práticas conjugais relatadas, conseqüentemente, também seguem esse padrão. Em alguns casos, observa-se que a negociação ocorre de maneira igualitária (como, por exemplo, em relação à fidelidade); em outros momentos, a negociação se dá a partir de representações sociais relacionadas aos papéis tradicionais de gênero.

Parte desses resultados está próxima da proposta de Giddens (1993) sobre as mudanças nas relações conjugais. Verifica-se que o padrão de relacionamento afetivo/conjugal, em que cabia apenas à mulher satisfazer afetiva e sexualmente o marido, tem sofrido mudanças, no sentido de responsabilizar os dois membros do casal pela satisfação um do outro. É importante ressaltar que isso é um processo gradual, em que estão presentes tanto elementos mais tradicionais em relação aos papéis de gêneros, quanto elementos novos, engendrados de forma a estabelecer uma dinâmica coerente.

O espaço afetivo em que isso ocorre é chamado de relacionamento puro (Giddens, 1993). No relacionamento puro, os dois membros do casal têm papel

ativo na manutenção do casal, pois ambos devem proporcionar a satisfação do outro. Isso só é possível a partir da intimidade, entre os parceiros. Os resultados encontrados apontam justamente para a importância desses itens, ou seja, o casamento é o espaço da vivência da intimidade que só é possível quando os parceiros encontram no outro cumplicidade, companheirismo, parceria e respeito.

O casamento, diferentemente do relacionamento puro, tem incluído a família, ou seja, os filhos e os parentes. Devido ao foco da pesquisa, as respostas restringiram-se quase que exclusivamente aos filhos. No casamento, a presença dos filhos muda radicalmente a dinâmica conjugal para os participantes, tornando-se uma época de grandes reajustes na conjugalidade. Há a necessidade de abrir um espaço, que antes era exclusivo do casal, para os cuidados com o filho. A maioria dos participantes fala da angústia que é a vivência da parentalidade e das negociações conjugais e acentua a necessidade de um relacionamento baseado na parceria para a superação dessa fase. De fato, os estudos sobre satisfação conjugal e ciclo de vida do casal indicam que a chegada de um filho está associada à queda na satisfação conjugal devido à dificuldade inicial em reorganizar a situação familiar (Dessen & Braz, 2005).

Beach e Tesser (1988) acreditam que o aumento do número de divórcios está associado à presença do elemento amor como o mais importante para o casamento, ou seja, segundo esses autores, é difícil manter um casamento baseado única e exclusivamente no amor, uma vez que o amor pode acabar. É importante verificar de qual amor se está falando. Porque o amor apresentado pelos participantes não é apenas um sentimento; é algo complexo e envolve a presença de comportamentos que demonstrem a parceria entre o casal.

Os dados também indicam que os participantes possuem um ideal de casamento, o que faz com que tentem, de todas as formas, manter o casamento. A separação é um recurso que deve ser utilizado em última instância, seja para os homens, seja para as mulheres. A separação é vivida, justamente, por essa idealização do casamento, como um momento de ruptura muito grande dos sonhos e da realidade que se construiu. Essa ruptura é maior à medida que se verifica ser necessário construir novas amizades e novos espaços de lazer, diferentes daqueles de quando casado.

Sobre a dificuldade experienciada na separação, um fato merece maior consideração: a ameaça que os separados se tornam para os casados. Homens e mulheres relataram sobre o estigma de ser separado e como isso afeta a relação com os amigos. É interessante observar que, embora todos se sintam estigmatizados, a dinâmica desse processo de estigmatização é diferente de acordo com o gênero.

No caso da mulher separada, esta observa que as amigas casadas se sentem ameaçadas com a sua presença; o medo está na possibilidade de o marido interessar-se pela amiga separada ou de a amiga interessar-se pelo marido alheio, uma vez que esta não está mais casada. No caso do homem separado, este verifica que as mulheres dos amigos casados não gostam da sua presença, pois têm medo de que o amigo separado leve o marido para o 'mau caminho', uma vez que o interesse do homem separado é arrumar namoradas.

Observa-se, nessa dinâmica, que é sempre a mulher casada que se sente ameaçada com a presença dos indivíduos separados, seja homem, seja mulher. A estigmatização dos indivíduos separados está alicerçada na representação

social de homem ligada ao machismo (DeSouza & cols, 2000) e é utilizada pelas mulheres casadas como uma estratégia de manutenção do seu casamento.

Com a separação, outro fato relatado por todas as participantes mulheres é a dificuldade com que os homens vivenciam a separação. Parece que as dificuldades mencionadas estão relacionadas à falta de habilidade para lidar com as questões domésticas do cotidiano, fato não observado entre as mulheres. Na socialização feminina, há uma educação voltada tanto para as questões domésticas quanto para a vida profissional, preparando assim as meninas para a dupla jornada (Goldani, 2000). A socialização masculina não se dá da mesma forma, os meninos são geralmente preparados apenas para a vida profissional.

A forma como a socialização das crianças é realizada atualmente ainda está embasada nos papéis tradicionais de gênero, aspecto que prejudica mais especialmente os homens, quando esses se vêem sozinhos, sem alguém que cuide deles e dos afazeres domésticos.

O processo de separação pode ser um processo difícil e dolorido de reconstrução da identidade individual (Féres-Carneiro, 2003), mas, quando há crianças envolvidas, estas também podem sofrer bastante. A literatura recente tem indicado que as crianças podem passar pelo divórcio dos pais sem grandes consequências (Souza, 1999; Wagner, Falcke & Meza, 1997); contudo, isso vai depender muito de como os pais lidam com a separação conjugal.

Os dados indicam que tanto homens como mulheres se preocupam em como os filhos vão lidar com a separação. As mulheres parecem ser mais pragmáticas em relação a essa preocupação, quando mencionam que procuram preparar os filhos para a separação, aspecto não mencionado pelos homens. Os

homens mencionam o papel prejudicial da ausência do pai na vida do filho (considerando que a grande maioria das crianças fica com a mãe na separação). A forma como os membros do casal lidam com o tema separação com os filhos reflete os papéis tradicionais de mulher e de homem na conjugalidade, quando assumem os papéis de mãe e de pai. Embora se observe uma mudança no conceito de paternidade (Dantas; Jablonski & Féres-Carneiro, 2004), ainda há um certo distanciamento na relação pai e filho. Parece que alguns pais, no processo de separação, querem se fazer presentes para os filhos, mas não sabem lidar com os sentimentos envolvidos no processo de separação (do pai e do filho), deixando a mãe lidar com esses sentimentos. Essa questão pode ser prejudicial, uma vez que o diálogo e a transparência são de grande importância para a compreensão e o ajustamento dos filhos no processo do divórcio (Souza, 2000).

Um dado significativo da pesquisa, que merece atenção, é o discurso dos pais em relação aos filhos e o processo de separação. Embora as participantes mulheres relatem a preocupação com o filho na separação, a fala dos homens menciona um comportamento feminino que não leva em consideração o bem-estar dos filhos: a utilização do filho como “moeda” na negociação com o pai. Ao fazerem isso, as mulheres tanto privam os homens de participar da vida dos filhos como os filhos de participar da vida do pai. Este comportamento tem sido estudado, desde 1985, por Gardner, que o denominou de Síndrome de Alienação Parental. No Brasil, apenas recentemente, pesquisas têm sido realizadas sobre o assunto (Fonseca, 2006; Lago & Bandeira, 2008; Colcerniani, 2008). Apesar disso, tem havido grande discussão sobre a temática no meio jurídico e no âmbito da psicologia jurídica, indicando a relevância do assunto. A partir dessas

discussões, está em tramitação no Congresso Nacional o Projeto de Lei 4053/08, o qual tem como objetivo criar instrumentos para punir o genitor que cria condições para o estabelecimento da Síndrome de Alienação Parental. Devido a relevância do assunto, é importante que estudos específicos sejam realizados para o seu aprofundamento.

O recasamento é um fenômeno que tem acontecido com mais frequência, e tem tido poucos estudos brasileiros para sua maior compreensão (Marcondes, 2004; Guerriero; Oliveira & Souza, 1999). O presente estudo consegue apreender alguns aspectos sobre o fenômeno, que corroboram algumas pesquisas sobre o assunto e as complementa. Primeiro, há um desejo por parte das pessoas separadas de buscar um vínculo conjugal satisfatório. Dessa forma, após a separação, há uma tendência de as pessoas casarem-se novamente caso encontrem alguém para compartilhar a intimidade. Segundo, as relações estabelecidas possuem um nível de complexidade que faz com que essa segunda relação conjugal tenha uma dinâmica diferente da da primeira relação. Terceiro, as crianças conseguem lidar adequadamente com as mudanças vivenciadas quando os pais mantêm um relacionamento adequado após a separação e depois, com o recasamento. Quarto, no recasamento, a relação conjugal tende a ser mais igualitária em termos de papéis de gênero.

A vivência da conjugalidade parece ser um dos aspectos fundamentais da vida adulta. O campo representacional da conjugalidade indica que a vivência conjugal, por ser baseada no amor, permite o alcance da felicidade e uma certa completude do indivíduo. Nesse sentido, viver em conjugalidade significa ser amado, ser feliz e ser (mais ou menos) completo, dando ao indivíduo um lugar no

mundo, um sentimento de pertencimento e, ao mesmo tempo, de relevância. A constante busca por um parceiro visa-se ao cumprimento desse objetivo.

Costa (1998) afirma que essa concepção de amor existe apenas em sociedades nas quais o sujeito precisa afastar-se da rede cultural mais ampla. De fato, embora a família de origem tenha importância e presença na vida dos filhos, o casamento significa a constituição de uma nova família, com suas próprias regras e normas. É no casamento, então, que o indivíduo viverá a sua afetividade e intimidade, o que o torna no âmbito da vida do indivíduo, do ponto de vista psicológico, de grande relevância.

O segundo aspecto mencionado aponta para a maior complexidade para lidar com todas as pessoas envolvidas nas uniões conjugais subsequentes. A questão da complexidade refere-se à dificuldade de ajustes dos sentimentos e das obrigações dessas pessoas. A literatura mostra que esses ajustes levam em torno de três a cinco anos (Lima, 2008), indicando que não é um processo simples.

As dificuldades mencionadas pelos participantes, referentes ao recasamento, foram: aceitação do novo parceiro pelo filho; aceitação da nova nora pela família do marido; perda da posição de pai; relacionamento com os filhos do primeiro casamento do cônjuge; preocupação com o relacionamento entre meios-irmãos e coirmãos. Todos expressaram uma certa angústia durante o processo até a definição dos novos papéis. É interessante observar que as crianças, na visão dos pais, pareceram lidar melhor com a situação do que os pais, especialmente em relação aos novos irmãos. O comportamento da criança,

contudo, sofre grande interferência da mãe, que, se quiser, pode dificultar o processo de assimilação da nova situação pela criança.

Uma das grandes dificuldades no ajustamento da nova composição familiar é compartilhar determinados papéis, como o de pai e de mãe. Na nova composição familiar, por exemplo, a mãe vai precisar compartilhar a maternidade com outra mulher que vai assumir os filhos dela quando as crianças forem visitar o pai. Isso exige, por parte dos envolvidos, um redimensionamento e uma negociação dos papéis que irão desempenhar. As pessoas, normalmente, não estão preparadas para lidar com essa realidade (Kunrath, 2006), até porque é uma situação nova da qual ainda não existem modelos a serem observados. De qualquer forma, após os ajustamentos necessários, é possível que a nova configuração familiar seja funcional (Lima, 2008), como apontam os participantes recasados.

Outro aspecto observado sobre o recasamento é a tendência de ser um relacionamento mais igualitário em termos de papéis entre os gêneros. Esse aspecto também foi observado por Pascual (1992). A partir dos dados desse autor, pode-se pensar que a diferença observada entre o primeiro e o segundo casamento está relacionada estritamente ao período histórico em que cada casamento ocorreu (diferença aproximada de dez anos entre o primeiro e o segundo casamento). Os dados desta pesquisa, diferentemente, indicam uma predominância de papéis tradicionais de gênero em casais de primeiro casamento em relação a casais recasados, independentemente do período histórico. Esse achado aponta para a interferência de outro fator na configuração da relação conjugal. Observa-se, entre os participantes casados, uma maior idealização do

que seja casamento (incluídas também a questão do papel da mulher e do homem no casamento) do que entre os casais recasados, o que pode contribuir para que os casais de primeiro casamento reproduzam com mais intensidade os padrões tradicionais.

Diante dos resultados e das mudanças observadas na sociedade verifica-se que um aspecto relevante para um relacionamento conjugal satisfatório é a prática da negociação entre o casal. Pode-se afirmar que três questões contribuíram para isso: (1) a passagem da referência no grupo para a referência no indivíduo; (2) a transformação das normas que passaram a ser privadas (Bawin-Legros, 2001) e (3) as conquistas femininas pela luta da igualdade entre os sexos (Garcia & Tassara, 2001). A negociação e o diálogo permitirão, então, ao indivíduo e ao seu(sua) parceiro(a) decidir sobre como deve ser o relacionamento conjugal.

O processo de negociação não é fácil, por envolver duas individualidades. Cada indivíduo possui valores, crenças, desejos, experiências, frustrações, projetos de vida, entre outros, que constituem a sua individualidade e que precisarão ser constantemente revisitados na convivência conjugal, pois, com essa convivência, o indivíduo passa a partilhar com o outro tanto a sua individualidade quanto a individualidade do outro. O partilhar a individualidade significa, ao mesmo tempo, abrir-se para o outro e receber o outro e negociar de que forma essas individualidades possam ser vividas em conjunto com o objetivo de manter uma relação conjugal satisfatória.

A negociação pode ser entendida como um processo que busca o acordo por meio da comunicação, de forma que os envolvidos fiquem satisfeitos. Para

que o processo seja bem sucedido, alguns elementos precisam estar presentes, como o respeito à posição do outro, a tolerância (elementos citados pelos participantes), além da noção de que os acordos podem ser sempre renegociáveis e de habilidades comportamentais, citadas anteriormente.

Os resultados encontrados mostram como as representações sociais orientam as relações dos indivíduos com o mundo e com os outros (Jodelet, 2001). É importante ressaltar que a análise realizada apresenta limitações, uma vez que as relações apresentadas referem-se exclusivamente à fala dos participantes. Para uma análise mais objetiva e apurada, é necessário aplicar também um inventário sobre as práticas no cotidiano dos casais assim como realizar observações. Mesmo com essa limitação, pôde-se verificar que a compreensão do campo representacional da conjugalidade permite um maior entendimento das questões observadas hoje na relação conjugal e na família. Essa compreensão é de grande importância, especialmente, quando se observa um processo de mudança no assunto de interesse, como é o caso da conjugalidade e da família.

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou verificar o campo representacional da conjugalidade em indivíduos que estivessem (a) casados há até dez anos, (b) separados/ divorciados e (c) em seu segundo casamento e sua relação com as práticas cotidianas utilizadas. Para isso, utilizou-se a abordagem metodológica qualitativa. Foram realizados grupos focais com cada um dos grupos de interesse.

Os resultados confirmam que o campo representacional da conjugalidade é composto pelos objetos de representação social amor, casamento/recasamento, separação/divórcio, que formam uma rede complexa, coerente e, ao mesmo tempo, com contradições. A compreensão do campo representacional da conjugalidade permitiu o entendimento daquilo que é valorizado atualmente nos relacionamentos afetivo-amorosos e dos comportamentos relacionados.

Os dados mostraram que existem elementos do campo representacional da conjugalidade que são compartilhados por todos os participantes e elementos específicos do grupo de mulheres e de homens. Para a análise das diferenças grupais, foi considerada a categoria gênero, uma vez que essa categoria está relacionada ao amor e às questões conjugais, como ressaltou Giddens (1993). Os resultados encontrados indicaram que os papéis tradicionais de gênero estão presentes no relacionamento conjugal, mas também foram observadas mudanças nesses papéis de forma a torná-los mais igualitários.

A metodologia de análise utilizada, que amplia a proposta utilizada por Doise (2000), uma vez que faz, também, a análise do processo de ancoragem dos objetos e elementos comuns observados em todos os grupos, associada ao o

conceito de campo representacional permitiu verificar que a inserção social que os indivíduos ocupam ou as funções que assumem determinam tanto os conteúdos representacionais como a sua organização. Em outras palavras, embora os indivíduos partilhem objetos e elementos de representação, muito provavelmente por possuírem a mesma posição social; a organização desses objetos e elementos no campo representacional se dá de forma diferente quando se aprofunda a análise e se observa os grupos nos quais estes indivíduos estão inseridos.

Diante do campo representacional da conjugalidade, pôde-se observar que a sua configuração tem orientado práticas diferentes em relação à conjugalidade. Verificam-se novas formas de contrato nupcial, de viver a conjugalidade e de configurações familiares. Além disso, ressalta-se a prática da negociação como meio para o alcance da satisfação mútua dos membros do casal.

O estudo apresenta algumas limitações que podem ser superadas em pesquisas posteriores. As limitações referem-se ao recorte dado no delineamento metodológico. Verifica-se que, para uma análise mais apurada da relação entre representações sociais e práticas conjugais, é necessário realizar um inventário das práticas cotidianas utilizadas na conjugalidade, assim como, a observação dessas práticas.

Utilizou-se a abordagem da Psicologia Social, na perspectiva de integrar o social e o indivíduo. A partir dessa abordagem, optou-se pela Teoria das Representações Sociais para enfocar tanto a participação do indivíduo na construção da realidade quanto a influência da realidade na construção da subjetividade do indivíduo. Como resultado, verifica-se, de fato, como o indivíduo,

em seu cotidiano, constrói a conjugalidade, na medida em que define e escolhe os caminhos que quer percorrer na busca da felicidade conjugal, mas, ao mesmo tempo, recorre a crenças, valores e opiniões compartilhadas para desenhar esse caminho.

A Teoria das Representações Sociais mostrou ser um bom instrumento para a análise proposta, pois seu corpo teórico possui conceitos importantes “que funcionam como princípios gerais que oferecem uma estrutura de análise capaz de detalhar o processo de construção e gênese de uma representação social” (Almeida, 2005, p. 125), mas que, também, auxiliam no processo de compreensão da ação humana (Rouquette, 2000). Em outras palavras, a TRS permitiu fazer uma análise aprofundada sobre os aspectos da conjugalidade na atualidade.

A partir dos resultados encontrados, pôde-se verificar um terreno fértil para a realização de novos estudos. Entre as possibilidades de novas pesquisas estão:

- 1) verificar a influência da separação parental e o consequente recasamento dos pais nas RS de amor e de casamento entre os jovens;
- 2) analisar as consequências do fenômeno de alienação parental, tanto para os filhos quanto para o genitor que é alijado da convivência com o filho;
- 3) verificar junto a adolescentes e jovens solteiros o campo representacional da conjugalidade;
- 4) verificar o campo representacional da conjugalidade para casais homossexuais;
- 5) pesquisar outros objetos representacionais que podem estar presentes no campo representacional da conjugalidade como família, maternidade/paternidade, filhos, entre outros.

Muitas pesquisas ainda podem ser feitas para uma maior compreensão do fenômeno da conjugalidade. Mesmo assim, acredita-se que esta tese pôde contribuir para o aprofundamento do tema conjugalidade e das reflexões sobre o amor na atualidade.

11. REFERÊNCIAS

- Abric, J.C. (2001). O estudo experimental das representações sociais. In D. Jodelet (org.). As representações sociais. (pp. 155-172). Rio de Janeiro: EdUERJ.
- Abric, J.C. (1998) A abordagem estrutural das representações sociais. In Moreira A.S.P e Oliveira, D.C. (orgs.) Estudos interdisciplinares de representação social. (pp. 27-38). Goiânia: AB.
- Ainsworth, M. (1978). Patterns of attachment: A psychological study of the strange situation. Hillsdale: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers.
- Almeida, A.M.O. (2005). A pesquisa em representações sociais: proposições metodológicas. In M.F.S. Santos & A.M.O. Almeida (orgs.). Diálogos com a teoria da representação social. Ed. Universitária da UFPE.
- Alves-Mazzotti, a.J.; Gewandsznajder, F. (1998). O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo: Pioneira.
- Andrade, M.A.A. (2000). A identidade como representação e a representação da identidade. In A.S.P. Moreira & D.C. Oliveira (orgs.). Estudos interdisciplinares de representações sociais. (pp. 141-150). Goiânia: AB.
- Araújo, M.F. (2002). Amor, casamento e sexualidade: velhas e novas configurações. Psicologia: Ciência e Profissão, 22 (2), 70-77.
- Ariés, P. (S/D). História social da criança e da família. 2^a. ed. Rio de Janeiro: LTC Editora.
- Arruda, A. (2000). Representações sociais e movimentos sociais: grupos ecologistas e ecofeministas do Rio de Janeiro. In A.S.P. Moreira & D.C.

- Oliveira (orgs.). Estudos interdisciplinares de representações sociais. (pp. 49-70). Goiânia: AB.
- Banchs, M.A. (2000). Aproximaciones procesuales y estructurales al estudio de las representaciones sociales. Paper on social representations, 9, Peer Reviewed Online Journal, pp.3.1-3.15.
- Bauer, M.W.; Aarts, B. (2002). A construção do corpus: um princípio para a coleta de dados qualitativos. In M.W. Bauer & G. Gaskell (orgs.). Pesquisa qualitativa com texto imagem e som: um manual prático (pp. 64- 113). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Bawin-Legros, B. (2004). Intimacy and the new sentimental order. Current Sociology, 52 (2), 241-250.
- Bawin-Legros, B. (2001). Families in Europe: a private and political stake - intimacy and solidarity. Current Sociology, 49 (5), 49-65.
- Beach, S.R.H.; Tesser, A. (1988). Love in marriage: a cognitive account. In R.J. Sternberg & M.L. Barnes (orgs.). The Psychology of Love. (pp. 330-358). New York: Yale University.
- Berscheid, E. (1988). Some comments on love's anatomy: or, whatever happened to old fashioned lust? In R.J. Sternberg & M.L. Barnes (orgs.). The Psychology of Love. (pp.359-376). New York: Yale University.
- Biasoli-Alves, Z.M.M. (2000). Continuidades e rupturas no papel da mulher brasileira no século XX. Psicologia: Teoria e Pesquisa, 16 (3), 233-239.
- Biscotti, O. (2006). Terapia de pareja: una mirada sistémica. Buenos Aires: Lumens Humanitas
- Branden, N. (1980). The psychology of romantic love. New York: Tarcher Penguin.

- Braz, M.P.; Dessen, M.A. & Silva, N.L.P. (2005). Relações conjugais e parentais: uma comparação entre famílias de classes sociais baixa e média. Psicologia: Reflexão e Crítica, 18 (2), 51-161.
- Bowlby, J. (1989). Uma base segura: Aplicações clínicas da teoria do apego. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Bowlby, J. (2002). Apego: a natureza do vínculo. 3ª. ed. São Paulo: Martins Fontes.
- Bucher, J.S.N.R.; Rodrigues, M.A.M. (1990). Recasamento e recomposição familiar: questões metodológicas, de linguagem e das teorias. Psicologia: Teoria e Pesquisa, 6 (2), 155-169, Brasília.
- Bulcroft, R.; Bulcroft, K.; Bradley, K; Simpson C. (2000). The management and production of risk in romantic relationships: a postmodern paradox. Journal of Family History, 25 (1), 63-92.
- Byrne, D; Murnen, SK.(1988). Mantaining loving relationships. In R.J. Sternberg & M.L. Barnes (orgs.). The Psychology of Love. (pp.359-376) New York: Yale University.
- Camara dos Deputados (2009). Seguridade aprova projeto que pune pai ou mãe que incitar ódio no filho após separação. Resultado da reunião ordinária do dia 15/07/09 (quarta-feira). Disponível em:
<http://www2.camara.gov.br/comissoes/cssf/?searchterm=alienação%20parental>
- Campos, A.L.A. (2003). Casamento e família em São Paulo colonial: caminhos e descaminhos. Cap IV (itens 3 e 4). (pp. 534-556). São Paulo: Paz e Terra.

- Cardoso, G.P. & Arruda, A. (2005). As representações sociais da soropositividade e sua relação com a observância terapêutica. Ciência Saúde & Coletiva, 10 (1), 151-162.
- Colcerniani, C.B. (2008). Direito de família: um novo rumo ao lado da psicologia jurídica e da afetividade. Vox forensis. Disponível em: <http://bdjur.stj.gov.br/space/handle/2011/18300>
- Colman, A. M. (2003). Oxford Dictionary of Psychology. New York: Oxford University Press.
- Costa, J.F. (1998). Sem fraude nem favor: um estudo sobre o amor romântico. Rio de Janeiro, Rocco.
- Dalbem, J.X. & Dell'Aglio, D.D. (2005). Teoria do apego: bases conceituais e desenvolvimento dos modelos internos de funcionamento. Arquivos Brasileiros de Psicologia, 57 (1-2), 3-27.
- Dantas, C., Jablonski, B. & Féres-Carneiro, T. (2004). Paternidade: considerações sobre a relação pais-filhos após a separação conjugal. Paidéia, 14 (29), 347-357.
- Davis, D.; Shaver, R. & Vernon, M.L. (2003). Physical, emotional, and behavioral reactions to breaking up: the roles of gender, age, emotional involvement, and attachment style. Personality and Social Psychology Bulletin, 29 (7), 871-884.
- DeSouza, E., Baldwin, J.R. & Rosa, F.H. (2000). A construção social dos papéis sexuais femininos. Psicologia: Reflexão e Crítica, 13 (3), 485-496.
- Dessen, M.A. & Braz, M.P. (2005). As relações maritais e sua influencia nas relações parentais: implicações para o desenvolvimento da criança. In M.A.

- Dessen & A.L. Costa Junior (orgs.). A ciência do desenvolvimento humanos: tendências atuais e perspectivas futuras. (pp. 132-151). Porto Alegre: Artmed.
- Dias, M.L. (2006) Família & terapeutas: casamento, divórcio e parentesco. São Paulo: Vetor.
- Dias, M.B. (2006). Síndrome da alienação parental: o que é isso? Jus Navegandi 10 (1119). s/p.
- Dion, K.L.; Dion K.K. (1988). Romantic love: individual and cultural perspectives. In R.J. Sternberg & M.L. Barnes (orgs.). The Psychology of Love. (pp. 264-292). New York: Yale University.
- Doise, W. (2000). Da psicologia social à psicologia societal. Conferência proferida por ocasião da aula inaugural do Instituto de Psicologia, UnB, Brasília, Abril.
- Doise, W. (2001). Atitudes e representações sociais. In D. Jodelet (org.). As Representações Sociais. (pp.187-204). Rio de Janeiro: EdUERJ.
- Doise, W; Clémance, A; De Rosa, A.S.; Gonzalez, L. (1995). La représentation sociale des droits de l'homme: une recherche internationale sur l'étendue et les limites de l'universalité. Journal International de Psychologie, 30.
- Féres-Carneiro, T. & Magalhães, A.S. (2005). Conjugalidade dos pais e projeto dos filhos frente ao laço conjugal. In T. Féres-Carneiro (org.). Família e casal: efeitos da contemporaneidade. (pp. 111-121). Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio.
- Féres-Carneiro, T. (2003). Separação: o doloroso processo de dissolução da conjugalidade. Estudos de Psicologia, 8 (3), 367-374.

- Féres-Carneiro, T. (2001). Casamento contemporâneo: construção da identidade conjugal. In T. Féres-Carneiro (org.). Casamento e família: do social à clínica. (pp. 67-80). Rio de Janeiro: NAU.
- Féres-Carneiro, T. (1998). Casamento contemporâneo: o difícil convívio da individualidade com a conjugalidade. Psicologia: Reflexão e Crítica, 11(2), 379-394.
- Fisher, H. (2004). Why we love? The nature and chemistry of romantic love. New York: Owl Books.
- Flament, C. (2001). Estrutura e dinâmica das representações sociais. In D. Jodelet (org.). As representações sociais. (pp.173-186). Rio de Janeiro: EdUERJ.
- Flandrin, J.L. (1987). A vida sexual dos casados na sociedade antiga. In Ariès, P; Béjin, A. (orgs.). Sexualidades ocidentais (pp. 135-152). São Paulo: Brasiliense.
- Flora, J. & Segrin, C. (2003). Relational well-being and perception of relational history in married and dating couple. Journal of Social and Personal Relationships, 20 (4), 515-536.
- Fonseca, P.M.P.C.(2006). Síndrome de alienação parental. Pediatria, 28(3),162-168
- Foucault, M. (1988). História da sexualidade: a vontade de saber. vol 1. Rio de Janeiro: Graal.
- Gaskell, G. (2002). Entrevistas individuais e grupais. In M.W. Bauer & G. Gaskell (orgs.). Pesquisa qualitativa com texto imagem e som: um manual prático (pp. 64- 113). Petrópolis, RJ: Vozes.

- Garcia, M.L.T & Tassara, E.T.O. (2001). Estratégias de enfrentamento do cotidiano conjugal. Psicologia: Reflexão e Crítica, 14 (3), 635-642.
- Giddens, A. (1993). A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. São Paulo: Ed UNESP.
- Giffin, K. (1994). Violência de gênero, sexualidade e saúde. Cadernos de Saúde Pública, 18 (supl.1), pp. 146-155.
- Gill, R. (2002) Análise de discurso. In M.W. Bauer & G. Gaskell (orgs.), Pesquisa qualitativa com texto imagem e som: um manual prático (pp. 244-270). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Goldani, A.M. (2000). Gênero e família: Uma proposta para avaliar (des)igualdades. Anais do XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP, Caxambu, v.1, (pp.1-20). Disponível em:
http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/Todos/gent2_1.pdf.
- Goleman, D. (1995). Inteligência emocional: a teoria revolucionária que redefine o que é ser inteligente. (14ª ed.). Rio de Janeiro: Objetiva.
- Gomes, I.C.; Paiva, M.L.S.C. (2003). Casamento e família no Século XXI: possibilidades de holding. Psicologia em Estudo, 8, num. esp., 3-9.
- Gondim, S. M. G. (2002) . Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos. Paidéia, 12 (24), 149-162.
- Gonçalves, E (1998). Pensando o gênero como categoria de análise. Estudos de Gênero, 7, 41-60.
- Gottman, J.M. (1993). What predicts divorce? The relationship between marital process and marital outcomes. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, Inc., Publishers,

- Guareshi, N.M.F.; Medeiros, P.F.; Bruschi, M.E. (2003). Psicologia social e estudos culturais: rompendo fronteiras na produção do conhecimento. In N.M.F. Guareshi & M.E. Bruschi (orgs.). Psicologia social nos estudos culturais: perspectivas e desafios para uma nova psicologia social. (pp.23-50). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Guerreiro, I.C.Z.; Oliveira, A.L.; Souza, M.T.S. (1999). Famílias recasadas: uma análise da literatura psicológica. Psicologia Revista, (8), 77-96.
- Heilborn, M. L. (1994). De que gênero estamos falando? Sexualidade, Gênero e Sociedade, 1 (2), s/p. Disponível em:
<http://sistema.clam.org.br/biblioteca/files/de%20que%20genero%20estamos%20falando.pdf>
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2004). Estatísticas do Registro Civil, v. 31.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2007). Estatísticas do Registro Civil, v. 34.
- Jodelet, D. (2005). Experiência e representações sociais. In M.S.S. Menin & A.M. Shimizu (orgs.). Experiência e representação social: questões teóricas e metodológicas. (pp. 23-56). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Jodelet, D. (2001). Representações Sociais: Um Domínio em Expansão. In _____. (org.). As representações sociais. (pp.17-41). Rio de Janeiro, RJ: EdUERJ.
- Jodelet, D. (1989). Folies et représentations sociales. Paris, Presses Universitaires de France.

- Kunrath, L.H. (2006) Recasamento: novas oportunidades para o espaço conjugal. Pensando Famílias, 10 (1), 101-112.
- Krueger, R.A & Casey, M.A. (2000). Focus groups: a practical guide for applied research. 3rd. ed. California, USA: Sage publications.
- Lago, V.M. & Bandeira, D.R. (2008). As práticas em avaliação psicológica envolvendo disputa de guarda no Brasil. Avaliação Psicológica, 7(2), 223-234
- Lane, S.T.M. (1995). Usos e abusos do conceito de representação social. In M.J. Spink (org.). O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social. (pp.46-57). São Paulo: Brasiliense.
- Lane, S.T.M. (1995). A Psicologia Social e uma Nova Concepção do Homem para a Psicologia. In S.T.M. Lane & W. Codo (orgs.). Psicologia social: o homem em movimento. (pp.10-19). São Paulo: Brasiliense.
- Laplantine, F. (2001). Antropologia dos sistemas de representações da doença: sobre algumas pesquisas desenvolvidas na França contemporânea reexaminadas à luz de uma experiência brasileira. In D. Jodelet (org.). As representações sociais. (pp.241-259). Rio de Janeiro: EdUERJ.
- Lee, J.A. (1988). Loves-Styles. In R.J. Sternberg & M.L. Barnes (orgs.). The Psychology of Love. (pp. 38-67). New York: Yale University.
- Leme, M.A.V.S. (1995). O impacto da teoria das representações sociais. In M.J. Spink (org.). O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social. (pp.46-57). São Paulo: Brasiliense.

- Leone, E.T & Baltazar, P. (2008). A mulher na recuperação recente do mercado de trabalho brasileiro. Revista brasileira de estudos populacionais, 25(2), 233-249.
- Lima, I.B. (2008). Família reconstruída: a nova construção da conjugalidade. Revista de Enfermagem UFPE On Line, 2(3), 269-278. Disponível em: <http://www.ufpe.br/revistaenfermagem/index.php/enfermagem/article/viewFile/134/173>.
- Matos, M.I.S. (2003) Delineando corpos: as representações do feminino e do masculino no discurso médico (São Paulo, 1890-1930). In R. Soihet. O corpo feminino em debate. (pp. 107-127). São Paulo: Editora UNESP.
- Marcondes, G.S. (2004). As famílias de segundas uniões: um elo perdido na demografia da família. XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP. Caxambu – MG.
- Martins, A. (2001). O amor é lindo, mas... Morar junto gera direitos e deveres do casamento civil. Revista Veja, Ed. 1713.
- Martins, P.O. (2002). As expectativas do ter e o fracasso do ser: representações sociais de adolescência e suicídio entre adolescentes. Dissertação de Mestrado, Vitória – ES, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Centro de Ciências Humanas, UFES.
- Martins, P.O.; Trindade, Z.A.; Almeida, A.M.O. (2003). O ter e o ser: representações sociais da adolescência entre adolescentes de inserção urbana e rural. Psicologia: Reflexão e Crítica, 16 (3), 447-460.
- Macfarlane, A. (1990). História do Casamento e do Amor. São Paulo: Cia das Letras.

- Morgan, D.L. (1997). Focus groups as qualitative research. 2ªed. California, EUA: Sage Publications.
- Moscovici, S. (1961). La psychanalyse, son image et son public: étude sur la representation sociale de la psychanalyse. Paris, Presses Universitaires de France.
- Moscovici, S. (2001). Das representações coletivas às representações sociais: elementos para uma história. In D. Jodelet (org.). As representações sociais. (pp. 45-66). Rio de Janeiro: EdUERJ.
- Mosse, G. (1996). The image of man: the creation of modern masculinity. New York: Oxford University Press.
- Murray, S.L. & Holmes, J.G. (1997). A leap of Faith? Positive illusions in romantic relationships. Personality and Social Psychology Bulletin, 23, 586-604.
- Murstein, B. (1988). A taxonomy of love. In R.J. Sternberg & M.L. Barnes (orgs.). The Psychology of Love. (pp.13-37). New York: Yale University.
- Nóbrega, S.M.; Fontes, E.P.G.; Paula, F.M.S.M. (2005) Do amor e dor: representações sociais sobre o amor e o sofrimento psíquico. Estudos de Psicologia 22 (1), 77-87.
- Norgren, M.B.P., Souza, R.M., Kaslow, F, Hammerschmidt & Sharlin, S.A. (2004). Satisfação conjugal em casamentos de longa duração: uma construção possível. Estudos de Psicologia, 9 (3), 575-584.
- Nunes, S. A. (2000). O corpo do diabo entre a cruz e a caldeirinha: um estudo sobre a mulher, o masoquismo e a feminilidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Orlandi, E.P. (2001). Discurso e texto: formação e circulação dos sentidos.

Campinas, SP: Pontes.

Pascual, J.G. (1992). Interação das dimensões de individualidade e de

conjugalidade no recasamento. Revista de Psicologia, 9 (1/2), 10 (1/2), 129-144.

Peele, S. (1988). Fools for love: the romantic ideal, psychological theory, and

addictive love. In R.J. Sternberg & M.L. Barnes (orgs.). The Psychology of Love. (pp.159-190). New York: Yale University.

Ramires, V.R.R. (2004). As transições familiares: a perspectiva de crianças e pré-adolescentes. Psicologia em Estudo, 9 (2), 183-193.

Ramires, V.R.R. (1999). Até que a morte os separe? Psicologia Revista, 9, 25-38.

Rocha-Coutinho, M.L. (1994). Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares. Rio de Janeiro: Rocco.

Rasmussen, P.K. & Ferraro, K.J. (1979). The divorce process. Journal of Family and Economic Issues, 2 (4), 443-460

Rouquette, M.L. Representações e práticas sociais: alguns elementos teóricos. In

A.S.P. Moreira & D.C. Oliveira (orgs.). Estudos interdisciplinares de representações sociais. (pp. 141-150). Goiânia: AB.

Rubin, Z. (1988). Preface. In R.J. Sternberg & M.L. Barnes (orgs.). The

Psychology of Love. (pp. VII – XII). New York: Yale University.

Russel-Chapin, L.A.; Chapin, T.J. & Sattler, L.G. (2001). The relationship of

conflict resolution styles and certain marital satisfaction factors of distress.

The family journal: counseling and therapy for couples and family, 9 (3), 259-264.

- Scavone, L. (2001). Maternidade: transformações na família e nas relações de gênero. Interface: comunicação, saúde, educação, 8, 47-60.
- Schabel, C. (2005). Relações familiares na separação conjugal: contribuições da mediação. Psicologia: Teoria e Prática, 7 (1), 13-26.
- Schaffer, J.A. & Diamond, R. (1994). Infertilidade: dor pessoal e estigma secreto. In E. Imber-Black (org.). Os segredos na família e na terapia familiar. (pp. 113-127). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Shaver, P.; Hazan, C. & Bradshaw, D. (1988). Love as attachment: the integration of three behavioral systems. In R.J. Sternberg & M.L. Barnes (orgs.). The Psychology of Love. (pp. 264-292). New York: Yale University.
- Silva, M.B.N. (1984). Sistema de casamento no Brasil colonial. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Silva, M.R.S.; Elsen, I. & Lacharité, C. (2003) Resiliência: concepções, fatores associados e problemas relativos à construção do conhecimento na área. Paidéia, 13 (26), 147-156.
- Singly, F. (2007). Sociologia da Família Contemporânea. Rio de Janeiro: Ed. FGV.
- Sobrinho, M.D. (2000). "Habitus" e representações sociais: questões para o estudo de identidades coletivas. In A.S.P. Moreira & D.C. Oliveira (orgs.). Estudos interdisciplinares de representações sociais. (pp.117-130). Goiânia: AB.
- Souza, R.M. (2000). Depois que Papai e Mamãe se Separaram: um Relato dos Filhos. Psicologia: Teoria e Pesquisa, 16 (3), 203-211.
- Souza, R.M. (1999). As crianças e as suas idéias sobre o divórcio. Psicologia Revista, 9, 103-120.

- Spink, M.J. (1995). Desvendando as teorias implícitas: uma metodologia de análise das representações sociais. In P. Guareschi & S. Jovchelovitch (orgs.), Textos em Representações Sociais (pp. 117-145). 8 ed. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Sprecher, S. & Metts, S. (1999). Romantic beliefs: their influence on relationships and patterns of change overtime. Journal of Social and Personal Relationships, 16 (6), 834-851.
- Sternberg, R.J. (1988). Triangulating love. In R.J. Sternberg & M.L. Barnes (orgs.). The Psychology of Love. (pp.119-138). New York: Yale University.
- Stewart, D.W.& Shamdasani, P.N. (1990). Focus group: theory and practice. California, EUA: Sage Publications.
- Thelen, M.K. Wal, J.S.V., Thomas, AM. & Harmon, R. (2000). Fear of intimacy among dating couples. Behavior Modification, 24 (2), 223-240.
- Therborn, G. (2006). O casamento e as mudanças da ordem homossexual. In G. Therborn. Sexo e poder: a família no mundo 1900-2000. (pp. 197-331). São Paulo: Contexto.
- Torres, AC. (2000). Casamento: conversa a duas vozes e em três andamentos, a relação entre vida conjugal e trabalho. IV Congresso Português de Sociologia. Coimbra. Disponível em: <http://www.aps.pt/ivcongr-actas/Acta159.PDF>.
- Trindade, Z. A., Andrade, C. A. & Souza, Q. J. (1997). Papéis parentais e representações da paternidade: A perspectiva do pai. Psico, 28 (1), 207-222.
- Vainer, R. (1999). Anatomia de um divórcio interminável. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Veiga, L.& Gondim, S.M.G. (2001). A utilização de métodos qualitativos na Ciência Política e no Marketing Político. Opinião Pública 7 (1), 1-15.

Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/op/v7n1/16930.pdf>.

Wolfgang, W. (1995). Descrição, explicação e método na pesquisa das representações sociais. In P.A.Guareschi & S. Jovchelovitch. (orgs.). Textos em representações sociais. (pp. 149-186). 8.ed. Petropolis, RJ: Vozes.

Wagner, A.; Falcke, D.; Meza, E.B.D. (1997). Crenças e valores dos adolescentes acerca de família, casamento, separação e projetos de vida. Psicologia: Reflexão e Crítica, 10 (1), 155-167.

Wagner, A., Predbon, J., Mosmann, C & Verza, F. (2005). Compartilhar tarefas? Papéis e funções de pai e mãe na família contemporânea. Psicologia: Teoria e Pesquisa, 21 (2), 181-186.

Wikipedia (2006). Divórcio. Disponível em:

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Div%C3%B3rcio>.

Yunes, M.A.M. (2003) Psicologia positiva e resiliência: o foco no indivíduo e na família. Psicologia em Estudo, 8, num. esp., 75-84.

APÊNDICE I

ROTEIRO GRUPO FOCAL

Casamento

Decisão	O que leva as pessoas a decidirem pelo casamento?
Direitos e Deveres	Quais são os benefícios do casamento? Quais são os compromissos do casamento? Quais as desvantagens do casamento?
Influências (modelo parental)	Qual a diferença do casamento hoje para o casamento de seus pais? Qual a influência da experiência de casamento de seus pais no seu casamento?
Felicidade	O que faz um casamento feliz? O que faz a pessoa permanecer num casamento infeliz?
Manutenção	O que faz que um casamento seja duradouro? O que pode atrapalhar um casamento? O que ameaça a manutenção do casamento? O que pode levar ao fim do casamento?

Filhos

Mudança	O nascimento do filho modificou a dinâmica conjugal? De que forma?
Cuidado	Como ficou decidido entre vocês o cuidado e a educação dos filhos? Por quê? Essa divisão foi satisfatória?

Separação/ Divórcio

Decisão	O que leva as pessoas a decidirem pelo fim do casamento?
Dificuldades vividas	Quais são as dificuldades vividas pelas pessoas que passam por um processo de separação?
Reação das pessoas	Como a sociedade atual vê a mulher divorciada? Como você acha que a sua família e amigos e filhos reagiriam a sua separação/ divórcio?

Recasamento

Motivo	O que leva as pessoas a casarem-se novamente? Quem recasa mais facilmente? (Gênero)
Diferenças	Qual a diferença do primeiro casamento para um novo casamento?
Dificuldades	Quais as dificuldades encontradas pelas pessoas que se casam novamente? (filhos, família, enteados, sogra)

Amor

Conceito	O que é amor?
Formas de amor	Quais são as formas de expressão de amor?
Casamento	Qual a relação do casamento com o amor?

APÊNDICE II

FORMULÁRIO: DADOS DO PARTICIPANTE (Grupo I)

Iniciais:	Sexo:
Data nasc.:	Escolaridade:
Profissão:	Profissão cônjuge:
Estado civil:	Tempo de casado:
Nº Filhos:	Idades dos filhos:
Você mora com:	
Renda familiar: ☐ até R\$ 1.000,00 ☐ R\$ 1.000,00 a R\$ 5.000,00 ☐ R\$ 6.000,00 a R\$ 10.000,00 ☐ R\$ 10.000,00 a R\$ 15.000,00 ☐ Mais de R\$ 16.000,00	
Religião:	
Bairro em que reside:	Cidade:
Telefone para contato:	

FORMULÁRIO: DADOS DO PARTICIPANTE (Grupo II)

Iniciais:	Sexo:
Data nasc.:	Escolaridade:
Profissão:	

Estado civil:	Tempo que ficou casado (1º):
	Tempo de separado/divorciado:
	Tempo que ficou casado (2º):
	Tempo de separado/divorciado:

Nº Filhos:	Idades dos filhos:
Você mora com:	

Renda familiar:	
☐ até R\$ 1.000,00	
☐ R\$ 1.000,00 a R\$ 5.000,00	
☐ R\$ 6.000,00 a R\$ 10.000,00	
☐ R\$ 10.000,00 a R\$ 15.000,00	
☐ Mais de R\$ 16.000,00	
Religião:	
Bairro em que reside:	Cidade:
Telefone para contato:	

FORMULÁRIO: DADOS DO PARTICIPANTE (Grupo III)

Iniciais:	Sexo:
Data nasc.:	Escolaridade:
Profissão:	Profissão cônjuge:

Estado civil:	Tempo que ficou casado:
	Tempo de divorciado:
	Tempo do segundo casamento:

Nº Filhos 1º casamento:	Idades dos filhos:
Nº Filhos 2º casamento:	Idades dos filhos:
Nº Filhos do cônjuge:	Idades dos filhos do cônjuge:
Você mora com:	

Renda familiar:	
☐ R\$ 1.000,00 a R\$ 5.000,00	
☐ R\$ 6.000,00 a R\$ 10.000,00	
☐ R\$ 10.000,00 a R\$ 15.000,00	
☐ Mais de R\$ 16.000,00	
Religião:	
Bairro em que reside:	Cidade:
Telefone para contato:	

APÊNDICE III

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Está sendo realizada uma pesquisa, pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo, com o objetivo de levantar, por meio de grupo focal, o que as pessoas pensam a respeito do amor conjugal, do casamento e do divórcio.

A pesquisa a ser desenvolvida segue os padrões éticos. Sendo assim, a forma como esta pesquisa está organizada garante a confidencialidade dos dados expostos; em outras palavras, não serão fornecidos dados que identifiquem o participante em momento algum.

Com relação aos procedimentos do grupo focal, este será realizado com um conjunto de pessoas (participantes) que assinarão um documento em que se comprometem em manter o sigilo das informações discutidas. O grupo focal será gravado para facilitar a coleta das informações apresentadas. Caso haja necessidade, o participante será contactado novamente para complementação das informações em uma entrevista.

A participação na pesquisa não envolve grandes riscos, uma vez que requer do participante que relate verbalmente a sua experiência de vida sobre o amor conjugal. Vale ressaltar que a participação é voluntária, estando o participante livre para interromper a sua participação em qualquer momento.

Os resultados da pesquisa serão utilizados em Tese de Doutorado, tornando-se uma informação importante na comunidade científica.

Dados da Pesquisa

Título (provisório): As representações sociais do amor e os impactos nas relações conjugais

Pesquisadora: Priscilla de Oliveira Martins

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Zeidi Araújo Trindade

Instituição: PPGP (Programa de Pós-Graduação em Psicologia)/ UFES (Universidade Federal do Espírito Santo)

Eu, _____, RG _____, tendo recebido as informações abaixo, e ciente dos meus direitos, concordo em participar desse projeto de pesquisa, assinando o presente termo de consentimento em duas vias.

Declaro estar ciente:

- a) do objetivo do projeto;
- b) da segurança de não ser identificado(a);
- c) da garantia do caráter confidencial das informações relacionadas com a minha privacidade;
- d) dos procedimentos quanto à participação;
- e) de ter a liberdade de recusar a participar em qualquer momento da pesquisa.

Vitória, ES, _____ de _____ de 2008.

Assinatura: